



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO

PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS NAS PESQUISAS  
CIENTÍFICAS DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA:  
estudo de caso no *campus* João Pessoa

JOÃO PESSOA – PB

2024

UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO

PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS NAS PESQUISAS  
CIENTÍFICAS DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA:  
estudo de caso no *campus* João Pessoa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes.

JOÃO PESSOA – PB  
2024

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C331p Carvalho, Ubiratan Santos de.

Participação dos técnicos administrativos nas pesquisas científicas do Instituto Federal da Paraíba : estudo de caso no campus João Pessoa / Ubiratan Santos de Carvalho. - João Pessoa, 2024.

144 f. : il.

Orientação: Ana Paula Furtado Soares Pontes.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Técnicos-administrativos. 2. Instituto Federal da Paraíba. 3. IFPB. I. Pontes, Ana Paula Furtado Soares.  
II. Título.

UFPB/BC

CDU 35.08(813.3)(043)

UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO

PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS NAS PESQUISAS  
CIENTÍFICAS DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA:  
estudo de caso no *campus* João Pessoa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes  
Presidente – PPGAES

---

Prof. Dr. Mariano Castro Neto  
Examinador Interno - PPGAES

---

Prof. Dr. Allysson Macario de Araujo Caldas  
Examinador Externo – PROFEPT

## **AGRADECIMENTOS**

À minha esposa, Erica Chianca, meus filhos, Valentina Chianca de Carvalho e Ian Chianca de Carvalho, e aos meus pais, Alberoni de Carvalho e Maria das Neves de Carvalho, que atravessaram esta etapa me incentivando com sabedoria e compreensão.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Furtado Soares Pontes, minha orientadora e incentivadora, por ter me ensinado todos os passos na realização desta pesquisa, com dedicação e paciência.

Aos professores do PPGAES, pelos ensinamentos durante o curso. Aos meus colegas de turma, que me auxiliaram na superação dessa etapa da minha vida.

À banca examinadora, constituída pelo Prof. Dr. Mariano Castro Neto, com quem tive meu primeiro contato com o curso quando fui aluno especial, e pelo Prof. Dr. Allysson Macario de Araujo Caldas, por aceitar colaborar neste trabalho.

Aos colegas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB), *campus* João Pessoa, em especial aos que se propuseram a participar da pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho, que sempre me apoiaram.

## RESUMO

Os institutos federais, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, fundamentam-se na verticalização do ensino, com a oferta da educação superior, básica e profissional. Dentre suas finalidades, são previstas a de realizar e estimular a pesquisa aplicada, que tem como foco responder às demandas sociais ou institucionais mediante soluções técnicas e/ou tecnológicas. Em que pese seja prevista essa finalidade, recentemente os servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) do Instituto Federal da Paraíba foram impedidos de participar de pesquisas institucionais, o que nos despertou o interesse de realizar este estudo, que teve por objetivo analisar as contribuições dos servidores técnico-administrativos nas pesquisas institucionais no âmbito no IFPB *campus* João Pessoa, desenvolvidas no período anterior à restrição imposta aos TAEs. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, configurando-se como um estudo de caso de caráter exploratório, sendo os dados gerados discutidos por meio da análise de conteúdo. Após levantamento bibliográfico e análise de dados encontrados no *site* do IFPB e na plataforma *Lattes*, aplicamos um questionário com perguntas semiestruturadas para um grupo de TAEs que já havia realizado pesquisas institucionais no período definido (2014-2020), sendo identificado o perfil desses servidores, verificando suas contribuições e o tipo de participação que tiveram nessas pesquisas, bem como as dificuldades encontradas para o seu desenvolvimento. Como produto da pesquisa, desenvolvemos um manual de boas práticas sobre a participação dos TAEs na pesquisa institucional do IFPB, com a finalidade de estimular o debate e a discussão sobre a importância da participação desses servidores em pesquisas institucionais, assim como dar visibilidade às suas contribuições e à sua importância nos ambientes de trabalho e na área da pesquisa aplicada. Este estudo evidenciou que há pesquisadores TAEs disponíveis e interessados em atuar no âmbito das pesquisas institucionais, mas que ainda não são reconhecidos pela instituição, o que leva à invisibilização e desvalorização desses servidores no desenvolvimento de suas atividades, inclusive na pesquisa, deixando-os à margem de alguns direitos, reduzindo a sua importância e o seu potencial de contribuição para a instituição.

**Palavras-chave:** técnicos-administrativos; pesquisa institucional; Instituto Federal da Paraíba.

## ABSTRACT

The Federal Institutes, created through Law No. 11,892/2008, are based on the verticalization of education, offering higher, basic, and vocational education. Among their objectives is the promotion and encouragement of applied research, aimed at addressing social or institutional demands through technical and/or technological solutions. Despite this purpose being established, recently the technical-administrative staff (TAEs) of the Federal Institute of Paraíba were prohibited from participating in institutional research, which sparked our interest in conducting this study. The study aimed to analyze the contributions of TAEs in institutional research at IFPB Campus João Pessoa, focusing on the period before the restriction was imposed on them. The research followed a qualitative approach, specifically a case study of exploratory nature, with data analyzed through content analysis. Following a literature review and data collection from IFPB's website and Lattes platform, a semi-structured questionnaire was administered to a group of TAEs who had conducted institutional research during the defined period (2014-2020). This aimed to identify their profiles, assess their contributions, examine their roles in these research projects, and explore the challenges they faced in their development. As an outcome, we developed a best practices manual regarding TAE participation in institutional research at IFPB. The manual seeks to stimulate debate and discussion on the importance of TAE involvement in institutional research, highlighting their contributions and significance in their work environments and in the field of applied research. This study revealed that there are TAE researchers available and interested in participating in institutional research, yet they are not recognized by the institution, what leads to the invisibility and devaluation of these public servants in the development of their activities, including research, which marginalizes them from certain rights and diminishes their importance and potential contributions to the institution.

**Palavras-chave:** administrative technicians; institutional research; federal institute of paraíba.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB	Agência Espacial Brasileira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq	Conselho Nacional de Ciência e Desenvolvimento Tecnológico
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DIPPED	Departamento de Inovação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão Cultura e Desafios Acadêmicos
DGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas
ETF-PB	Escola Técnica Federal da Paraíba
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FOPROP	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Instituto(s) Federal(is)
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
LOA	Lei Orçamentária Anual
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCTI	Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PPGAES	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PRAF	Pró-Reitoria de Administração e Finanças
PRE	Pró-Reitoria de Ensino
PROEXC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PRPIPG	Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
REUNI	Reestrutura e Expansão das Universidades Federais
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SIMPIF	Simpósio de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública.
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Processo de elaboração do produto e educacional .....	93
<b>Figura 2:</b> Capa do produto e educacional .....	94
<b>Figura 3:</b> Conteúdo do produto e educacional .....	95

### GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Orçamento dos principais fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica .....	45
<b>Gráfico 2:</b> Levantamento sobre o tipo de participação de servidores TAEs com pós-graduação <i>stricto sensu</i> em pesquisas institucionais .....	59
<b>Gráfico 3:</b> Levantamento da titulação dos servidores TAEs participantes de pesquisas institucionais no IFPB <i>campus</i> João Pessoa.....	60
<b>Gráfico 4:</b> Levantamento do curso de graduação dos servidores TAEs participantes de pesquisas institucionais no IFPB <i>campus</i> João Pessoa .....	61
<b>Gráfico 5:</b> Levantamento sobre os cargos dos servidores TAEs com pós-graduação <i>scrito sensu</i> participantes de pesquisas institucionais no IFPB <i>campus</i> João Pessoa.....	62
<b>Gráfico 6:</b> Incidência dos tipos de participação dos TAEs nas pesquisas .....	71

### TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Titulação dos servidores TAEs no <i>campus</i> João Pessoa nos últimos dez anos.....	52
---	----

### QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Cronologia de criação das instituições de ensino superior no Brasil .....	35
<b>Quadro 2:</b> Distribuição de grupos de pesquisa do IFPB por área do conhecimento (2022).....	50
<b>Quadro 3:</b> Editais que contemplaram TAEs no IFPB .....	57
<b>Quadro 4:</b> Perfil dos participantes do estudo .....	63

<b>Quadro 5:</b> Formação em nível de pós-graduação e ano de conclusão dos respondentes.....	64
<b>Quadro 6:</b> Forma de iniciação no campo da pesquisa no IFPB através de convite.....	65
<b>Quadro 7:</b> Forma de iniciação no campo da pesquisa no IFPB por outros motivos.....	66
<b>Quadro 8:</b> Pesquisas desenvolvidas pelos TAEs: temas e quantitativo .....	68
<b>Quadro 9:</b> Tipo de participação dos TAEs nas pesquisas .....	70
<b>Quadro 10:</b> Ações e responsabilidades assumidas pelos TAEs durante a pesquisa.....	72
<b>Quadro 11:</b> Autonomia do TAE nos projetos e ações sob sua responsabilidade .....	73
<b>Quadro 12:</b> Autoavaliação dos TAEs sobre as suas participações nas pesquisas institucionais.....	75
<b>Quadro 13:</b> Relação entre as ações e responsabilidades assumidas na pesquisa e as atribuições do cargo e formação do servidor.....	76
<b>Quadro 14:</b> Relação entre as ações e responsabilidades assumidas na pesquisa e as atribuições do cargo e formação do servidor.....	77
<b>Quadro 15:</b> Limitações ou dificuldades para participar das pesquisas.....	77
<b>Quadro 16:</b> Qual apoio contou na participação das pesquisas .....	80
<b>Quadro 17:</b> Avaliação da restrição à participação dos servidores TAEs nas pesquisas institucionais.....	84
<b>Quadro 18:</b> Propostas para estimular a participação de TAEs em pesquisas institucionais.....	88
<b>Quadro 19:</b> Medidas propostas à instituição para melhorar a participação dos TAEs nas pesquisas institucionais .....	89

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	17
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	<b>19</b>
2.1 LÓCUS DA PESQUISA.....	24
2.2 DESENHO DO PRODUTO TÉCNICO E TECNOLÓGICO .....	24
2.3 POSICIONAMENTO ÉTICO NA PESQUISA .....	25
<b>3 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA PESQUISA CIENTÍFICA NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA</b> .....	<b>26</b>
3.1 A ORIGEM DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: O LUGAR DA PESQUISA .....	33
3.2 A CONSOLIDAÇÃO DA PESQUISA NO BRASIL.....	39
3.3 A PESQUISA NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA .....	46
3.4 RESTRIÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS NA PESQUISA INSTITUCIONAL: situando o debate .....	51
<b>4 A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM PESQUISAS CIENTÍFICAS INSTITUCIONAIS DO IFPB - CAMPUS JOÃO PESSOA</b> .....	<b>55</b>
4.1 A PARTICIPAÇÃO DOS TAES EM PESQUISAS INSTITUCIONAIS NO IFPB: ASPECTOS NORMATIVOS.....	55
4.2 PERFIL DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO PARTICIPANTES DE PESQUISA NO IFPB – CAMPUS JOÃO PESSOA .....	58
4.3 OS TAES NAS PESQUISAS INSTITUCIONAIS DO IFPB - CAMPUS JOÃO PESSOA .....	62
<b>5 PRODUTO EDUCACIONAL: MANUAL DE BOAS PRÁTICAS PARA OS SERVIDORES TAES DO IFPB</b> .....	<b>92</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>97</b>
<b>APÊNDICE 1</b> .....	<b>106</b>
<b>APÊNDICE 2</b> .....	<b>135</b>
<b>APÊNDICE 3</b> .....	<b>139</b>

**ANEXO I.....1422**

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a pesquisa científica ocupa um espaço de grande importância nas instituições federais de ensino, pois elas são as responsáveis por formar grande parte dos pesquisadores de nosso país, e o IFPB, como uma dessas instituições, possui compromisso institucional com a pesquisa, dentre outros âmbitos de atuação.

O nosso interesse de pesquisa surgiu de minha inquietação e de vários outros Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), lotados no *campus* João Pessoa, surpreendidos com o surgimento da restrição da nossa participação em pesquisas institucionais.

Para situar tal restrição, aspecto que nos deteremos em capítulo próprio, cabe ressaltar que, em maio de 2020, a Diretoria de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IFPB, através do Ofício – DP/PRPIPG/REITORIA/IFPB, encaminhou consulta à Procuradoria Federal do IFPB referente à análise jurídica sobre a possibilidade de os TAEs desenvolverem atividades de Pesquisa no âmbito do IFPB<sup>1</sup>.

Decorrente desta consulta, foi emitida pela Procuradoria Jurídica do IFPB o documento, Nota n. 00031/2020/COORD/PFIFPARAÍBA/PGF/AGU, de 03 de junho de 2020, que inviabilizou os servidores técnicos administrativos em educação, de desenvolverem atividades de coordenação, orientação, coorientação ou colaboração em atividades de pesquisa institucionais.

Restou aos TAEs, apenas, a opção de participar de algum grupo de pesquisa de forma limitada, condicionando a sua atuação ao que descreve o perfil do cargo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), conforme interpretação da Procuradoria Federal do IFPB, que afirmou inexistir previsão legal, nos seguintes termos:

Dessa forma, até a edição de novo Decreto, a descrição das atribuições dos cargos de Técnico-administrativos em Educação carece de previsão normativa, de modo que, atribuições outras, além daquelas de apoio e assessoramento às atividades de ensino, pesquisa e extensão, que sejam

---

<sup>1</sup> Importante destacar que a PRPIPG já tinha sido questionada, por alguns docentes, em outras ocasiões, sobre a participação dos TAEs nos editais de pesquisa do IFPB e que, quando um pesquisador TAE era contemplado nesses editais, havia questionamentos na instituição sobre a possibilidade de eles participarem de pesquisas institucionais. Em 2020, decide-se por fazer a consulta formal à Procuradoria Jurídica do IFPB.

exercidas pelo Técnico-Administrativo em Educação, não encontra amparo na legislação de regência (Nota n. 00031/2020/COORD/PFIFPARAÍBA/PGF/AGU, 2020).

Apesar de esse documento ser uma consulta, a Reitoria do IFPB acatou o referido parecer, incorporando a sua aplicação a todos editais de pesquisa publicados pela Instituição. Essa medida trouxe grande estranheza à comunidade acadêmica, pois, conforme rege a legislação que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Técnica, que conferiu aos Institutos Federais a condição de Instituição Federal de Ensino Superior, tem como um de seus objetivos, a realização de pesquisas aplicadas (Brasil, 2008). E por que os técnicos com formação em nível de pós-graduação não poderiam mais desenvolver pesquisas no âmbito da Instituição, o que era permitido anteriormente à consulta feita à Procuradoria Jurídica?

Em que pese tal restrição esteja em vias de ser revista, diante da edição recente da Lei nº 14.695, de 10 de outubro de 2023, que contempla o cargo de técnico-administrativo das instituições federais no desenvolvimento de pesquisas, esta situação nos inquietou e nos despertou a aproximação de nosso foco de investigação: a pesquisa desenvolvida pelo IFPB, especificamente aquelas realizadas por servidores técnico-administrativos.

Nesse sentido, esta pesquisa se propôs a voltar a atenção sobre os servidores TAEs, do *campus* João Pessoa, que desenvolveram pesquisas institucionais antes da edição da Nota 00031/2020/COORD/PFIFPARAÍBA/PGF/AGU.

A atuação desses servidores nas instituições de ensino é relacionada, histórica e principalmente, com às atividades administrativas, sendo considerada como uma atividade-meio, ou seja, tarefas do tipo: planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio do ensino, à pesquisa e à extensão, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros que a Instituição disponha, podendo também, serem designados para assumir cargos de direção e funções de chefia dentro da instituição, conforme determina a lei nº 11091/2005, que dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação.

Considerando as definições e referências normativas apresentadas e as diversas atribuições que podem ser desenvolvidas pelos servidores TAEs, a titulação de mestres e doutores que vários deles possuem, bem como a experiência na participação em outras pesquisas, entendemos que a Nota nº 31/2020 cabe ser

questionada por entrar em conflito, inclusive, com o regulamento dos programas de pesquisa e inovação do IFPB.

Tal restrição entra em conflito, ainda, com o registrado em outras instituições próximas, como: Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde não existe esse mesmo entendimento. Daí o movimento que foi gerado no Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (FOPROP), que faz parte do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), que resultou na edição da Lei nº 14.695/2023, mencionada anteriormente.

Com as restrições que foram impostas pela referida Nota, os novos editais de pesquisas institucionais do Instituto Federal da Paraíba passaram a não incluir na seleção, a possibilidade de participação dos técnicos administrativos na condição de coordenadores de pesquisa, deixando essa atividade exclusivamente para os docentes.

A participação dos alunos nas pesquisas institucionais também é prevista em edital, e realizada através de mediações feitas pelos docentes, estando atrelada à aprendizagem prática de alguma disciplina, sendo também uma oportunidade de iniciação científica em determinada área.

Já para os docentes, a pesquisa científica faz parte da sua carreira, sendo uma das suas atribuições no IFPB contemplada na missão institucional estabelecida pelo tripé do ensino, pesquisa e extensão. Quanto aos servidores técnico-administrativos em educação, até antes da emissão da Nota nº 31/2020 da Procuradoria Jurídica, era permitida a sua participação irrestrita nessas pesquisas institucionais do IFPB.

Nesse contexto, definimos o problema de pesquisa:

– Qual a contribuição dos servidores técnico-administrativos em educação para o desenvolvimento de pesquisas institucionais no IFPB *campus* João Pessoa?

A partir desse questionamento, foi estabelecido como objetivo geral desta pesquisa:

Analisar as contribuições dos servidores técnico-administrativos nas pesquisas institucionais no âmbito no IFPB *campus* João Pessoa, entre os anos de 2014 e 2020.

Para viabilizar o objetivo geral, definimos os seguintes objetivos específicos:

I – Identificar o perfil dos técnicos administrativos em educação que participam e/ou coordenaram pesquisas científicas no âmbito do IFPB, do *campus* João Pessoa;

II – Analisar a contribuição e o tipo de participação dos TAEs nas pesquisas institucionais;

III – Discutir como os servidores avaliam a sua participação nas pesquisas institucionais e o seu potencial de contribuição para a instituição;

IV – Elaborar um manual de boas práticas sobre a participação dos TAEs na pesquisa institucional do IFPB.

A realização deste trabalho pode ser justificada sob diferentes perspectivas, conforme destacado a seguir:

Pessoal: inquietação diante do entendimento institucional em relação à restrição de participação dos servidores técnicos administrativos nas pesquisas no âmbito do IFPB e interesse em contribuir com a instituição a partir do desenvolvimento de novas pesquisas;

Institucional: divulgar as contribuições das participações dos servidores técnico-administrativos nas pesquisas do IFPB/João Pessoa, bem como a importância de seu retorno institucional;

Campo de pesquisa: contribuição para a compreensão da pesquisa nos IFs, com olhar sobre os TAEs, visando aprofundar o debate e estimular novos estudos, dando destaque a esses segmentos profissionais, por vezes invisibilizados nessas instituições.

Outrossim, segundo levantamento realizado no catálogo da Capes de teses e dissertações, a atuação desses servidores como pesquisadores nos Institutos Federais, até então, não foi objeto de pesquisa acadêmica, diferente da atuação dos docentes pesquisadores dessas instituições, que são alvo privilegiado de atenção de trabalhos científicos, conforme demonstrado em consulta ao referido catálogo, que resultou na identificação de 279 resultados para os descritores “participação docente” e “pesquisas institucionais”.

Em contrapartida, utilizando os descritores “participação”, “servidores técnico-administrativos” e “pesquisas institucionais”, encontramos apenas 18 resultados, não existindo estudo relacionado à atuação dos TAEs em pesquisas no IFPB.

Por fim, a problemática deste trabalho possui aderência ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES), que tem como objetivo específico:

[...] oportunizar conhecimento profissional e acadêmico com vistas ao aprofundamento e aplicabilidade do desempenho profissional a partir do envolvimento em atividades de pesquisa, produção acadêmica, desenvolvimento e inovação (Brasil, 2021).

Por ser um estudo desenvolvido em um mestrado profissional, a devolutiva de pesquisa se dará por meio de um *Manual de boas práticas de pesquisa institucional para servidores técnico-administrativos*, constando das contribuições desses servidores ao longo do período em estudo, voltadas para esse público-alvo, visando estimular a sua participação em editais de pesquisa do IFPB, bem como trazer referências conceituais e teóricas sobre a temática.

Ao final da pesquisa e validação do *Manual*, ele será encaminhado à Direção Geral do *campus* João Pessoa, à Pró Reitoria de Pós-Graduação, ao Conselho Superior do IFPB e à Diretoria de Gestão de Pessoa (DGEP), visando estimular o apoio à participação dos TAEs na política de pesquisa científica da Instituição, bem como realizar a devolutiva de pesquisa junto aos servidores, em encontros de integração e formação de servidores da Instituição a serem articulados junto à DGEP.

## 1.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma:

Capítulo introdutório, no qual descrevemos a delimitação do nosso tema, contendo a problemática, os questionamentos que nortearam esta pesquisa, os objetivos, gerais e específicos e a justificativa sobre o nosso estudo, com a apresentação da estrutura do trabalho.

No capítulo 2, apresentamos a metodologia, com toda a sequência do procedimento metodológico realizado no trabalho, o *lócus* de pesquisa, seguido pelo desenho do produto técnico e tecnológico e o posicionamento ético na pesquisa.

A pesquisa científica é o foco do capítulo 3, em que apresentamos definições sobre a pesquisa científica e em seguida trazemos referências históricas sobre o desenvolvimento da pesquisa científica no mundo e no Brasil. Por fim, nos detemos sobre a pesquisa no IFPB.

O capítulo 4, intitulado “Estudo exploratório sobre a participação dos TAEs em pesquisas científicas institucionais”, apresentamos o perfil dos servidores TAEs participantes dos editais de pesquisas científicas no IFPB, com informações que subsidiaram a discussão apresentada neste trabalho. Encerrando o capítulo, apresentamos um manual de boas práticas sobre a participação dos TAEs na pesquisa institucional do IFPB, como produto técnico e tecnológico resultante deste estudo.

Por fim, no último capítulo trazemos as considerações finais relacionadas ao desenvolvimento desta pesquisa e seus achados mais relevantes.

## 2 METODOLOGIA

Na constituição deste trabalho, utilizamos o método exploratório, do tipo estudo de caso, referente à participação de servidores TAEs, do IFPB - *campus* João Pessoa em pesquisas científicas institucionais. Para a construção desse estudo, seguimos uma abordagem qualitativa, que, segundo Marconi e Lakatos (2010), se concentra na compreensão e interpretação profunda de fenômenos sociais complexos, buscando explorar as perspectivas e experiências dos participantes. Nesse âmbito são previstas a utilização de técnicas como entrevistas em profundidade, observação participante e análise de documentos para coletar dados ricos e contextualizados. Entretanto, neste estudo optamos pela realização de entrevistas e análise de documentos.

Quanto aos seus objetivos, esta pesquisa busca investigar determinado fenômeno de interesse, qual seja: as contribuições dos servidores técnico-administrativos nas pesquisas institucionais no âmbito no IFPB *campus* João Pessoa, entre os anos de 2014 e 2020, iniciando por meio de um estudo exploratório, dado o pouco conhecimento sobre o tema.

Marconi e Lakatos (2010) definem que as pesquisas exploratórias não fornecem conclusões definitivas nem pretendem ser generalizáveis. Elas são o primeiro passo para a compreensão mais aprofundada de um tema e fornecem uma base sólida para o desenvolvimento de estudos posteriores, pois ao conduzir uma pesquisa exploratória, é fundamental manter uma mente aberta, ser flexível e estar preparado para ajustar o foco da investigação à medida que novos *insights* e descobertas surgirem.

A partir desse conceito, verificamos que no estudo exploratório obtemos uma maior flexibilidade na realização das análises das fontes de informação, métodos de coleta de dados e abordagens, que possibilitarão a identificação de tendências, padrões, lacunas de conhecimento e até mesmo o desenvolvimento de novas questões de pesquisa, ideal para estudos com poucas referências sobre o assunto, (Oliveira, 2018).

Na definição de Minayo (2009), a fase exploratória é um procedimento necessário para a uma próxima fase que é a entrada em campo, o que foi realizado nesse trabalho quando foi realizado um estudo bibliográfico em *sites* oficiais, artigos, que apresentaram relação com o tema abordado.

A pesquisa exploratória contribuiu para melhor definição dos objetivos e permitiu uma maior familiarização com o fenômeno (Malheiros, 2010), além de favorecer elementos úteis no processo de elaboração do roteiro de entrevista.

Em relação ao estudo bibliográfico, inicialmente, foi realizado um levantamento de produções acadêmicas disponibilizadas na Biblioteca digital de teses e dissertações da CAPES, que fez parte da nossa revisão da literatura de pesquisa, identificando os estudos alinhados com o nosso tema. Esse levantamento contribuiu para aprofundar a discussão sobre o objeto de estudo e a compreender importância de sua realização, dada a escassez de produções na área.

Para a construção deste trabalho, partimos para a coleta de dados realizada considerando a classificação metodológica apresentada e os procedimentos empreendidos para alcançar os objetivos desse trabalho, conforme etapas descritas a seguir.

Realização de um levantamento no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), referente ao número de servidores TAEs, lotados no *campus* João Pessoa, que possuíam alguma titulação (mestre ou doutores). Além desse levantamento, realizamos um levantamento sobre servidores TAEs nesse *campus* que já participaram de pesquisas, com o objetivo de verificar a viabilidade deste estudo.

Após a verificação do quantitativo de TAEs envolvidos em pesquisas institucionais no IFPB - *campus* João Pessoa, verificamos que existia a viabilidade para a realização do estudo, delimitando o recorte temporal da pesquisa no período de 2014 a 2020.

A pesquisa de campo teve como foco a participação de servidores técnicos administrativos nas pesquisas institucionais do IFPB *campus* João Pessoa, com período inicial selecionado o mês de setembro de 2014, quando teve início uma nova gestão do IFPB, tendo como reitor o professor Cícero Nicácio do Nascimento Lopes.

A demarcação da temporalidade dentro de uma mesma gestão justifica-se para que a comparação das análises não sofra a interferência de fatores políticos e facilitar na comparação das análises sobre os tipos de trabalhos realizados por esses servidores nas suas pesquisas.

Já o final do período de pesquisa foi o mês de junho de 2020, que se justifica por marcar o início da proibição dos TAEs serem protagonistas nas pesquisas institucionais. Esse período se justifica também pela proximidade com início do

período de distanciamento social, causado pela pandemia Covid-19<sup>2</sup>, quando processos de pesquisa institucionais foram afetados.

Na sequência, realizamos uma busca no catálogo de teses e dissertações da CAPES, com o objetivo de identificar se a temática em estudo já havia sido desenvolvida em outras instituições. Como resultado, observamos que poucos estudos foram desenvolvidos com foco na atuação dos TAEs em pesquisas institucionais, sendo inédito estudo sobre o contexto do IFPB.

De posse das primeiras informações sobre o quantitativo de servidores<sup>3</sup> que participaram de pesquisas institucionais, foi realizada, através do sistema SUAP e na plataforma *Lattes* do CNPq, um levantamento de informações sobre o perfil desses pesquisadores, consideradas relevantes para nosso estudo, tais como: sexo, idade, área da pesquisa, formação/titulação, cargo ocupado na carreira TAE, atuação no âmbito da pesquisa e os cargos que ocupam.

A análise dos dados referentes à participação dos servidores se deu por meio da consulta a projetos de pesquisa disponíveis no *site* do IFPB, avançando-se com a análise das entrevistas realizadas com os participantes das pesquisas no período analisado.

O instrumento em questão (roteiro de entrevista/questionário) foi estruturado a partir da apresentação de duas questões objetivas e dezessete subjetivas, referentes à participação dos pesquisadores TAEs em pesquisas institucionais (APÊNDICE 3)

Destacamos que a presente pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil, e, após análise, aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da UFPB, cumprindo os preceitos éticos e demais disposições normativas relativas a estudos com seres humanos no Brasil, conforme prevê a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Após a sua aprovação, foi realizada a entrevista com os servidores TAEs lotados no IFPB - *campus* João Pessoa, que participaram em pesquisas científicas institucionais nos meses de novembro e dezembro de 2023. Merece registro o fato de

---

<sup>2</sup> A Covid 19 foi uma pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, que teve início no fim do ano de 2019 e matou milhões de pessoas pelo mundo, sendo responsável também pela aplicação de políticas de isolamento para evitar o seu contágio.

<sup>3</sup> Neste trabalho, a partir deste ponto, quando utilizarmos a expressão “servidores”, estaremos nos referindo aos servidores técnico-administrativos em educação (TAEs).

alguns deles terem solicitado para responder às questões semiestruturadas por meio de áudio, que foram enviados por mensagem de via aplicativo *WhatsApp*.

O nosso *corpus* de pesquisa foi composto pelas respostas dos TAEs ao roteiro com questões e dados coletados no sistema SUAP, plataforma *Lattes* e em alguns relatórios de pesquisas.

A análise sobre as diferentes formas de participação dos servidores nos respectivos grupos de pesquisa que fazem parte, a contribuição nas pesquisas como coordenadores ou como membros foram possíveis por meio de alguns relatórios das pesquisas e das respostas dos TAEs às questões apresentadas. Para isso, foram solicitados à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG) e ao Departamento de Inovação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Cultura e Desafios Acadêmicos (DIPED), os referidos documentos, por meio de processos administrativos específicos.

As entrevistas ocorreram após aprovação dos entrevistados, por meio de um termo de consentimento e transcritas na íntegra e validadas para o tratamento dos dados, por meio da técnica de análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (1977).

Por fim, após a coleta e a tabulação dos dados gerados, discutimos o perfil do servidor TAE que realiza pesquisa científica institucional, bem como a relevância de sua produção científica para a instituição e para a sociedade, que foram sistematizados na forma de um *Manual de boas práticas de pesquisa institucional para servidores técnico-administrativos*.

## 2.1 LÓCUS DE PESQUISA

O local da pesquisa foi limitado ao IFPB, *campus* João Pessoa, por este ser o mais antigo e maior *campus* e, conseqüentemente, existir o maior número de lotação dos servidores técnico-administrativos, o que faz desta unidade, a mais propícia para a realização desta pesquisa. Ressaltamos também que esta pesquisa é inédita no IFPB, e que, posteriormente, poderá ser ampliada para outros *campi*.

O Instituto Federal da Paraíba é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, que tem como finalidade, ofertar educação profissional, tecnológica e humanística, ofertando o ensino médio, o ensino técnico e

o superior, além de desenvolver atividades de pesquisa e extensão para a promover o desenvolvimento regional.

Sua origem remonta à data de 11 de novembro de 1909, quando o então Presidente Nilo Peçanha, através do decreto nº 7.566, cria a Escola de Artífices, que tinha como função a formação profissional para operários, tendo em vista a crescente industrialização do país, que aumentou a procura de trabalhadores com a qualificação técnica.

A partir de 1959, a instituição foi transformada em Escola Técnica Federal da Paraíba (ETF-PB), que alterou sua proposta de ensino, passando a ofertar cursos técnicos de nível médio e se tornando referência na região, por formar profissionais técnicos de nível médio.

Em 2008, através da lei federal nº 11.892, a instituição foi incorporada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT), como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, assim definido: instituição de educação superior, básica, profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, articulando aspectos humanísticos, técnicos e tecnológicos em suas propostas pedagógicas (Brasil, 2008).

Na Paraíba, assim como na maioria dos estados do país, a transformação de instituições da educação profissional e tecnológica em Instituto Federal trouxe novos desafios a essa instituição centenária. Sua criação e originalidade é assim explicada por Costa (2018):

Esta nova institucionalidade nasce da transformação e reorganização das antigas instituições de EPT [Educação Profissional e Tecnológica], resultando num arranjo administrativo de novo tipo, guardando semelhança em alguns aspectos com as universidades federais. Com efeito, as instituições se integram, resultando em uma outra composta por uma reitoria e diversos *campi*; do ponto de vista do ensino, são verticalizadas e pluricurriculares, o que as afasta das universidades. Ao fim e ao cabo, os IFs constituem instituições únicas, sem exemplos no mundo (Costa, 2018, p. 152).

Em que pesem suas especificidades, essa nova institucionalidade compartilha características comuns com as Universidades Federais, a exemplo da tríade ensino, pesquisa e extensão. Como diferencial, destacamos um dos objetivos dos Institutos federais: “[...] realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de

soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade (Brasil, 2008).

Atualmente, o IFPB conta com 21 unidades espalhadas em todo o estado, possuindo *campi* nas cidades de Areia, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Monteiro, Patos, Pedras de Fogo, Picuí, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita, Sousa e Soledade, sendo referência regional em educação profissional e tecnológica.

Apesar de serem anteriores às Universidades Federais, os Institutos Federais só vieram a se dedicar às atividades de pesquisa a partir de 2008, com a promulgação da Lei 11.892/2008, que traz a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão como um dos princípios da instituição.

## 2.2 DESENHO DO PRODUTO TÉCNICO E TECNOLÓGICO

O Produto Técnico e Tecnológico é uma exigência dos mestrados profissionais que deve ser apresentado ao final da pesquisa, com a finalidade de responder aos quesitos e problemas elaborados que foram analisados durante a pesquisa. O produto é a materialização da pesquisa, podendo ser um objeto físico ou virtual (Bessemmer; Treffinger, 1981).

Após ter sido desenvolvido, é necessário descrever suas especificações técnicas e registrar em plataforma descrevendo sua aderência ao projeto de pesquisa para posterior aplicação ao público-alvo.

Considerando as especificidades do presente trabalho, por ser uma pesquisa com foco nos servidores TAEs do IFPB, *campus* João Pessoa, como pesquisador, o nosso produto consiste na elaboração de Manual de boas práticas de pesquisa institucional para servidores técnico-administrativos dos IFs, com informações que estimulem e orientem a participação desses servidores TAEs no âmbito das pesquisas científicas institucionais.

A escolha desse manual como produto técnico deve-se ao fato de existir um problema real analisado por uma pesquisa científica fruto da integração do trabalho de investigação científica e uma prática cotidiana, existindo uma conexão entre a teoria analisada dentro da pesquisa e a experiência profissional (Mattos; Assunção; Batista, 2020).

Esperamos que, ao apresentar o manual de boas práticas, a instituição possa utilizá-lo também para outros *campi* e aperfeiçoá-lo, tendo em vista a contribuição que esses servidores possam fornecer à instituição e, quem sabe, ampliar número de TAEs pesquisadores do IFPB.

### 2.3 POSICIONAMENTO ÉTICO NA PESQUISA

Para realização desta pesquisa, houve a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisas (CEP), por se tratar de pesquisa que envolve seres humanos, atendendo ao que determina as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde, e só após a aprovação pelo referido comitê, houve a coleta de dados com os participantes da pesquisa.

Diante dessas considerações, no dia 10 de novembro foi realizada a submissão ao CEP do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CCS/UFPB) e aprovado no dia 23 de novembro, conforme parecer nº 6.528.366. (Anexo I).

Antes das entrevistas ou aplicação de questionários (Apêndice 3), os participantes concederam autorização, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ocasião em que foram informados sobre os objetivos da pesquisa.

### 3 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA PESQUISA CIENTÍFICA NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Neste capítulo, traremos definições sobre a pesquisa científica, com referências sobre o seu desenvolvimento situando elementos históricos no mundo e no Brasil e, em seguida, como ela é tratada no IFPB.

Iniciamos o capítulo com uma pergunta: O que é uma pesquisa científica? Lakatos e Marconi (2007) definem pesquisa científica como um procedimento formal que se ancora no pensamento reflexivo, desenvolvido por meio de tratamento científico. Constitui-se como o caminho para a compreensão da realidade ou para a descoberta de verdades parciais.

Segundo Barros e Lehfeld (2007, p. 14), a pesquisa científica é uma forma ordenada de processos e técnicas empregadas na investigação e na busca do conhecimento. Dentre as várias definições de pesquisa científica, tomamos por referência o conceito de metodologia científica de Lakatos e Marconi (2007, p. 43): “[...] procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.”

Para que uma pesquisa científica tenha validade, é necessário que ela seja realizada seguindo alguns procedimentos que a tornam segura e confiável. Esses procedimentos incluem uma investigação sistemática e organizada, seguindo um plano de ação, de forma bem elaborada, prevendo-se coleta de dados, análise e interpretação.

A utilização de um método científico, que envolve a formulação de hipóteses, coleta de dados, análise e busca por evidências que sustentarão ou refutarão as hipóteses. Além disso, os resultados da pesquisa precisam ser confiáveis e válidos, para que seja possível chegar a conclusões de forma fundamentada sustentada por evidências empíricas.

Após essa breve explicação do que é uma pesquisa científica, é natural que apareça outra indagação: qual a finalidade de uma pesquisa científica?

No entendimento de Appolinário (2011, p. 146), a finalidade de uma pesquisa científica é o “avanço do conhecimento científico sem nenhuma preocupação, *a priori*, com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”.

É através do avanço do conhecimento científico, realizado através das pesquisas, que o ser humano consegue resolver diversos problemas e explicar eventos naturais. O conhecimento científico desenvolvido por instituições de ensino superior, dentre elas: universidades, institutos federais e demais instituições de pesquisa, são fundamentais para a sociedade. O conhecimento científico contribui para a sociedade na medida em que resolve problemas relacionados às mais diversas áreas do conhecimento, por meio de estudos, utilizando-se de abordagens teórico-metodológicas que conferem validação científica a esse saber.

Os primeiros registros sobre a pesquisa científica remontam aos povos gregos, a exemplo dos filósofos Platão e Aristóteles, que desenvolveram teorias de referência, com destaque para a área da astronomia, física e matemática.

Segundo Rosa (2012), o período grego foi um dos mais importantes para o desenvolvimento da ciência. E dentro da história da ciência, um dos períodos mais importantes e mais complexos foi o período da Grécia Antiga, principalmente a partir do século VI antes da Era Cristã, pois foi quando se iniciou e se desenvolveu, pela primeira vez, o espírito científico, marco fundamental na evolução do pensamento humano, e quando ocorreria, em consequência, o advento da ciência abstrata. Esse novo espírito viria a ser o grande divisor entre a civilização grega e as demais civilizações daquele período histórico, os quais trilhariam caminhos distintos na busca de resposta às inquietações do ser humano quanto ao seu destino e quanto à natureza e seus fenômenos.

Rosa (2012) afirma que a Idade Média foi o período em que o desenvolvimento da ciência foi nulo, influenciado principalmente pela igreja católica. Vários acontecimentos concorreram para isso, como o fechamento da academia, museu de Alexandria e outros centros culturais, bem como a determinação de que o ensino deveria ser ministrado apenas por cristãos, controlados pela igreja católica.

A dominação da igreja católica estava em todos os níveis, político, econômico, o que a transformava num grande balizador da sociedade, contribuindo para que a ciência desse período fosse reduzida a aspectos filosóficos, ainda assim, aspectos que não fossem de encontro aos pensamentos religiosos.

Esse período foi marcado pela quase ausência do progresso científico, com destaque apenas para a civilização helênica, período em que foram realizados alguns

progressos científicos, pelos filósofos ingleses Roger Bacon e Alberto Magno, sendo o primeiro conhecido como um dos pioneiros a usar o método científico experimental.

Após esse período, chegamos ao momento da história em que ocorreram intensas descobertas e de grande atividade intelectual, conhecido como o período da revolução da ciência. O renascimento científico ocorreu na Europa durante os séculos XV e XVII, sendo um marco da história, que saiu da escuridão medieval provocando mudanças importantes na vida humana.

Nesse período, surgiram os grandes nomes da ciência como Francis Bacon, Galileu Galilei, Isaac Newton, Nicolau Copérnico, dentre outros que, pela primeira vez, praticaram a pesquisa de forma mais sistemática, utilizando a formulação de hipóteses e utilização de experimentos.

Rosa (2012) alerta sobre o impacto que o renascimento científico provocou nas mentalidades e nos costumes da época. Exemplos de algumas das transformações significativas dessa época pré-capitalista seriam o renascimento urbano e comercial, o início da economia monetária, o surgimento da burguesia, o debate filosófico nas universidades e a escolástica, a crise do sistema feudal e da igreja de Roma, o fortalecimento das monarquias, a formação dos Estados nacionais, a descoberta de novas terras, rotas, flora e fauna. Nesse processo, o desenvolvimento técnico, ressaltadas as peculiaridades regionais, seria de grande alcance, realçando a grande diferença nos diversos domínios.

Além do desenvolvimento científico, esse período foi marcado por grandes descobertas como a invenção da bússola, da pólvora, o relógio mecânico e a criação da imprensa que ainda hoje são utilizadas em grande escala pela sociedade.

Esses acontecimentos levaram a descobertas que fizeram o homem descobrir um novo mundo através das grandes navegações marítimas, trazendo suas consequências como a colonização e a globalização, sendo esses os responsáveis pela disseminação das descobertas por todo o planeta, e a Europa, o centro do conhecimento científico.

Tal período transformou de forma muito rápida a mentalidade da sociedade europeia, que passou a ser dinâmica, fazendo do continente com a civilização cultural mais elevada em todo o mundo, superando outras como a árabe e a chinesa, o que explica a expressão “renascimento”, já que houve uma quebra dos valores da Idade Média.

Rosa (2012) afirma que o período do renascimento trouxe a pesquisa científica para um patamar crucial na transformação e avanço do conhecimento, utilizando de forma pioneira, métodos que trouxeram desenvolvimento científico, responsáveis pela abertura do caminho para a ciência moderna.

No século XIX, termina o período hegemônico europeu, deslocando a influência para os Estados Unidos, Japão e União Soviética, principalmente pela ocorrência da Primeira Guerra Mundial, que trouxe grande desenvolvimento tecnológico demandado em grande parte pela guerra.

A revolução industrial foi outro fator decisivo para a ocorrência dessas mudanças, o surgimento de uma nova classe social, a burguesia que aos poucos passou a controlar o poder político, tornando essa classe mais poderosa, que passou a controlar os meios de produção e, a partir do avanço das técnicas industriais, fez da pesquisa, um meio para reduzir os gastos de produção e aumentar o lucro, e tornando a indústria dependente do progresso científico (Mattar, 2008).

Essas transformações aumentaram a complexidade da sociedade, gerando a seguinte classificação político – social descrita por Rosa (2012, p. 18):

Quatro grandes doutrinas, que procurariam explicar tais fenômenos sociais e apresentar adequado encaminhamento de soluções, podem ser identificadas: i) a liberal, oriunda de Montesquieu, Adam Smith e Rousseau, era, no campo econômico, favorável à liberdade comercial e à competição no processo de formação da riqueza. Não haveria contradição entre Capital e Trabalho, pelo que as “forças de mercado” se encarregariam de corrigir distorções, sem necessidade de intervenção do Estado, o qual deveria ter funções mínimas e específicas. Os fenômenos econômicos seriam, assim, considerados fora do âmbito social; ii) a socialista, crítica do Capitalismo e do Liberalismo, pregava uma reforma da Sociedade pela solução da “questão social”, por meio da ação do Estado. Saint-Simon, Fourier, Proudhon, Louis Blanc e Robert Owen foram seus mais conhecidos defensores; iii) a comunista, que colocaria a propriedade privada na origem da “luta de classes” e numa oposição fundamental entre empresários e proletários. A ascensão social da classe trabalhadora se daria, necessariamente, de forma revolucionária, uma vez que os detentores do Capital, usurpadores dos meios de produção, só deixariam de explorar o Trabalho ao serem retirados do Poder pela força. Marx e Engels, em seu Manifesto Comunista, de 1848, foram seus fundadores; e iv) a progressista, que admitia a conciliação futura entre os interesses dos empresários e dos trabalhadores, já que o antagonismo seria temporário e secundário, e defendia a propriedade privada, que deveria ter uma função social, e não se transformar em mero agente de “lucro” e “exploração”; rejeitava, assim, a tese liberal, tanto da liberdade e da concorrência para o desenvolvimento da produção quanto do papel secundário do Estado nos problemas sociais. Essas doutrinas, nascidas e desenvolvidas ao longo do século XIX, estabeleceriam acirradas divergências e sérias confrontações no terreno das ideias e no plano político, e criariam um clima de aberto antagonismo entre defensores e detratores, que continuaria, e até se agravaria, no século XX.

O século XX, no âmbito da pesquisa científica, consolidou-se a racionalização dos estudos realizados, gerando avanços significativos em diversas áreas do conhecimento, além de apresentar ao mundo científico ilustres pesquisadores, como Albert Einstein, Max Planck e Niels Bohr (Rosa, 2012). Foi neste século que a ciência marcou, transformou e consolidou a vida dos seres humanos através dos seus feitos realizados pela pesquisa, que nos proporcionou a cura de doenças, o desenvolvimento da computação, a ida à lua e a utilização da energia nuclear.

Santos (2008) descreve a crise do paradigma dominante quando reflete que as ciências contemporâneas superaram as rupturas epistemológicas da ciência moderna, transformando estas em discurso do senso comum. Assim, as mudanças ocorridas geram um impacto para as várias disciplinas científicas, acarretando uma reavaliação de seus métodos.

O texto apresentado pela UNESCO, baseado na Conferência Mundial sobre Ciência, realizado em Santo Domingo, e na Declaração sobre Ciências e a Utilização do Conhecimento Científico, realizado em Budapeste, no ano de 1999, mostra que o avanço da pesquisa científica vem priorizando aspectos relacionados à solução de problemas sociais e ambientais. Isso se deve ao fato de que após o grande desenvolvimento em todas as áreas promovido nos séculos anteriores, surgiram outros problemas, como o aumento da população ocasionado pela melhora na qualidade de vida e a poluição ocasionada pela produção industrial, fazendo o século XXI ser um dos mais desafiadores para a humanidade (Unesco, 2003).

Na atualidade, a pesquisa científica está cada vez mais voltada para a pesquisa aplicada, devido ao capitalismo e ao colonialismo, que são símbolos da modernidade, inserindo na pesquisa a responsabilidade de superar as controvérsias socio científicas e os problemas gerados pela modernidade (Santos, 2017).

A pesquisa pode ser classificada segundo diferentes tipologias, quanto à finalidade, a pesquisa científica pode ser categorizada como pura e aplicada. A pesquisa pura ou básica é uma pesquisa que objetiva o desenvolvimento da ciência, sem uma preocupação com a aplicação prática. Resulta, pois, em generalização e no desenvolvimento de teorias e leis.

Dito de outra forma: pesquisa básica é um tipo de pesquisa que busca o conhecimento de forma teórica, sem ter a preocupação com uma aplicação de forma

imediate, enquanto a pesquisa aplicada busca o conhecimento visando à solução de problemas específicos para aplicação prática e imediata.

Considerando que o nosso trabalho tem por finalidade analisar a participação dos TAEs em pesquisas realizadas no IFPB e que esses, por sua vez, desenvolvem, em especial, pesquisas aplicadas, a nossa atenção nesse estudo se volta para esse tipo de pesquisa. Alguns autores compreendem a pesquisa aplicada nos seguintes termos:

Pesquisa aplicada é um tipo de pesquisa que se concentra em encontrar soluções para problemas práticos e aplicar os resultados da pesquisa para melhorar a tomada de decisões e práticas na vida real (Creswell, 2017).

A pesquisa aplicada caracteriza - se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade (Marconi; Lakatos, 2010).

A pesquisa aplicada é aquela em que o pesquisador é movido pela necessidade de conhecer para a aplicação imediata dos resultados (Barros; Leheld, 2007).

A pesquisa aplicada tem como objetivo principal resolver problemas práticos e solucionar desafios específicos, com um foco mais imediato em comunidades ou áreas específicas, podendo empregar novas tecnologias, métodos aprimorados e produtos inovadores, tendo em vista dar respostas às demandas sociais ou institucionais. Seus resultados tendem a ser monitorados e ajustados conforme necessário para fins de aprimoramento.

A pesquisa pura e a pesquisa aplicada não são mutuamente exclusivas, pois o conhecimento em si ajuda na solução do conhecimento prático, assim como um conhecimento prático pode levar a descoberta de um princípio científico (Gil, 1999).

No âmbito da pesquisa aplicada, os trabalhos se ancoram nos conhecimentos decorrentes da pesquisa pura, mas são direcionados a resolver uma finalidade específica que se concentra em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais, com preocupação com a aplicação do conhecimento (Gil, 2019). A pesquisa aplicada utiliza em sua metodologia uma abordagem direcionada para resolver problemas práticos com uma finalidade específica.

Diferentemente, a pesquisa pura ou básica tem por objetivo principal ampliar o conhecimento científico e entender os fenômenos estudados. Independentemente da sua natureza, a pesquisa científica demanda investimento na formação dos

pesquisadores de áreas diversas, com vistas à autonomia intelectual e postura crítica como requisitos básicos para o desenvolvimento da ciência. Por meio desse processo, o cientista adquire maturidade e autonomia, capacidades necessárias para realizar projetos de pesquisa, que poderão impactar o desenvolvimento da ciência, bem como contribuir para o enfrentamento das problemáticas alvo de estudo.

Com olhar sobre o conhecimento científico produzido nas universidades ou instituições organizadas segundo o mesmo *ethos* universitário, Boaventura Santos (2008) traz importantes contribuições para o debate. O autor situa que, ao longo do século XX, a produção científica gerada nessas instituições foi predominantemente disciplinar e relativamente descontextualizada em relação às demandas sociais. Nessa perspectiva, Santos (2008, p. 40) destaca:

[...] são os investigadores quem determina os problemas científicos a resolver, define a sua relevância e estabelece as metodologias e os ritmos de pesquisa. É um conhecimento homogêneo e organizacionalmente hierárquico na medida em que agentes que participam na sua produção partilham os mesmos objectivos [*sic*] de produção de conhecimento, têm a mesma formação e a mesma cultura científica e fazem-no segundo hierarquias organizacionais bem definidas. É um conhecimento assente na distinção entre pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a autonomia do investigador traduz-se numa certa irresponsabilidade social deste ante os resultados da aplicação do conhecimento.

Entretanto, Boaventura Santos (2008, p. 42) pontua que, no cenário da globalização neoliberal, a partir da década de 1990, tem havido uma transição do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitário, pautado no conhecimento contextual, que tem como princípio de produção a sua aplicação prática na realidade. O autor salienta que os conhecimentos desenvolvidos não se configuram como opções puras e absolutas, mas “[...] ocupam lugares diferentes ao longo de *continuum* entre os dois pólos [*sic*] extremos, alguns mais próximos do modelo universitário, outros mais próximos do modelo pluriversitário. (Santos, 2008, p. 42).

Em sua discussão, o autor expõe que o conhecimento pluriversitário se verifica, de forma mais consistente, por meio de parcerias universidade-indústria, com viés notadamente mercantil, presente em países centrais e semiperiféricos, mas também nos semiperiféricos e periféricos. Todavia, uma segunda perspectiva mais cooperativa e solidária tem se desenvolvido por meio de parcerias diversas, a exemplo de sindicatos, movimentos sociais, grupos sociais especialmente vulneráveis e comunidades populares. Tais iniciativas inauguram uma nova e mais intensa relação

com a ciência e a tecnologia, em que a unilateralidade é substituída pela interatividade (Santos, 2008).

Em seu texto, defende um projeto de universidade nova, pautado em um programa de responsabilização social, permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais aliados do processo decisório, que se configura, essencialmente, numa transformação eminentemente política da universidade.

Dentre aspectos apontados por Boaventura Santos (2008) nessa proposta, destacamos a necessidade de reforma democrática e emancipatória da universidade pública pautada nas seguintes ideias: rede nacional de universidades públicas (solidariedade e cooperação em seu interior); democratização interna (mecanismos de democracia interna ativos, de origem comunitária ou solidária) e externa (responsabilização social da universidade, por meio da criação de um vínculo político orgânico entre a universidade e a sociedade); avaliação participativa, abrangendo cada uma das universidades e a rede universitária em seu conjunto (mecanismos de autoavaliação e de hetero-avaliação, segundo princípios de auto-gestão, autolegislação e autovigilância). Esses aspectos, entre outros apontados pelo autor, servem de referência para pensar as instituições universitárias e seus rumos, com destaque para o lugar da pesquisa nessas IES, dimensão alvo de atenção deste estudo.

### 3.1 A ORIGEM DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: O LUGAR DA PESQUISA

Durante a colonização brasileira, a missão de educar pertencia a igreja católica, sob a responsabilidade dos padres jesuítas, por meio do ensino religioso e da formação básica dos povos originários do Brasil. Essa educação limitava-se a ensinar os indivíduos a lerem, escreverem e aprenderem um ofício, conforme demonstrado por Silva e Amorim, (2017, p. 3):

A atuação pedagógica dos jesuítas influenciou o modo de educar os indivíduos na colônia segundo as suas posições sociais. Isso levou a níveis distintos de instrução: para os índios, os rudimentos da língua e os ofícios; para os brancos libertos, os rudimentos da escrita, da leitura e os ofícios; para as classes abastadas, os ensinos superiores que garantiriam a manutenção da estrutura de poder; já para os escravos africanos e alforriados, os ofícios.

Nesse período, as principais universidades do mundo se concentravam no continente europeu, o que tornava a formação de nível superior para brasileiros uma tarefa complexa, realizada apenas pelas pessoas que tinham condições financeiras para viver na Europa durante sua formação.

Apesar de não haver um consenso entre os historiadores, o ensino superior em território brasileiro tem início em 1792, quando foi criada no Rio de Janeiro a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, que tinha um foco na formação de oficiais militar do exército português, mas também oferecia outros cursos como matemática, engenharia e outras áreas.

Com a vinda da família real para o Brasil em razão da invasão francesa a Portugal no século XIX, veio a necessidade de implementar uma melhora na educação dentro do território brasileiro. Assim, foram criadas as primeiras instituições de ensino superior no Brasil, a fim de preencher a demanda das diferentes funções ocupacionais da Corte. Segundo Neves (2016, p. 96),

As primeiras instituições de ensino superior (IES) no Brasil foram criadas somente no início do século XIX, com a transferência da corte portuguesa, em 1808, para a colônia. Elas tinham por objetivo apenas fornecer quadros profissionais para desempenhar diferentes funções ocupacionais na corte. No final do Império (1889) o país contava com somente seis escolas superiores voltadas para a formação de juristas, médicos e engenheiros. Em 1900, não existiam mais que 24 escolas de ensino superior; três décadas depois o sistema contava com uma centena de instituições, sendo que várias delas foram criadas pelo setor privado, principalmente pela iniciativa confessional católica.

A corte portuguesa precisava formar seus profissionais de nível superior, como médicos e engenheiros, e com a impossibilidade de ir para Europa, criou-se uma necessidade de implantar, de forma urgente, o ensino superior no Brasil.

Com a independência do Brasil em 1822 e a promulgação da primeira constituição brasileira de 1824, foram implementados importantes conquistas para a educação superior no país, com a criação de cursos superiores em diferentes regiões do país, e posteriormente a implantação das universidades federais.

Isso fez com que as primeiras instituições de ensino superior brasileiras, entre os anos de 1808 e 1889, tivessem como objetivo a preparação de profissionais para assumir postos de trabalho, sem a preocupação de uma educação voltada para o pensamento crítico.

Humerez e Cavalcante (2009) descrevem a cronologia de criação das instituições de ensino superior no Brasil a partir da chegada da família real, conforme o quadro a seguir:

**Quadro 1:** Cronologia de criação das instituições de ensino superior no Brasil

Data	Instituição de ensino superior
1808	Escola de Cirurgia da Bahia e Escola anatômica, cirúrgica e médica do Rio de Janeiro
1827	Faculdade de Direito do Recife e Faculdade de Direito de São Paulo
1839	Faculdade de Medicina de Ouro Preto; 1876: escola de Minas de Ouro Preto
1891	Faculdade Nacional de Direito
1892	Faculdade de Direito de Belo Horizonte
1893	Escola Politécnica de São Paulo
1896	Escola de Engenharia Mackenzie
1898	Faculdade de Direito de Goiás
1909	Escola Universitária Livre de Manaus
1913	Universidade do Paraná
1934	Universidade de São Paulo

Fonte: Humerez (2009).

O desenvolvimento do ensino superior no Brasil foi até o início da década de 1930 constituído por um conjunto de instituições atuando de forma isoladas, e voltadas para o ensino profissionalizante, não existindo nas suas práticas o desenvolvimento de pesquisas científicas (Martins; Vieira, 2014).

Na década de 1960, em decorrência da industrialização do período posterior à Segunda Guerra, o governo federal iniciou um plano para construção de diversas universidades federais em todo o país, que tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico, formando novos quadros profissionais necessários à fase de industrialização.

Durante esse período, ocorreu no Brasil o Golpe Militar, instalando o regime ditatorial, que tinha um projeto desenvolvimentista autoritário que perdurou até o ano de 1985. Esse período foi marcado pelo crescimento no setor industrial, criando diversos postos de trabalho no país, mas a custo de um endividamento que passou de 15,7% do PIB em 1964 para 54% do PIB, em 1984 (Barrucho, 2018).

Nesse contexto, o governo militar brasileiro planejou o aumento do número de vagas para o ensino superior, tendo por finalidade suprir novos postos de trabalho, porém, percebendo que as universidades públicas não seriam suficientes para a formação dessa nova força de trabalho, essa expansão contou com uma grande

participação do ensino superior privado, que introduziu a lógica empresarial no ensino superior, ocorrendo num maior aumento de vagas com ensino de baixa qualidade que eram ocupadas por trabalhadores mais pobres, gerando insatisfação das organizações estudantis (Durham, 2003).

Só após a redemocratização do país em 1988, é quando o ensino superior adquire relevância e passa a ter um artigo, ainda que tardia, na Constituição Federal brasileira, que previa a autonomia didático-científica, gestão financeira e patrimonial e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A necessidade veio dos diversos acontecimentos do nosso período colonial que, por sua vez, estão ligados ao desenvolvimento da ciência.

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil consolidou o ensino superior, estabelecendo diversos princípios e diretrizes que orientam a educação superior no país, dentre os quais destacamos:

- a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira das universidades públicas, bem como a seleção de seus dirigentes por processos democráticos;
- o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas no ambiente universitário, promovendo a liberdade de cátedra para os professores;
- o reconhecimento da pesquisa e a extensão como funções essenciais das universidades públicas, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social do país;
- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A partir da Constituição de 1988, diversas leis e resoluções foram criadas para regulamentar o ensino superior, que ainda tem nas universidades federais e institutos federais como as principais referências de qualidade.

Nos primeiros anos pós Constituição de 1988 ocorreram intensos períodos de grave crise econômica no Brasil, resultando em cortes orçamentários que atingiram diversos setores, incluindo a educação. Tal panorama impactou profundamente as universidades públicas, principalmente na década de 1990, num período de grande inflação e desemprego elevado.

Nesse cenário, destacamos as iniciativas do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que tinha como propósito realizar uma reforma administrativa

no ensino superior, racionalizando o orçamento da educação, aumentando matrículas sem aumentar despesas, resultando no crescimento do setor privado.

A partir de 2007, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, foram retomados os investimentos no ensino superior, por meio dos programas de apoio, como os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional (Pachane; Vitorino, 2015).

Os investimentos geraram, entre outras coisas, a expansão e a interiorização dos *campi*, com destaque para o aumento na oferta de vagas nos cursos, a criação de novos cursos e a contratação de novos servidores.

Para o ensino superior privado, foi criado o Programa “Universidade para todos” (PROUNI), que aumentou o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior, com o FIES - Programa de Financiamento Estudantil, programas financiadores do setor privado.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em seu texto para discussão nº 2631 sobre a expansão da educação superior e progressividade do investimento público, publicado em 2021, essas medidas levaram a uma mudança no perfil dos alunos do ensino superior que ampliou cada vez mais a participação de alunos com renda domiciliar mais baixa em cursos superiores.

O mesmo texto também comenta sobre a mudança que aconteceu em relação à procedência geográfica desses alunos, dado o crescimento do número de estudantes residentes em áreas fora dos grandes centros metropolitanos, e um aumento na proporção de estudantes que se declaram pretos ou pardos.

Essas mudanças vieram para diminuir as desigualdades no acesso ao ensino superior, principalmente se considerarmos aspectos como cor, raça, origem escolar (escola pública, escola privada), entre outras, mas ainda persiste o desafio da permanência, a despeito de programas voltados para o enfrentamento dessa questão, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Na avaliação de Aguiar (2016):

A análise das políticas adotadas pelo governo Lula indica que este privilegiou algumas questões da agenda da educação superior, como a ampliação e democratização de acesso, inclusive procurando o viés da equidade, ao contemplar populações historicamente não atendidas, quer por razões econômicas, quer, aliada a estas, raciais. Outra questão que mereceu destaque entre as políticas implementadas é a representada pelo par

qualidade/massificação, uma vez que houve um razoável aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação, como garantidores da qualidade do sistema, ao lado de um grande incremento da educação a distância, com enfoque francamente massificador (Aguilar, 2016, p. 124)

Nesses termos, em que pese, nas últimas décadas, a políticas de expansão e democratização da educação superior tenham resultado no aumento do número de cursos e de matrículas, verifica-se, paralelamente, um processo de diversificação na sua oferta, que, segundo Tomás e Silveira (2021, p. 149), retratam “a complexidade, a hierarquia e as desigualdades do ensino superior no país”.

Os referidos autores discutem a expansão do ensino superior a partir das políticas implementadas desde a primeira década do século XXI, apontando diferentes elementos da diversificação institucional que impactam o processo de democratização em andamento, quais sejam: expansão diferenciada do sistema público e privado, com a prevalência histórica deste último sobre o primeiro; diferenciação por tipo de organização institucional, com impactos importantes sobre a qualidade e os objetivos da formação; regionalização e interiorização da oferta de vagas e de cursos; diversificação interna dos cursos, quanto ao ensino e à investigação científica; prestígio diferenciado de graus acadêmicos.

Para discutir tais aspectos, Tomás e Silveira (2021) apoiam-se nos estudos de Dubet (2015), permitindo-nos compreender a relativização do alcance da democratização do ensino superior, apontando no sentido de sua massificação, ao atingir um maior número de sujeitos com perfis socioeconômicos diversos, “sem refletir uma democratização das oportunidades e retornos” (Tomás; Silveira, 2021, p. 157).

Tecidas referências iniciais sobre o ensino superior brasileiro, voltamos a atenção para o artigo nº 207 da Constituição Brasileira de 1988, que prevê como papel das universidades atuar de forma integrada e indissociável no tripé ensino, pesquisa e extensão. E como os institutos são autarquias federais com *status* de universidade, devem seguir o mesmo princípio da indissociabilidade.

Além do texto constitucional, retomamos a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996, em seu artigo nº 43, prevê, dentre as finalidades da educação superior: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da

criação e difusão da cultura; e promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (Cortez, 2020).

Nesses termos, a universidade, e por conseguinte os institutos federais, são *locus* de desenvolvimento de pesquisas científicas, aspecto posto desde a reforma universitária de 1968, posto pela Lei nº 5.540, que definiu em seu Art. 1º como objetivo do ensino superior “a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário”, sendo “o lugar do ensino superior indissociável da pesquisa” (Brasil, 1968). A seguir, apresentaremos algumas referências históricas sobre a pesquisa no Brasil, a fim de contextualizar a discussão sobre a pesquisa no IFPB, foco de atenção em nosso estudo.

### 3.2 A CONSOLIDAÇÃO DA PESQUISA NO BRASIL

No Brasil, até o início do período republicano, a atividade científica apresentou-se de forma bem limitada, pois não existia autonomia dos pesquisadores, que tinham suas tarefas balizadas pelo desejo do império, além de ser considerado uma atividade de menor importância, já que o centro do mundo estava na Europa.

Com a proclamação da independência do Brasil, iniciou-se o processo de consolidação das atividades científicas junto ao processo político de desenvolvimento econômico nacional, inicialmente baseado na produção agrícola, que resultou em investimentos, por parte do governo, nas áreas de ciências naturais (Lima, 2022).

Grande parte das dificuldades para o desenvolvimento das primeiras pesquisas no Brasil originou-se na forte influência dada pela igreja católica a Portugal, o que fazia com que o país se isolasse do mundo em relação à formação de uma comunidade científica, e a participação nessa atividade fosse realizada por poucas pessoas, como José Bonifácio de Andrada e Silva (Sampaio, 1991).

Mesmo de forma precária e sem vínculo com qualquer universidade, já que nesse período não existia ensino superior no Brasil, as primeiras pesquisas aqui realizadas ocorreram no século XVII, geralmente em escolas profissionais e técnicas, formadoras de mão de obra específica para as atividades da época.

Sampaio (1991) afirma que o início do ensino superior no Brasil teve características de um modelo de formação profissional combinando duas influências:

a primeira seria o pragmatismo, vindo do modelo de projeto que Portugal usou para se modernizar no final do século XVIII; a segunda, a utilização do modelo napoleônico, que separava o ensino da pesquisa científica.

Após a independência, o formato da educação superior não se modificou, pois não havia interesse por parte dos dirigentes em desenvolver esse nível de ensino. Outrossim, a independência do Brasil foi mais um ato formal do que uma vontade do povo, permanecendo o país com viés escravocrata e exportador de produtos agrários (Sampaio, 1991).

A partir do governo de Dom Pedro II é que se percebe uma expansão substancial das instituições de ensino, e isso só foi possível pela estabilidade política atingida no país e pelo crescimento econômico, que criou um ambiente favorável devido às necessidades das classes dirigentes. Apesar da significativa expansão, o ensino superior manteve as características de formar profissionais para atuar nas profissões mais prestigiadas da época, medicina e direito.

Após a Proclamação da República, o Brasil passou por grandes mudanças políticas e sociais que impactaram na educação, sendo abordada inclusive na constituição que descentralizou o ensino superior, transferindo aos governos estaduais que gerou de imediato uma ampliação e diversificação desse nível de ensino no país, com a criação de mais de 56 instituições de ensino superior entre os anos de 1889 e 1918.

No século XIX, houve grandes mudanças para o ensino superior brasileiro, vindas do continente europeu, influenciadas pelo movimento positivista, que teve como maior representante o filósofo francês Augusto Comte. Esse movimento surgiu a partir do iluminismo, no final do século XVIII, e tinha como ideia central a crença no progresso de que a humanidade estava em constante desenvolvimento nos aspectos sociais e científicos. Comte acreditava que a observação empírica e a aplicação do método científico seriam o melhor meio para descobrir o conhecimento sobre o mundo.

Para Gonçalves (1982), o positivismo teve influência no desenvolvimento científico no Brasil.

O positivismo, ao dar valor à ciência e combater a visão especulativa e contemplativa da realidade, abriu o país para as novas técnicas e os novos conhecimentos que já há tanto tempo dominavam o panorama intelectual da Europa. Mas, ao fazê-lo, trazia como que de contrabando uma visão das

coisas que pouco tinha a ver com a nossa realidade e que se opunha à forma pela qual a atividade científica realmente se desenvolvia naqueles países (Gonçalves, 1982, p. 138).

No Brasil, a influência do positivismo para educação consistiu em defender os princípios educacionais de Comte, que defendia o ensino público e gratuito.

A repercussão do Positivismo no Brasil se deu também no plano educacional, consolidando a concepção burguesa na educação, reproduzindo o estereótipo de aluno condizente com os filhos da classe alta, e controlando o acesso dos filhos dos trabalhadores. Essa repercussão é também sentida no currículo escolar com a supremacia das disciplinas da área de ciências e a introdução da sociologia, que é a base da filosofia comtiana (Guimarães, Elisa; Coelho, Maria, 2001, p. 58).

Dessa forma, o ensino superior foi se consolidando cada vez mais no Brasil, sendo um elemento utilizado principalmente pelas elites para educar seus filhos, que, posteriormente, conquistariam os melhores salários e se manteriam no poder.

A pesquisa acadêmica passou por uma transformação importante na passagem do período imperial para o período republicano. Pela primeira vez no Brasil, centros de pesquisa foram criados com a finalidade de desenvolver pesquisadores e formar novos cientistas, entre eles, o Instituto Oswaldo Cruz, em 25 de maio de 1900. Atualmente, o instituto é referência em pesquisa na área de saúde, com destaque para o desenvolvimento de vacinas.

Com o desenvolvimento do país, várias instituições foram sendo criadas, dentre elas, as universidades, com destaque para as Universidades Federais, que se tornaram centros de referência em pesquisas no Brasil. Além das universidades, outras instituições vieram para fortalecer o desenvolvimento da pesquisa nacional, entre elas, podemos citar a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), sobre as quais trataremos na sequência.

A SBPC foi criada por um grupo de cientistas brasileiros liderados pelo médico Maurício Rocha e Silva, no ano de 1948, com a finalidade de promover o avanço da ciência, tecnologia e inovação no Brasil, defendendo a liberdade e autonomia da pesquisa científica. De acordo com site da instituição, a SBPC tem como missão:

- Contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País;
- lutar pela qualidade e universalidade da educação em todos os níveis;

- defender os interesses dos cientistas;
- promover a disseminação do conhecimento científico por meio de ações de divulgação da ciência;
- lutar pela remoção dos empecilhos e incompreensão que embaracem o progresso da ciência.

Desempenhando um papel significativo, a SBPC promove a articulação entre a comunidade científica, a sociedade e os governantes, defendendo a educação e a pesquisa no Brasil, além de realizar eventos científicos onde são apresentados trabalhos e discutidos temas relevantes para ciência, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento em todo o país.

A atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, surgiu em 1951, como Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e foi responsável pela expansão e consolidação das pós-graduações *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todo o território nacional, apoiando o ensino, a pesquisa e a formação de recursos humanos qualificados, vindo a fortalecer e estruturar a pesquisa e a pós-graduação no Brasil.

Em 1992, a CAPES passou a ser uma fundação pública vinculada ao Ministério da Educação, atuando na avaliação e no reconhecimento de programas de pós-graduação, na concessão de bolsas de estudo para estudantes e pesquisadores, e na divulgação de produção científica, além de realizar cooperações internacionais na área da educação e pesquisa.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi criado no mesmo ano, em 1951, pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, com a finalidade de fomentar a pesquisa científica e tecnológica, estimulando a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores brasileiros.

Atualmente, o CNPq é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que tem como missão fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação e contribuir com as políticas públicas para fortalecer o desenvolvimento do Brasil.

O CNPq desempenha um papel estratégico na avaliação e no financiamento de projetos de pesquisa, atuando junto com a CAPES na concessão de bolsas de estudo e auxílios aos estudantes de graduação, pós-graduação, pesquisadores e cientistas, contribuindo para o avanço do conhecimento e desenvolvimento do país.

A CAPES e o CNPq desempenham um papel importante na promoção e no desenvolvimento da pesquisa científica e da educação superior, atuando de forma

complementar, fortalecendo a ciência, tecnologia e inovação do país por meio do financiamento de pesquisas, concessão de bolsas de estudo a pesquisadores, realização de colaboração internacional, além de avaliação da qualidade das pesquisas realizadas no país (Sumares, 2023).

Nesse contexto, em 1985, no governo de José Sarney, foi criado o Ministério da Ciência Tecnologia (MCT), demanda antiga da comunidade científica e tecnológica do país<sup>4</sup>, com o objetivo de fortalecer as atividades científicas no Brasil, desempenhando um papel fundamental no governo federal. Ele tem como. Seu papel de destaque é realizar o planejamento, coordenação, supervisão, monitoramento e avaliação das atividades de ciência, tecnologia e inovação, além de promover pesquisas científicas e realizar uma articulação entre a comunidade científica e o setor produtivo do país.

As primeiras pós-graduações brasileiras surgiram na década de 1930, mas somente na década de 1960 houve um crescimento dos programas de pós-graduação, impulsionado pelo investimento realizado nas Universidades Federais, responsáveis, ainda hoje, pela maior parte da formação dos pesquisadores nacionais.

Após a Constituição Federal de 1988, diversas leis foram criadas com a finalidade de regulamentar, estabelecer diretrizes e princípios para a realização de pesquisas científicas no Brasil, com destaque para as que trataremos a seguir.

Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996, que estabelece as bases da educação nacional do ensino infantil até o superior, define em seu artigo 43, incisos III e VII, o reconhecimento da pesquisa científica como parte integrante da atividade acadêmica das instituições de ensino superior:

[...] III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (Brasil, 1996).

---

<sup>4</sup> Após quatro anos, o MCT foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, por um breve período de oito meses, voltando em 1992, no governo Itamar Franco ao seu nome original. Em 2011, sob o governo de Dilma Rousseff, incorpora a dimensão da Inovação, passando a Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Após o polêmico impeachment da presidenta Dilma, assume seu vice - Michel Temer (2016), havendo a fusão com o Ministério das Comunicações, passando a Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), sendo, em 2020 as pastas separadas, com a recriação do MCTI.

Outra legislação de importância para a área é a Lei de Inovação Tecnológica – Lei nº 10.973/2004, que estabelece normas para incentivo à inovação tecnológica no Brasil, no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do país, incluindo regras relacionadas à pesquisa científica e tecnológica em instituições públicas e privadas (Brasil, 2004).

A Lei de Propriedade Industrial – Lei nº 9.279/1996, regulamentou a propriedade industrial no Brasil, incluindo regulação de patentes e marcas, sendo de grande relevância para pesquisas que envolvem inovações tecnológicas passíveis de proteção por patente.

Por fim, destacamos que, no ano de 2012, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Código de Ética em Pesquisa – Resolução nº 466, que estabelece diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas que envolvem seres humanos, incluindo os princípios éticos que devem ser seguidos em pesquisas científicas.

No Brasil, as pesquisas científicas são desenvolvidas por empresas privadas e principalmente por órgãos públicos que integram o Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Educação, sendo eles; a Agência Espacial Brasileira (AEB); a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), além das Universidades Federais e os Institutos Federais, locais de excelência na formação de novos pesquisadores e também na realização de pesquisas científicas.

A política de desenvolvimento da pesquisa científica decorre de fatores políticos, sociais e econômicos que, ao longo de nossa história, tornaram-se cada vez mais determinantes, resultando em decretos e leis que ajudaram a colocar o Brasil no 13º lugar em produção de pesquisa científica no mundo, segundo o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) (Brasil, 2022).

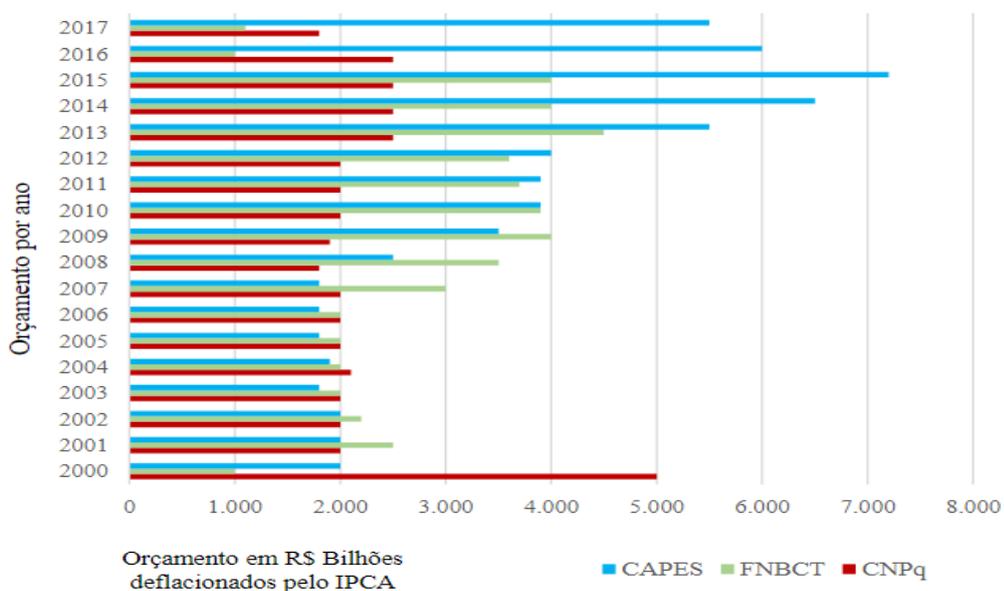
De acordo com a revista Super Interessante, publicada em outubro de 2021, os cinco principais temas mais abordados nas pesquisas brasileiras são, respectivamente: educação; biodiversidade; nano partículas; pecuária e agricultura e agricultura e irrigação.

O ranking foi elaborado a partir do número de publicações de artigos entre os anos de 2015 e 2020, presentes na plataforma *Web of Science*, que reúne produções decorrentes de pesquisas do mundo inteiro.

Entre os anos de 2007 e 2015, houve um grande investimento por parte do governo federal nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, que ocasionou o aumento do número de pessoas com formação de nível superior e a ampliação pesquisadores formados na pós-graduação, resultando no incremento do número de pesquisas científicas desenvolvidas em áreas diversas do conhecimento, como também em pesquisas aplicadas.

Para exemplificar melhor o desenvolvimento da ciência no Brasil, apresentamos a seguir o gráfico 1, elaborado pela SBPC, que mostra o orçamento destinado à pesquisa entre os anos 2000 à 2020, considerando os principais fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica (Silva Júnior; Fargoni, 2021).

**Gráfico 1:** Orçamento dos principais fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021 *apud* Silva Júnior; Fargoni (2021, p. 11).

Pelo gráfico, é possível verificar uma evolução importante nos recursos destinados à ciência e tecnologia no Brasil entre 2008 e 2017, sendo destacado por Silva Júnior e Fargoni (2021) que, durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), foi realizado um alto investimento na área. Entretanto, a política praticada manteve-se a mesma desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), pautada no

antigo tripé macroeconômico, subdividido em três eixos: responsabilidade fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante.

Sob esse modelo econômico, o investimento na área de ciência e tecnologia sofreu uma redução mais expressiva a partir da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de nº 241/2016, no governo Michel Temer, que impôs um limite para o aumento de gastos no setor público.

Outro fator que influenciou diretamente a redução recente do orçamento para a pesquisa científica e tecnológica foi a ascensão política da extrema direita a partir do ano de 2019, quando o governo Jair Bolsonaro, aplicando políticas descrédito à ciência, retirou e contingenciou o orçamento federal destinado a pesquisas. Assim, entre 2016 e 2021, no governo Bolsonaro, verifica-se o mais expressivo declínio no investimento em pesquisa, ciência e tecnologia no país, com registro de 12.716 bilhões de reais contingenciados para ciência e tecnologia (Silva Júnior; Fargoni, 2021).

Esse corte orçamentário atingiu diretamente as instituições que desenvolvem pesquisas, como as Universidades Federais e os Institutos Federais (Ifs), trazendo consequências tais como a redução no número de publicações de estudos científicos e no registro de patentes.

Tecidas as referências gerais sobre a pesquisa no Brasil, no próximo item adentraremos na pesquisa sobre o Instituto Federal da Paraíba.

### 3.3 A PESQUISA NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

O Instituto Federal da Paraíba é integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituída em 2008 pela lei 11.892, conforme destacado em outro trecho deste trabalho, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, com prioridade na oferta de educação profissional e tecnológica.

No ensino técnico, a pesquisa foi introduzida nos mesmos moldes da educação superior, tendo sua organização inserida pela primeira vez na Constituição brasileira de 1937 e pela Lei nº 378/1937, que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais (Colombo, 2020).

Apesar da lei que criou os institutos federais ser de 2008, a história dessas instituições iniciou há mais de 100 anos, quando o presidente Nilo Peçanha criou as

Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, através do Decreto nº 7.566. Tais instituições tinham o intuito de ensinar alguma atividade laboral para a classe trabalhadora, contemplando filhos de ex-escravizados, jovens em situação de risco social, que foram denominados no Decreto como “desfavorecidos da fortuna” (Brasil, 2010).

Os cursos eram ofertados levando em conta as realidades regionais de cada estado, com destaque para atividades agrícolas, através do ensino prático de “oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no estado em que funcionar a escola” (Brasil, 1909).

A partir do ano de 1930, as atividades agrícolas foram perdendo força para as atividades industriais, alterando a formação profissional, qualificando cada vez mais pessoas para o trabalho em fábricas, principalmente nas capitais. Esse cenário acarretou transformação das Escolas de Aprendizes Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, com formação equivalente ao secundário.

O formato durou até o ano de 1959, quando essas instituições foram transformadas em autarquias do governo e tiveram sua denominação alterada para Escolas Técnicas Federais.

A partir de 1994, através da lei federal n.º 8.984, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que promoveu uma alteração nas Escolas Técnicas Federais, passando a ser chamadas de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

No ano de 2004, os CEFETs, Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais passam a ter autonomia para criar e implantar cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica.

No final do ano de 2005, o Ministério da Educação implementou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, cujo objetivo era a ampliação dos Institutos Federais, para que eles estivessem presentes em todo o território nacional e, com isso, fosse melhorada a distribuição espacial e cobertura dessas instituições de ensino, popularizando o acesso ao ensino profissional e tecnológico no país (Brasil, 2018).

Com o advento da lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais ganharam *status* de Universidade Federal, submetendo-se a critérios de regulação, supervisão e

avaliação, e concorrendo nas mesmas condições de estrutura física, utilização de recursos humanos e financeiros, porém, ofertando ensino em diferentes níveis e modalidades, além de desenvolver projetos de pesquisa e extensão ligados à área de tecnologia.

É nesse momento que os Institutos Federais passam a buscar aplicar o princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, similar ao que já ocorria nas Universidades Federais, institucionalizando sua vocação para a pesquisa, com o objetivo de resolver problemas identificados na sua área de abrangência. Esse princípio se coaduna com a proposta de educação dos Institutos Federais, que tem por uma de suas finalidades “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade” (Brasil, 2008).

Assim, as ações no campo da pesquisa, com destaque para a de natureza aplicada, passam a ser assumidas pelos Institutos Federais, conforme o que prevê o Art. 6º, da Lei nº 11.892/2008:

[...]

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

[...]

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

[...]

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Cabe destacar que, desde a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Ciência e Tecnologia (CEFETs), a pesquisa científica passou a fazer parte das ações desenvolvidas pelos professores e alunos de forma mais sistemática, consolidando-se a partir dos encontros nacionais de iniciação científica e tecnológica, que promoviam o desenvolvimento de pesquisas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Dessa forma, os Institutos Federais foram criados tendo, entre outras, a finalidade de gerar conhecimento e desenvolvimento regional, colocando a pesquisa aplicada num lugar de destaque nessas instituições, a fim de solucionar problemas

práticos, oriundos de diversos setores da sociedade e dos setores produtivos, abrangendo conhecimentos em diversas áreas como tecnologia, engenharia, meio ambiente, entre outros.

Tais pesquisas estão concentradas em inovações tecnológicas que podem gerar melhorias nos processos de produção, no desenvolvimento de produtos e nas soluções para problemas econômicos e sociais de uma determinada região, além de contribuir na formação dos estudantes através de um ensino verticalizado e multidisciplinar, desenvolvendo habilidades e capacidades para o ingresso no mercado de trabalho (Frigotto, 2018).

No IFPB, essas pesquisas são coordenadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG), que tem como missão institucional instituir a política de pesquisa, inovação e pós-graduação no IFPB, com vistas a promover ações e condições necessárias para o desenvolvimento institucional em todas as áreas do conhecimento, visando ao avanço científico, tecnológico e social.

A PRPIPG é subdividida em duas diretorias: pesquisa, inovação e pós-graduação, além da direção da editora IFPB que, juntas, são responsáveis pelos 21 *campi* espalhados pelo estado.

As atividades de pesquisa foram regulamentadas no IFPB por meio da Resolução nº 134, de 02 de outubro de 2015, que dispõe sobre regulamentação das atividades de pesquisa, inovação e pós-graduação do instituto.

O referido documento determina quem pode participar dessas atividades, quais tipos de pesquisas podem ser desenvolvidas e como elas deverão ser ofertadas. Merece destaque o fato de essa resolução não restringir a participação do servidor técnico-administrativo como chefe de pesquisa.

No âmbito da pesquisa no IFPB, as atividades estão relacionadas com as ações desenvolvidas no ensino técnico, nos cursos de graduação e de pós-graduação, sendo seus investimentos voltados para a criação de novos programas, facilitando para que o ensino e a pesquisa se relacionem, compartilhando as informações da forma mais atualizada possível.

Dentre os principais eventos de pesquisa organizados pelo IFPB, está o Simpósio de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (SIMPIF), estando em sua sexta edição. Nos encontros há apresentação de trabalhos, mostra de robótica, maratona

de ideias, realização de palestras, minicursos e outras atividades com a participação da comunidade acadêmica.

Desde sua primeira edição, em 2015, o SIMPIF<sup>5</sup> do IFPB é realizado a cada dois anos, tendo como finalidade: “integralizar as ações referentes à pesquisa, inovação e pós-graduação do IFPB” (SIMPIF, 2015). O foco dessa iniciativa é a socialização de experiências que possam contribuir para a interação social e a produção de conhecimento no âmbito da instituição.

Considerando o modelo de criação dos Institutos Federais com foco na integração e na verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, destacamos as características e finalidades que se relacionam com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, sendo esses os elementos-alvo de atenção de interesse dessas instituições.

Para compreender como a pesquisa vem sendo atualmente desenvolvida no IFPB, localizamos algumas informações disponíveis no *site* IFPB, onde encontramos 163 grupos de pesquisa registrados até o desenrolar desta pesquisa (dados atualizados em 19/05/2022). Todos esses grupos são coordenados por docentes, considerando que nos editais de pesquisa do período de sua realização consta a proibição dos TAEs de coordenar as pesquisas.

No quadro 2, a seguir, apresentamos o quantitativo dos principais grupos de pesquisa, com sua respectiva área, no IFPB:

**Quadro 2:** Distribuição de grupos de pesquisa do IFPB por área do conhecimento (2022)

Área	Quantidade de grupos
Ciência da computação	21
Engenharia elétrica	15
Educação	12
Engenharia civil	9
Química	8
Administração	7
Total	72

Fonte: Site do IFPB (2022).

---

<sup>5</sup> O evento foi organizado junto ao III Seminário de Inovação Tecnológica do IFPB (SINTIF), que teve como foco a inovação tecnológica, compartilhamento de experiências e de estratégias de atuação para a formação de parcerias com instituições públicas, privadas e a sociedade.

No *campus* João Pessoa, as atividades de pesquisa são coordenadas pelo Departamento de Inovação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Cultura e Desafios Acadêmicos (DIPPED), onde está a Coordenação de Pós-graduação e Pesquisa (CPGPESQ), responsável pelo controle das atividades de pesquisa desenvolvidas na instituição.

Feita a descrição das atividades de pesquisa no *campus* João Pessoa, apresentaremos e discutiremos, no próximo capítulo, a participação dos TAEs em pesquisas científicas institucionais, com o intuito de compreender a participação dos servidores nessa atividade. As informações sobre o tema foram geradas a partir das entrevistas realizadas com os TAEs, bem como por pesquisas em base de dados institucionais (*site* IFPB e SUAP) e currículo *lattes* dos participantes.

### 3.4 RESTRIÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS NA PESQUISA INSTITUCIONAL: situando o debate

O debate sobre a restrição imposta aos TAEs de desenvolverem pesquisa com maior protagonismo no âmbito dos IFs é uma questão que precisa ser problematizada, uma vez que, mesmo com a edição da Lei nº 14.695/2023, até a conclusão deste estudo, o IFPB não regulamentou as atividades de pesquisa com a participação dos servidores citados.

Nesse sentido, convém voltarmos a atenção para o Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006, que estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação (IQ) e para o enquadramento por nível de capacitação dos servidores técnico-administrativos em Educação. Entendemos ser paradoxal e questionável prever tal incentivo, que tanto visa estimular a qualificação desse servidor em nível de pós-graduação quanto restringe que ele possa desenvolver pesquisas da instituição.

Para situar melhor a questão, partimos da estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, definida pela Lei nº 11.091/2005 e alterada pela Lei nº 12.772/2012. Considerando o foco de nosso

estudo, o referido plano prevê, como incentivo à qualificação (IQ)<sup>6</sup>, que os TAEs em exercício de cargo com exigência de escolaridade de nível superior (Classe E), com mestrado e doutorado, passem a perceber 52% e 75%<sup>7</sup> de incentivo, respectivamente, a considerar cursos concluídos de área de conhecimento diretamente relacionada ao cargo.

Dessa forma, tal incentivo (IQ) se traduz num importante estímulo à qualificação, o que se reflete na ampliação do número de servidores pós-graduados com potencial de atuar, de forma mais qualificada, no âmbito de suas funções, cargo e setor de lotação, bem como de desenvolver pesquisas com olhar para a área administrativa, contribuindo para o aprimoramento de processos de gestão e de trabalho em determinado setor, e para a área acadêmica, favorecendo processos formativos em níveis e modalidades diversos.

No IFPB e, especificamente, no *campus* João Pessoa, esse aumento do número de servidores TAEs mestres e/ou doutores já vem sendo observado nos levantamentos realizados. Recentemente, dados do Departamento de Gestão de Pessoas do *campus* mostram que, nos últimos dez anos, mais de 30% dos servidores técnicos administrativos em educação obtiveram a titulação de mestre e/ou doutor, conforme verifica-se na Tabela 1, a seguir:

**Tabela 1:** Titulação dos servidores TAEs no *campus* João Pessoa nos últimos dez anos

Nível	Mestres	Doutores	Geral
C	6	0	28
D	11	2	112
E	32	6	74
Total	49	8	214

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Verificamos na tabela 1 que existe um considerável número de servidores TAEs com titulação de mestre e doutor com potencial para realizar pesquisas na instituição,

<sup>6</sup> Espécie de vantagem, na forma de retribuição financeira, atribuída ao servidor que tiver concluído curso de educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, conforme percentuais previstos em lei.

<sup>7</sup> A Lei anterior, nº 11.091/2005, previa percentuais de incentivo de 15 a 20%, respectivamente, para os cursos concluídos da área de conhecimento diretamente relacionada ao cargo do TAE.

com destaque para servidores de nível de classificação E, cujo requisito para ingresso é a conclusão de curso superior.

Considerando ainda outras normativas sobre a atuação dos TAEs, no IFPB, o regulamento dos programas de pesquisa e inovação, através da Resolução nº 127, de 09 de junho de 2017, em seu artigo 4º, parágrafo único, prevê a possibilidade de sua participação no desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada, sem fazer restrição ao tipo de atuação, conforme observamos a seguir:

Art. 4º. As atividades oriundas dos Programas de Pesquisa podem ser desenvolvidas por docentes, técnico-administrativos e discentes do IFPB, pesquisadores de outras instituições, pesquisadores visitantes ou colaboradores, ou por integrante de órgão ou instituição parceira (nacional ou estrangeira) em cooperações técnico-científicas com o IFPB.

Parágrafo único. Poderão ser admitidos pesquisadores aposentados, evidenciando no Currículo Lattes a manutenção de atividades acadêmico-científicas no IFPB, pesquisadores visitantes, colaboradores e de outras organizações, desde que existam os devidos registros (convênio, parceria) estabelecidos para fins de cooperação técnica e/ou científica, acompanhados pelo CPIPG (Brasil, 2016).

Os documentos demonstram que existe institucionalmente referências legais de apoio e incentivo à participação desses servidores em pesquisas. Mesmo antes da criação do Instituto Federal, ainda como CEFET, os TAEs já possuíam um maior protagonismo no âmbito das pesquisas institucionais de que participavam.

Tais elementos normativos levaram as instâncias da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPIPG), como a Diretoria de Pós-Graduação, a envidar esforços para rever o que define a Nota nº 00031/2020, de forma a regulamentar a participação mais efetiva dos servidores TAEs nas pesquisas na instituição. Entretanto, até o momento de conclusão deste texto, o tal processo não foi regulamentado.

Cabe ainda situar o contexto em que essa questão se insere. Durante a execução desta pesquisa, houve um debate importante no âmbito do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) sobre a regulamentação da participação dos TAEs em pesquisas, principalmente em relação à utilização de parte de sua carga horária para o seu desenvolvimento.

Na mesma perspectiva, entidades representantes dos TAEs, como a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e

a comunidade de TAES de IFES de todo o Brasil fizeram uma mobilização na Câmara dos Deputados para pressionar os parlamentares a aprovar um antigo projeto de lei (PL nº 5.649/2019), que autorizava os servidores Técnicos Administrativos em Educação a coordenar pesquisas e, inclusive, receber bolsas de pesquisa.

Assim, no dia 19 de setembro de 2023, em sessão de plenária da Câmara dos Deputados, o referido projeto de lei foi aprovado e encaminhado para a sanção presidencial. Na sequência, em 11 de outubro de 2023, o presidente da república vetou o trecho da lei que autorizava a coordenação de projetos de pesquisa e extensão e concessão de bolsas de pesquisas para os TAEs, com a justificativa de que a competência para legislar sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União é privativa ao Presidente da República.

Após a tramitação, no dia 14 de dezembro de 2023, o veto foi rejeitado na Câmara e no Senado, dando origem à Lei nº 14.695, de 10 de outubro de 2023, que altera o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Com isso, registra-se uma grande vitória para os servidores TAEs que, a partir de então, poderão coordenar projetos de pesquisa e extensão. Entre outros aspectos, a referida lei prevê “[...] bolsas de pesquisa, de desenvolvimento, de inovação e de intercâmbio aos ocupantes de cargo público efetivo de técnico-administrativo envolvidos nessas atividades” (Brasil, 2023).

Tecidas essas referências sobre o debate em que se insere nosso estudo, apresentaremos as contribuições dos servidores técnico-administrativos nas pesquisas institucionais no âmbito no IFPB, João Pessoa, entre 2014 e 2020, partindo da análise dos editais lançados no período.

## **4 A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM PESQUISAS CIENTÍFICAS INSTITUCIONAIS DO IFPB - CAMPUS JOÃO PESSOA**

Antes de adentrarmos na participação dos TAES nas pesquisas institucionais do IFPB, trazemos referências sobre a controversa restrição imposta aos técnicos-administrativos em educação para atuar nas pesquisas institucionais, considerando aspectos normativos e o contexto de edição da Lei nº14.695, de 10 de outubro de 2023, que estabeleceu o direito a esses servidores de atuarem na pesquisa, inclusive a terem acesso a bolsas de pesquisa.

### **4.1 A PARTICIPAÇÃO DOS TAES EM PESQUISAS INSTITUCIONAIS NO IFPB: ASPECTOS NORMATIVOS**

O Instituto Federal da Paraíba, *campus* João Pessoa, é o maior e o mais antigo *campus* do IFPB. Em 2023, ele possuía 642 servidores lotados na unidade, sendo 423 docentes e 219 servidores técnico-administrativos em educação de cargos diversos.

Dentre os técnicos administrativos em educação lotados ali no período considerado, 49 (quarenta e nove) possuíam a titulação de mestre e 08 (oito), de doutor. Pelos registros acessados nesta pesquisa, em outros tempos, alguns desses servidores desenvolveram pesquisas, seja coordenando ou realizando outras atividades vinculadas a um grupo de pesquisa, independentemente de fazerem parte da carreira TAE.

O processo de participação dos TAEs em pesquisa se inicia quando a reitoria, por meio da PRPIPG, lança editais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), ambos voltados para alunos de graduação, com a finalidade de incentivar a formação de novos pesquisadores, podendo fornecer bolsas de iniciação científica financiadas pelo CNPq.

Os editais do PIBIC lançados pelo IFPB apresentam os objetivos do programa, geralmente no item primeiro do documento, conforme demonstrado a seguir, retirado do edital nº 16, do PIBIC/CNPq, no ano de 2019:

1.1 Fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes do ensino médio e profissional.

1.2 Despertar vocação científica e estimular estudantes do ensino médio e profissional, mediante participação em atividades de pesquisa científica e tecnológica, orientadas por servidores do IFPB.

1.3 Contribuir para a consolidação de linhas de pesquisa na Instituição, de modo a fortalecer os Grupos de Pesquisa do IFPB.

De forma semelhante ocorre com os editais do PIBITI, que também apresentam os objetivos do programa, geralmente no seu item primeiro do edital, conforme demonstrado abaixo, retirado do edital nº18 PIBITI/CNPq, no ano de 2019.

1.1 Contribuir para a formação de recursos humanos para atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.

1.2 Estimular estudantes do ensino técnico e superior a desenvolverem atividades de pesquisa que busquem soluções inovadoras, cujos resultados visem à introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social, possibilitando gerar novos produtos, processos ou serviços.

1.3 Proporcionar ao estudante, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa tecnológica, bem como estimular o desenvolvimento do pensar tecnológico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com problemas de pesquisa aplicada.

1.4 Possibilitar maior interação entre atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, desenvolvidas entre os diversos níveis de ensino e modalidades do IFPB.

1.5 Potencializar a pesquisa tecnológica no âmbito acadêmico com vistas a difundir a cultura da propriedade intelectual e da inovação no IFPB, e a favorecer a ampliação de produtividade e o bem-estar social.

1.6 Estimular o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que visem ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e soluções inovadoras para o ambiente produtivo ou social.

1.7 Contribuir para a consolidação de linhas de pesquisa na Instituição, de modo a fortalecer os Grupos de Pesquisa de servidores do IFPB.

Importante destacar que nos editais apresentados anteriormente, não existia a restrição em relação à participação dos TAEs como coordenadores. Dessa forma, os servidores do IFPB, docentes ou técnicos-administrativos, participavam do edital, podendo concorrer nas seguintes categorias: coordenador de projeto de pesquisa: proponente de projeto de pesquisa que envolve diferentes pesquisadores (orientador, coorientador, colaborador e discentes); orientador: responsável, juntamente com o coordenador de projeto, pela indicação dos demais participantes do projeto (coorientador, colaborador e discentes), pela definição e pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos discentes no projeto; coorientador: responsável pelo

acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos discentes no projeto; ou colaborador: responsável pelo auxílio no desenvolvimento do projeto de pesquisa.

Além desses, a PRPIPG lança os editais “Interconecta”, que têm como objetivo apoiar as pesquisas desenvolvidas no âmbito do IFPB, e com isso, incentivar o desenvolvimento e a produção científica, tecnológica e de inovação, em suas dimensões social, política e econômica, contribuindo para o fortalecimento das atividades dos grupos de pesquisa certificados institucionalmente, no âmbito do IFPB do território paraibano e do país, em suas dimensões social, política e econômica.

Os servidores do IFPB, participantes deste edital, poderão concorrer nas categorias de coordenador de programa de pesquisa; coordenador de projeto de pesquisa; orientador e coorientador; e colaborador.

No *campus* João Pessoa, o Departamento de Inovação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Cultura e Desafios Acadêmicos é responsável pelo lançamento dos editais de pesquisa, podendo ser de três tipos: editais “Interconecta”, apresentado anteriormente; editais de fluxo contínuo, com a finalidade de registrar uma pesquisa científica desenvolvida por servidores do *campus* João Pessoa, e o edital de bolsas para pesquisas, a fim de conceder bolsas para pesquisadores desenvolverem seus trabalhos.

Os editais de fluxo contínuo permitem a participação de servidores do IFPB nas categorias: coordenador de projeto de pesquisa; orientador; coorientador e colaborador.

Considerando os editais mencionados anteriormente, após uma busca realizada pelo sistema SUAP, encontramos servidores TAEs contemplados em alguns deles, conforme o quadro a seguir:

**Quadro 3:** Editais que contemplaram TAEs no IFPB

Edital	Nº de TAEs contemplados
Edital nº 17/2019 PIBIC CNPq/IFPB	1
Chamada 01/2017 – Interconecta	2
Edital nº 06/2018 - Programa Institucional de bolsas do IFPB – <i>campus</i> João Pessoa	2
Edital nº 10/2018 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio – PIBIC-EM/CNPq	2
Chamada 01/2019 - Interconecta	3

Chamada 14/2019 – Interconecta	1
Edital nº 16/2019 PIBIC-EM/CNPq	3
Edital nº 17/2019 PIBIC CNPq/IFPB	2
Edital nº 36/2019 - Vagas Remanescente Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio – PIBIC-EM/CNPq	1
Edital nº 08/2020 - Programa de Bolsas do <i>campus</i> João Pessoa	2
Edital nº 10/2020 - Enfrentamento ao COVID-19	1
Edital nº 01/2021 - Fluxo Contínuo	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Destacamos aqui a importância do coordenador da pesquisa, também conhecido como o chefe da pesquisa, sendo este o proponente do projeto, com mais propriedade sobre a temática em estudo, responsável por conduzir os trabalhos de pesquisa de forma com que os objetivos propostos sejam alcançados conforme o planejado, gerenciando a parte administrativa e financeira do projeto. Geralmente, os coordenadores de pesquisa possuem formação a nível de pós-graduação, com mestrado e/ou doutorado.

Após as referências sobre pesquisas institucionais no IFPB, com o olhar voltado para os seus editais, apresentaremos o perfil dos técnicos-administrativos que atuaram como pesquisadores na instituição pesquisada no período em estudo.

#### 4.2 PERFIL DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO PARTICIPANTES DE PESQUISA NO IFPB – *CAMPUS* JOÃO PESSOA

Apresentaremos, na sequência, os dados referentes ao perfil dos servidores Técnico-Administrativos em Educação participantes de pesquisas no IFPB – *campus* João Pessoa, que se deu por meio do levantamento de informações contidas no sistema SUAP, no *site* do IFPB e na plataforma *Lattes* do CNPq. Selecionado o recorte temporal entre os anos de 2014 e 2020, encontramos 14 (quatorze) servidores TAEs que já participaram de pesquisas aprovadas em editais institucionais, somando um total 36 (trinta e seis) trabalhos que possuíam a participação desse segmento.

A partir do levantamento realizado das 36 pesquisas envolvendo TAEs, identificamos que a maioria das participações ocorreu na forma de colaborador, conforme o apresentado no gráfico:

**Gráfico 2:** Levantamento sobre o tipo de participação de servidores TAEs com pós-graduação *stricto sensu* em pesquisas institucionais



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

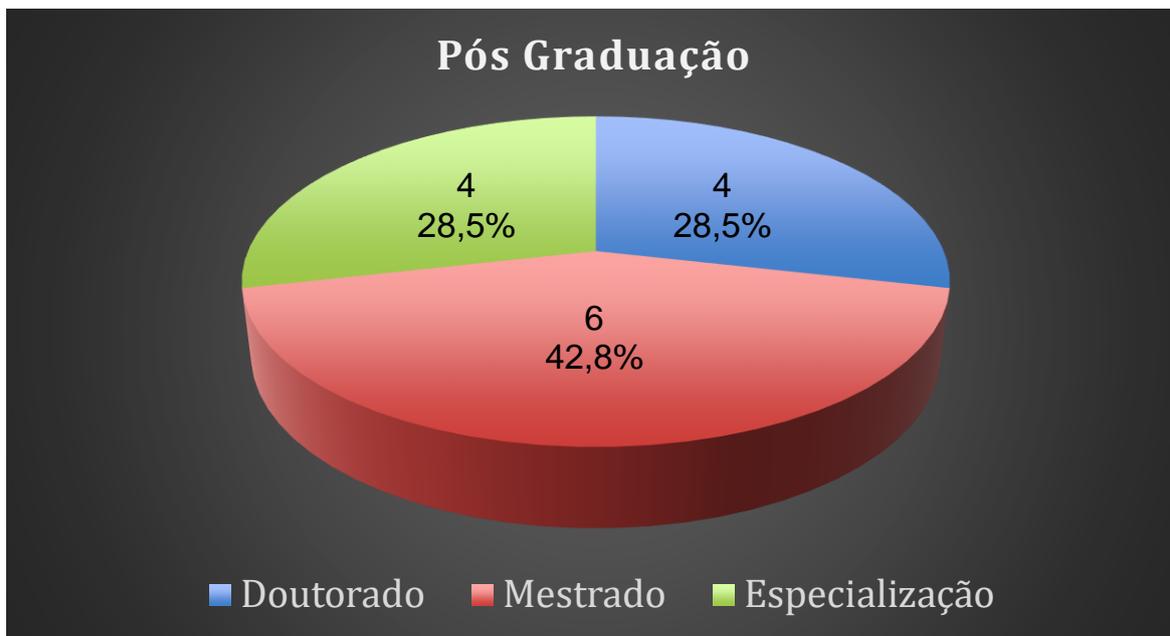
De acordo com o gráfico 2, é possível verificar a prevalência da participação de TAEs na condição de colaborador em 15 projetos (41,5%), seguida pelas participações como orientador, com 13 registros (36,1%) e, por último, a participação como coordenador, com 8 participações (22,2%). Entretanto, no período em estudo já se verificava um maior protagonismo desses servidores nas pesquisas institucionais. Ao somarmos as funções de orientação e coordenação, consideradas de maior responsabilidade, identificamos 21 projetos, o que representa 58,8% do total.

Nesse primeiro levantamento, consideramos todas as participações de servidores TAEs, independentemente da sua formação ou área de atuação. Esse levantamento inicial serviu como base para selecionarmos os servidores TAEs que já participaram de pesquisas institucionais e que vieram a ser convidados a participar deste estudo.

Quanto ao perfil dos servidores TAEs que realizaram pesquisas institucionais no período considerado, dos 14 pesquisadores TAEs, 08 (oito) são do sexo feminino

e 06 (seis) do sexo masculino. Quanto ao nível formação dos servidores com participação em pesquisas institucionais, os dados são demonstrados no gráfico a seguir:

**Gráfico 3:** Levantamento da titulação dos servidores TAEs participantes de pesquisas institucionais no IFPB *campus* João Pessoa



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

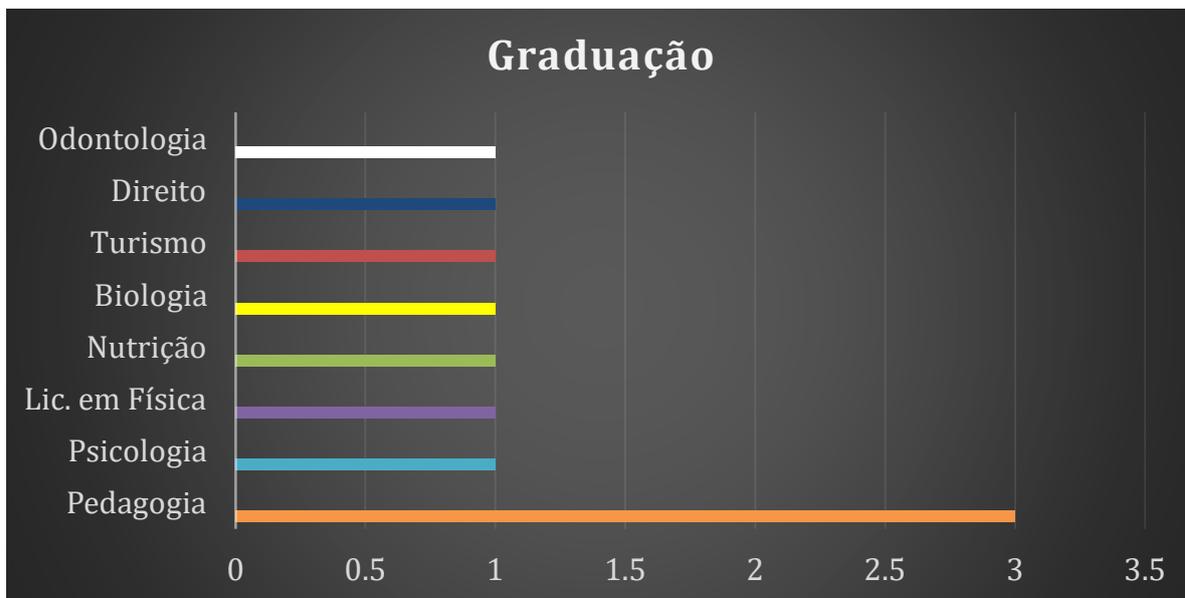
Verificamos, assim, que os servidores que realizam pesquisas institucionais, em sua maioria, possuem titulação de mestre (42,8%), em seguida, com os mesmos percentuais o título de doutores e especialistas, com 28,6% cada.

Diante desse panorama, tomando como referência titulação dos TAEs participantes da pesquisa no período em análise, optamos por convidar a participar de nosso estudo os servidores com mestrado e/ou doutorado, por entendermos que a pós-graduação *stricto sensu* é o *locus* privilegiado de formação de pesquisadores responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa em diversas áreas.

Assim, dos 14 (quatorze) servidores TAEs do *campus* João Pessoa que participaram de pesquisas aprovadas em editais institucionais, houve a redução para 10 (dez) servidores, considerando que desse total, quatro (04) servidores possuem apenas a formação em nível de pós-graduação *lato sensu* (especialização).

A próxima informação considerada nesse primeiro levantamento foi com relação à área de formação inicial desses dez servidores, apresentado no próximo gráfico.

**Gráfico 4:** Levantamento do curso de graduação dos servidores TAEs participantes de pesquisas institucionais no IFPB *campus* João Pessoa

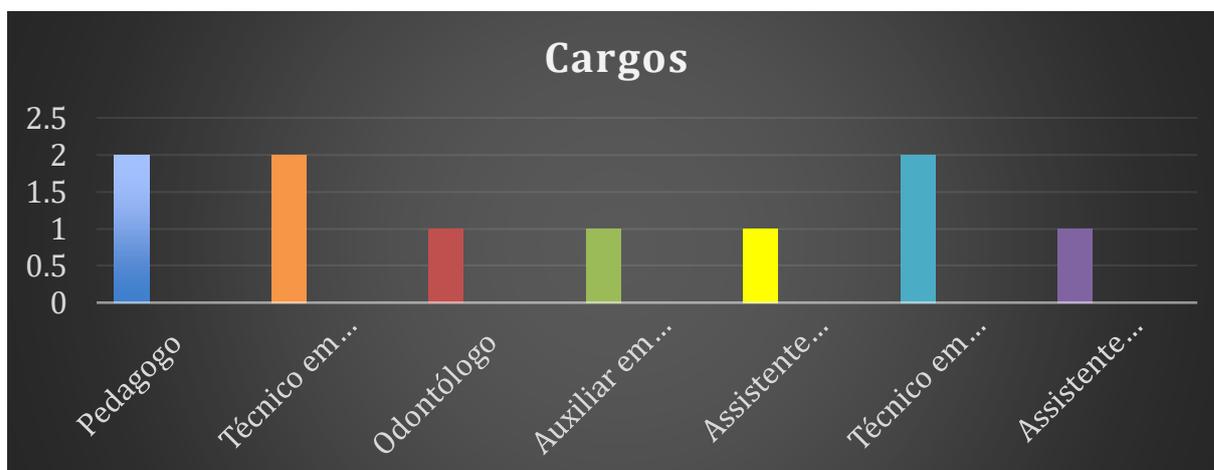


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Pelo gráfico, observamos que a maioria dos TAEs participantes de pesquisas científicas no *campus* João Pessoa são formados em Pedagogia (03), tendo os demais participantes, diferentes formações, quais sejam: Odontologia, Direito, Turismo, Biologia e outras graduações, com 01 (um) caso cada.

Com relação ao cargo ocupado pelo servidor TAE, tendo como referência a lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre os cargos da carreira dos PCTAE, verificamos a seguinte situação:

**Gráfico 5:** Levantamento sobre os cargos dos servidores TAEs com pós-graduação *scrito sensu* participantes de pesquisas institucionais no IFPB *campus* João Pessoa



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No gráfico 5, observamos que existe uma grande diversificação de cargos ocupados por esses servidores, num total de sete, sendo os cargos que mais aparecem os de pedagogo, técnico em assuntos educacionais e técnico em laboratório, com dois servidores em cada um deles.

Após esse primeiro levantamento, partiremos no próximo item para a análise das participações dos servidores TAEs nas pesquisas institucionais, considerando apenas os que se dispuseram a participar desta pesquisa, realizada por meio de entrevista/resposta escrita ao roteiro de entrevista.

#### 4.3 OS TAES NAS PESQUISAS INSTITUCIONAIS DO IFPB - *CAMPUS* JOÃO PESSOA

Com vistas à análise da participação dos TAES nas pesquisas institucionais do IFPB – *campus* João Pessoa, no período de 2014 a 2020, os procedimentos metodológicos envolveram a análise das entrevistas e respostas escritas com base no roteiro disponibilizado aos dez servidores. Inicialmente, estabelecemos contato com os dez servidores com a titulação definida como critério para participação: mestrado ou doutorado, por meio de ligações telefônicas, e-mail e mensagens através do aplicativo *WhatsApp*. Obtivemos resposta de oito (08) TAES que aceitaram participar da pesquisa e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecimento.

Dois (02) servidores que não participaram, não responderam aos contatos realizados, mesmo após tentativas diversas.

Dos oito (08) TAEs que aceitaram participar da pesquisa, dois (02) deles solicitaram a disponibilização do roteiro para que respondessem por escrito e, assim, enviassem suas respostas posteriormente. Diante de tal condição, optamos por respeitar a preferência do participante, colocando-nos à disposição para esclarecimentos que se fizessem necessários e, assim, podermos ter acesso aos dados necessários à conclusão de nosso estudo. Após a conclusão da entrevista/resposta ao roteiro de entrevista, foi possível contar com a participação de oito sujeitos, o que corresponde a 80% do total de TAEs com a titulação pretendida.

Os dados gerados a partir da realização das entrevistas, gravadas e transcritas, foram tabulados junto às respostas recebidas por escrito.

Para assegurar a confidencialidade das informações coletadas dos participantes, optamos por identificá-los com a letra “P”, decorrente da palavra “pesquisador”, seguida da numeração referente à ordem de participação na pesquisa, variando, portanto, de P-1 até P-8.

No que se refere ao perfil desses TAEs, destacamos os dados referentes à faixa etária e sexo no quadro 4 a seguir:

**Quadro 4:** Perfil dos participantes do estudo

Participante da pesquisa	Faixa etária dos participantes	Sexo dos participantes
P1	31 a 40 anos	Masculino
P2	Acima de 61 anos	Feminino
P3	31 a 40 anos	Feminino
P4	31 a 40 anos	Masculino
P5	51 a 60 anos	Feminino
P6	31 a 40 anos	Feminino
P7	31 a 40 anos	Masculino
P8	41 a 50 anos	Feminino

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Com relação à faixa etária dos pesquisadores participantes desta pesquisa, observamos que a maioria está na faixa dos 31 aos 40 anos, sendo pouco mais de 60% de nossa amostra por conveniência, seguida por um participante de cada faixa de 41 a 50, 51 a 60 e acima dos 61 anos, não sendo identificado nenhum com idade abaixo dos 30 anos.

Esses dados nos permitem compreender que:

I – Considerando que a proibição para participação dos TAEs nas pesquisas institucionais teve início em julho de 2020 e que o último concurso para servidor TAE foi realizado em 2019, os servidores TAEs mais jovens ainda não tiveram a oportunidade de participar de uma pesquisa institucional;

II – O fato de a maioria dos pesquisadores TAEs terem na faixa dos 30 aos 50 anos pode estar relacionado à criação e à expansão dos Institutos Federais nos últimos 15 anos, o que trouxe muitos novos servidores. Outro aspecto se refere ao fato de, por meio da Lei nº 11.091/2005, o plano de carreira dos TAEs incentivar os servidores a investirem na titulação que exceda a exigência de escolaridade mínima do cargo.

O Incentivo à qualificação (IQ) é concedido aos servidores que possuem certificado, diploma ou titulação que exceda a exigência de escolaridade mínima para ingresso no cargo do qual é titular, independentemente do nível de classificação em que esteja posicionado. Exemplificando: pela legislação anterior, um servidor de nível médio (nível de classificação D) recebia o percentual máximo de 52% (equivalente à conclusão de mestrado), já com a nova lei, o percentual máximo passa a ser de 75% com a conclusão de doutorado.

Em relação ao sexo dos participantes, a maioria é do sexo feminino, com cinco (05) respondentes, entretanto, essa prevalência vai ao encontro do que foi apresentado no estudo realizado pela *British Council*, ONU e Unesco, em 2022, que indicou que as mulheres no Brasil representavam 72% do total de pesquisadores e 46% nos países da América Latina e do Caribe, enquanto a porcentagem média global de mulheres pesquisadoras era de apenas 33% (EBC, 2022).

Com relação à formação dos TAEs em nível de pós-graduação *stricto sensu* e o ano da conclusão de seus cursos, apresentamos os dados no quadro a seguir.

**Quadro 5:** Formação em nível de pós-graduação e ano de conclusão dos respondentes

Entrevistado	Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	Ano de conclusão
P1	Mestrado em Educação Superior	2021
P2	Doutorado em Ciências Sociais	2018
P3	Mestrado em Educação	2016
P4	Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	2021
P5	Doutorado em Educação	2017
P6	Mestrado em Direito	2018
P7	Doutorado em Botânica	2017
P8	Mestrado em Educação Superior	2019

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Considerando a área de formação e a titulação dos pesquisadores participantes desta pesquisa, a maioria de servidores possui titulação de mestre, estando dois deles, até a conclusão deste estudo, cursando o doutorado. Com relação às áreas de formação na pós-graduação, a maioria dos participantes são da área de educação.

Em relação às formas de iniciação no campo da pesquisa no IFPB, a maioria dos TAEs apontou situações relacionadas a convites para participar de pesquisas, sendo a pós-graduação apontada como o *lócus* de formação e estímulo à pesquisa na instituição, conforme exposto no quadro 6.

**Quadro 6:** Forma de iniciação no campo da pesquisa no IFPB através de convite

Entrevistado	Resposta dos participantes
P1	“Devido a minha atividade dentro do <i>campus</i> que é a produção visual, muitos <b>docentes me convidaram</b> para participar de pesquisas”
P2	“Meu interesse só veio após a conclusão do meu mestrado, a <b>convite do meu orientador</b> ”
P4	“ <b>Sempre tive vontade</b> de realizar um trabalho de pesquisa e trabalhar com conteúdos que não fazem parte do meu trabalho diário. Quando um dia, um <b>docente me fez o convite</b> para participar de uma pesquisa”
P6	“Foi em 2017 quando <b>fui convidada para participar como colaboradora num grupo de pesquisa</b> com mais duas servidoras TAEs. Na época ainda estava lotada na reitoria. Fomos selecionadas num edital do Interconecta com bolsa”
P7	“Iniciei minhas atividades quando <b>fui convidado para ser o chefe substituto da antiga coordenação de pesquisa e extensão</b> . A partir <b>dessa oportunidade, tive meu primeiro projeto de pesquisa</b> aprovado e três artigos publicados vindo desse trabalho”

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas/respostas ao roteiro (2024, grifos do autor)

As respostas nos apontam que cinco dos oito participantes deram início à participação em pesquisas, em especial, a partir de convites de orientadores, professores ou de outros TAEs do IFPB. Entretanto, foram apresentadas outras situações, como a do entrevistado P7, que afirmou ter se iniciado nas pesquisas institucionais quando passou a ser o coordenador substituto da coordenação de pesquisa do *campus* e teve tal oportunidade.

Observamos que alguns dos oito pesquisadores participantes do estudo, três se iniciaram no campo da pesquisa quando ingressaram na pós-graduação ou buscavam a continuidade dos estudos de doutorado.

**Quadro 7:** Forma de iniciação no campo da pesquisa no IFPB por outros motivos

Entrevistado	Resposta dos participantes
P3	“Iniciei por interesse pessoal pensando num <b>possível ingresso no doutorado</b> ”
P5	“ <b>Após ingressar no IFPB, fiz uma pós graduação (<i>lato sensu</i>)</b> e a minha pesquisa foi uma investigação no processo de transformação da Escola Técnica em Centro Federal de Educação em 1986. <b>Depois que entrei no mestrado, sempre participei de pesquisas</b> ”
P8	“Durante o mestrado, tive uma <b>influência positiva por parte da minha orientadora</b> para a pesquisa e então em 2019, consegui coordenar um projeto de pesquisa”

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas/respostas ao roteiro (2024, grifos do autor).

A pesquisadora P3 teve como motivação o ingresso no doutorado, o que é bastante comum, haja vista os processos seletivos preverem produção acadêmica resultantes de pesquisas. Já a pesquisadora P5 não deixa claro o motivo que a fez iniciar no campo da pesquisa, porém assinala que após a realização do mestrado, sempre tem participado de pesquisas. A pesquisadora P8 aponta a influência da sua orientadora, o que nos remete à importância e à necessidade de estímulo e apoio aos pesquisadores iniciantes para que invistam nessa área ainda pouco explorada por esses servidores.

É importante ressaltar que o nosso grupo de TAEs possui titulação de mestrado ou doutorado, o que os coloca em condições de desenvolverem pesquisas. Entretanto, o convite como fator de destaque que os impulsionou ao desenvolvimento de pesquisas institucionais nos permite inferir que tais servidores ainda têm dificuldades de se lançar na área, considerada, por vezes, privilégio dos docentes. Posicionar-se como pesquisadores implica no enfrentamento de muitos desafios para esses servidores, não apenas no campo individual/pessoal e coletivo (categoria de TAEs), bem como institucional (IFPB), aspecto sobre o qual nos deteremos ao final deste capítulo.

Tal desafio precisa ser enfrentado com apoio da instituição, avançando na discussão sobre a Lei nº 14.695/2023 e a participação dos TAEs na pesquisa, recuperando referências sobre o papel desses servidores nesse âmbito de atuação ao longo da existência do IFPB.

Para isso, a socialização deste estudo sobre as contribuições dos servidores técnico-administrativos nas pesquisas institucionais entre 2014 e 2020 pode contribuir fortemente, podendo ser socializada e discutida junto aos TAEs e à comunidade acadêmica, por meio de comunicações internas, reuniões e eventos.

Essas iniciativas podem ainda incluir a socialização das produções dos técnicos decorrentes de suas pesquisas de mestrado e/ou doutorado, bem como de pesquisas institucionais por eles desenvolvidas, com a possibilidade de editais para publicação de coletâneas. Por meio dessas ações, é possível estimular o engajamento de novos servidores nesses processos, bem como dar visibilidade à atuação dos TAEs como pesquisadores, haja vista o pouco reconhecimento que esses servidores têm nesse campo de atuação.

A invisibilidade dos TAEs foi foco do estudo desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) por Gonzaga (2011). O autor conclui que a invisibilidade ativa atinge a categoria dos técnico-administrativos em educação, como um todo, sendo a situação mais crítica para os autodeclarados. E, assim, explica o conceito, baseando-se em Boaventura Sousa Santos:

Trata-se, portanto, de uma invisibilidade ativamente produzida que atravessou os tempos coloniais e está radicada na estrutura e no imaginário das sociedades e das suas instituições. Nas instituições que lidam diretamente com o poder e o saber esse pensamento abissal e a invisibilidade por ele produzida podem ser mais facilmente percebidos e analisados. No contexto específico da UFMG, os trabalhadores técnico-administrativos, de modo geral, podem ser compreendidos como esse "outro", na medida em que não são (re)conhecidos como sujeitos de saberes e direitos. Podemos dizer que, nesse caso, são impedidos de viver uma cidadania plena, o que vai de encontro às normas vigentes no Estado democrático e de direitos. Eles e elas gozam de invisibilidade, que vem sendo ativamente alimentada no espaço acadêmico, onde o poder e a informação estão restritos a um determinado grupo. A eles não cabe "pensar o que é e o que pode ser a universidade", cumprem o dito popular "manda quem pode, obedece quem tem juízo" (Gonzaga, 2011, p. 94-95).

Nesse sentido, na medida em que os TAEs ocupem esses espaços mais acadêmicos, por vezes até compreendido como privilégio dos docentes, pode-se ampliar o olhar sobre as atividades-fim e atividades-meio e suas interfaces, proporcionando um processo mais colaborativo entre professores e técnicos no campo do ensino, da pesquisa e da extensão com resultados mais efetivos e de qualidade.

Outra iniciativa que julgamos importante é o lançamento de editais que prevejam a participação dos TAEs em projetos de pesquisa como membros das equipes, com a possibilidade de maior protagonismo e grau de responsabilidade nos projetos. Como exemplo, pode ser prevista a proposição de projetos pelos técnicos, desde que possuam a titulação exigida; a possibilidade de atuação como coordenador ou vice-coordenador, bem como de poder ter acesso às bolsas de pesquisa, de

desenvolvimento, de inovação e de intercâmbio, nos termos previstos na Lei nº 14.695/2023.

Questionados sobre a quantidade de pesquisas já realizadas pelos TAEs no IFPB, bem como as temáticas que contemplavam, verificamos as respostas sintetizadas a seguir.

**Quadro 8:** Pesquisas desenvolvidas pelos TAEs: temas e quantitativo

Entrevistado	Nº de pesquisas	Temas
P1	3	Acessibilidade de alunos; produção de vídeo aulas
P2	3	Educação; práticas religiosas em ambiente escolar; impactos da autonomia do docente.
P3	3	Currículo integrado; Direitos Humanos; cursos técnicos.
P4	1	Primeiros socorros; ambiente escolar.
P5	4	Trabalho, Educação e Tecnologia (TEDUTE); currículo integrado; currículo baseado em competências; curricularização da extensão.
P6	1	Política educacional para inclusão de pessoas com deficiência no IFPB.
P7	9	Botânica; diversidade florística; sanitização de ambiente; levantamento de plantas exóticas.
P8	2	Formação de docentes; saúde mental

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O quadro 8 reúne vinte e seis pesquisas realizadas pelos oito participantes, contemplando uma variedade de temas. Essa característica pode ter relação com a diversidade de formações e cargos desses profissionais, o que influencia a escolha de determinado problemática de investigação, assim como o setor de lotação deles.

P7 é TAE com maior número de participações em pesquisas no *campus* João Pessoa, e as temáticas de suas pesquisas estão ligadas à sua função na instituição, relacionada à área de botânica, com *lócus* de atuação compatível com sua área de estudo.

Os outros pesquisadores também desenvolveram pesquisas relacionadas com sua área de formação ou de atuação no *campus*. Merece destaque o fato de que a maioria das temáticas dos demais projetos contemplaram aspectos relativos à proposta educacional do IFPB e suas práticas (currículo integrado; cursos técnicos; ambiente escolar; trabalho, educação e tecnologia; currículo baseado em competências; curricularização da extensão; produção de videoaulas; educação; práticas religiosas em ambiente escolar), em articulação com a atenção aos seus sujeitos (acessibilidade de alunos; autonomia do docente; Direitos Humanos; inclusão

de pessoas com deficiência; formação de docente e saúde mental). Com isso, é possível compreender que o conhecimento decorrente desses projetos tem como foco o retorno institucional por meio de resultados que venham a contribuir com a melhoria da instituição e de seus resultados.

Nesse sentido, compreendemos como é paradoxal o impedimento dos TAEs de desenvolverem pesquisas pois, a julgar, pelas temáticas investigadas, elas podem reverberar em um retorno institucional relevante. Ademais, representam uma falta de reconhecimento de seu valor para a instituição, que “[...] reforça a hierarquia da classe docente sobre a dos técnico-administrativos”, ancorada na visão dicotômica entre saber e fazer (Gonzaga, 2011). Invisibiliza, assim, esses sujeitos e seu potencial, estimulando o incentivo à qualificação (IQ), a ser conquistado por meio da conclusão de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, seja restringido ao seu impacto remuneratório no salário do servidor, contrariando o que preconiza a Lei nº 14.695/2023, que confere a esses servidores o direito ao desenvolvimento de pesquisa, cujo conhecimento dela decorrente pode se voltar em favor da própria instituição.

Além do número de pesquisas realizadas pelos TAEs, buscamos discutir a forma de participação desses servidores nas pesquisas no IFPB. Para isso, inicialmente, voltamos a atenção sobre grupos de pesquisa do IFPB, meio privilegiado para o desenvolvimento de pesquisas científicas nas instituições. O grupo de pesquisa é composto por indivíduos, sob determinada liderança, que desenvolvem investigações voltadas para determinadas áreas e linhas de pesquisa. Na definição de grupo de pesquisa pelo CNPq temos:

Conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou duas lideranças, onde há envolvimento com atividades de pesquisa, cujos trabalhos são realizados em linhas de pesquisa comuns e que, em algum grau, compartilham instalações e equipamentos (CNPq, 2018).

Segundo Von Wangenheim *et al.* (2001) e Lichtnow (2001), algumas das atividades exercidas, bem como os conhecimentos necessários por um membro de um grupo de pesquisa podem ser descritos da seguinte forma:

- Pesquisa e estudo de literatura: necessita de conhecimento sobre bases de dados e fontes de conhecimento e senso crítico para a escolha dos documentos a serem estudados.
- Elaboração de propostas de projetos de pesquisa: necessita de conhecimento de como formular propostas de projetos, assim como do estado da arte e prática na área relacionada.

- Realização de encontros para a apresentação e discussão de ideias: requer suporte organizacional e estrutura física ou técnica, assim como conhecimento para preparar e conduzir os encontros.
- Desenvolvimento de modelos teóricos: necessita de conhecimento sobre metodologias de pesquisa, projetos, e especialistas que podem contribuir nesta atividade.
- Desenvolvimento de protótipos e sistemas: requer conhecimentos práticos sobre o domínio do problema, desenvolvimento de protótipos, especialistas e trabalhos semelhantes.
- Escrita e publicação: requer conhecimento sobre metodologias de pesquisa, escrita científica, assim como domínio sobre o tema abordado.
- Cooperação com órgãos de pesquisa: requer o contato entre os diferentes parceiros envolvidos para que resultados e o conhecimento sejam compartilhados.
- Organização de pesquisa ou de projetos: necessita de conhecimentos sobre programas de pesquisa, bem como conhecimentos de execução e gestão de projetos.
- Participação em conferências: requer informações quanto as conferências a serem realizadas, bem como sobre às áreas a elas relacionadas.
- Organização de eventos: requer conhecimento sobre organização de eventos.
- Ensino: a existência de tutoriais e de material relacionado às áreas de atuação do grupo que possa favorecer esta atividade.

Num levantamento realizado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, localizamos três, dos oito servidores entrevistados, atuando como membros-participantes de grupos de pesquisa no IFPB nas áreas de ciências humanas, Educação, Diversidade e Direitos Humanos. Verificamos, ainda, que nenhum servidor TAE lidera um grupo de pesquisa.

Em que pese apenas três TAEs, na ocasião do levantamento, fizessem parte de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, não tivemos informações sobre suas participações em períodos anteriores. Entretanto, ao serem questionados sobre o tipo de participação nas pesquisas e as atividades por eles realizadas, considerado ainda a autonomia e as responsabilidades assumidas nas pesquisas de que faziam parte, temos as seguintes informações.

**Quadro 9:** Tipo de participação dos TAEs nas pesquisas

Entrevistado	Resposta dos participantes
P1	1 participação como coordenador; 2 participações como apoio técnico.
P2	3 participações como coordenadora; 1 como colaborador.
P3	1 participação como orientador; 2 participações como colaborador.
P4	1 participação como colaborador.
P5	1 participação de vice coordenador; 3 participações como colaborador.
P6	1 participação como colaborador.
P7	7 participações como coordenador, 1 como apoio técnico; 1 como colaborador
P8	1 participação de coordenador e 1 participação de apoio técnico.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

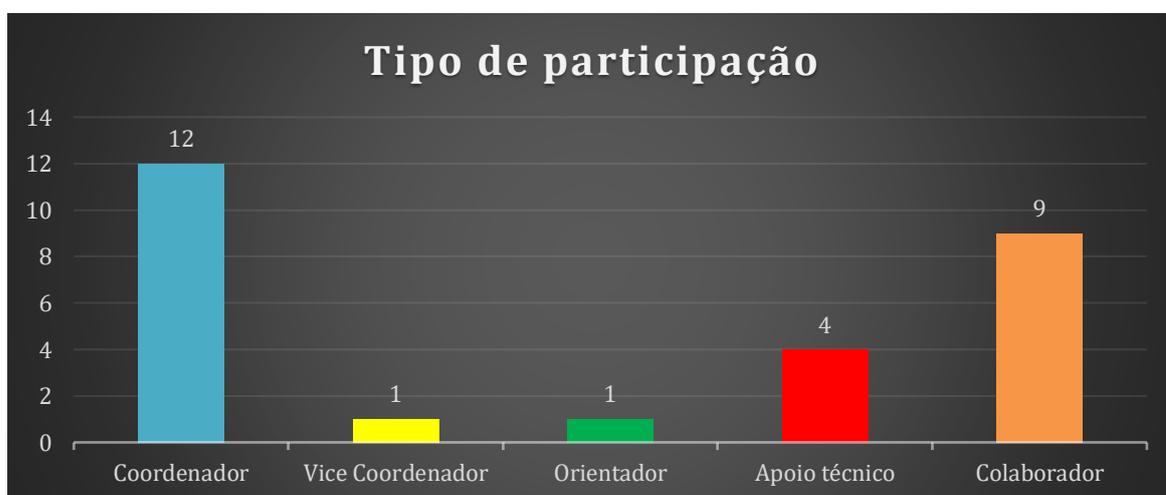
Considerando a participação dos pesquisadores TAEs nas vinte e sete (27) pesquisas realizadas, em doze (12) eles atuaram como coordenadores, nove (09) como colaboradores, quatro (04) como apoio técnico; uma participação como orientador e uma como vice coordenador.

Destacamos mais uma vez a participação do participante P7 que, em sua fala, afirma ter participado de mais de vinte pesquisas, porém, contabilizamos no nosso trabalho apenas as realizadas no âmbito do IFPB.

Observamos também que dos oito (08) pesquisadores analisados, seis (06) possuem participação em mais de uma pesquisa, e no registro de quase todos identifica-se que já participaram de outras seleções de editais para pesquisas institucionais, porém não obtiveram êxito.

Como síntese desses dados, apresentamos no gráfico a incidência dos tipos de participações desses pesquisadores:

**Gráfico 6:** Incidência dos tipos de participação dos TAEs nas pesquisas



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Verificamos que a participação como coordenador é a que prevalece (12), correspondendo à quase metade das pesquisas realizadas (46,2%), seguida da participação como colaborador, com nove participações; em terceiro, a de apoio técnico, com quatro participações e, por último, com apenas uma participação em cada, as de vice coordenador e orientador.

Esses dados nos mostram que os TAEs, no período analisado, assumiram um maior protagonismo nas pesquisas de que participaram no IFPB, *campus* João

Pessoa. Ficaram à frente de projetos de investigação, o que pressupõe o domínio do conteúdo de determinada área e a autonomia para o desenvolvimento de seus projetos, características fundamentais a um pesquisador. Entretanto, para compreender melhor a inserção dos TAEs nas pesquisas, questionamos sobre as ações e responsabilidades assumidas por eles nas pesquisas em que participaram.

**Quadro 10:** Ações e responsabilidades assumidas pelos TAEs durante a pesquisa

Entrevistado	Resposta dos participantes
P1	“Na única que coordenei, tive que transformar conteúdo em vídeos, nas outras, só fiz o apoio técnico”
P2	“Atividade de coordenação de grupo e pesquisa de materiais”
P3	“Participação em reuniões de grupo para estudo do referencial teórico para elaborar instrumentos de coleta de dados, análise de dados e sistematização de dados”
P4	“Realizei pesquisas pela internet; participei de reuniões; desenvolvi metodologias e elaboração de relatórios”
P5	“Aplicação de questionário, entrevistas, produção de conhecimento, organização de artigos acadêmicos e de livros. No caso do TEDUTE, mobilização com outros servidores (professores e técnicos) para criação do grupo (2019). Por conta da pandemia não conseguimos avançar muito”
P6	“Fui responsável por desenvolver a parte dedicada à inclusão ao trabalho que teve como público-alvo os servidores com deficiência no âmbito do IFPB. Fui também responsável pelo contato com os discentes do projeto (eram estagiários no setor que eu trabalhava), e também por escrever parte do relatório final e do artigo apresentado em evento internacional”
P7	“Nos projetos que fui orientador, fiz a gestão integral do projeto, organizando expedições de campo, aquisição de material, coleta e triagem de amostras junto com os bolsistas, curadoria de material para tombamento e análise de dados, para publicação em periódicos, predominantemente, nacionais. Nos projetos como coorientador, participava apenas das reuniões para capacitação em alguma técnica ou tirar dúvidas sobre os dados dos projetos e revisão textual dos artigos. No projeto que atuei como apoio técnico, fazia análises físicas, químicas e bacteriológicas da água para confecção de laudos para uso de recursos hídricos”
P8	“Na coordenação, assumi várias responsabilidades para o desenvolvimento da pesquisa. Por exemplo: formação de bolsistas e voluntários, pesquisa de preços, compra de materiais e outras coisas”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Analisando as respostas, observamos que algumas palavras utilizadas para descrever as ações, se repetem, entre elas estão: coordenação do projeto, participação em reuniões, escritura de relatórios e pesquisas em geral. Nas respostas dos membros P1 e P7, observamos que eles realizaram atividades correlacionadas com a suas respectivas áreas de atuação dentro da instituição.

No geral, as respostas não trouxeram maiores detalhes em relação às responsabilidades por cada em suas respectivas pesquisas, não demonstrando, por exemplo, qual foi o apoio técnico realizado ou como foram as atividades de

coordenação. Entretanto, verificamos que essas ações estão diretamente ligadas às respectivas funções assumidas na instituição ou às formações acadêmicas.

A considerar ainda a variável sexo, identificamos que não houve grandes distinções em termos de responsabilidades assumidas, o que nos permite inferir que fatores determinantes para assumir determinada responsabilidade no projeto poderiam estar relacionados à formação de cada TAE. Tais aspectos requerem, entretanto, aprofundamentos em estudos posteriores.

As responsabilidades relacionadas à atuação dos TAEs no âmbito da pesquisa implicam em um maior ou menor grau de autonomia, a depender do papel que eles assumem nos projetos em que participaram, assim como o conhecimento sobre determinado tema ou procedimento previsto na investigação em andamento.

**Quadro 11:** Autonomia do TAE nos projetos e ações sob sua responsabilidade

Entrevistado	Resposta dos participantes
P1	“Em algumas pesquisas, tive autonomia para modificar o conteúdo para adequar a linguagem audiovisual do vídeo. Em outros, só fiz a reprodução. O que influenciou nesse processo foi o relacionamento com o coordenador do projeto”
P2	“Tive autonomia apenas nas que coordenei.”
P3	“Tive maior autonomia no projeto relacionado aos Direitos Humanos, pois o grupo tinha uma maior interação. Nos demais, faltei a alguns encontros, o que me prejudicou na autonomia”
P4	“Em tarefas mais simples, eu tive uma maior autonomia. Nas que tinham maior complexidade, as decisões eram tomadas pelo grupo”
P5	“Em todas essas pesquisas, tive uma autonomia relativa às ações e responsabilidades, mas com o olhar e colaboração das professoras orientadoras”
P6	“O que influenciou na natureza das ações que desempenhei foi meu próprio interesse, o local onde estava lotada (DGEP) e a facilidade com a escrita acadêmica”
P7	“Apenas nos projetos que fui coordenador tive maior autonomia”
P8	“Enquanto coordenadora tive maior autonomia. Enquanto colaboradora, tive mais autonomia só nos projetos de extensão porque eu já estudava a temática e pude opinar e participar com mais propriedade”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A autonomia faz parte do processo de aprendizagem que também ocorre nas pesquisas científicas, após o pesquisador experimentar desafios que exigirão dele decisões para solucioná-los. Esses desafios serão incorporados ao seu desenvolvimento como pesquisador.

Segundo Rosseto e Bolzan, no artigo “Constituição da autonomia no processo de produção da pesquisa na pós-graduação *stricto sensu*”,

[...] a autonomia é uma construção gradativa que acontece não somente durante uma determinada etapa do processo de aprendizagem, mas, sim, durante ao longo de toda a vida e, por essa razão poderemos vir a necessitar

novamente da presença de outro mais especializado e/ou mais experiente, visto ser um processo de aprendizagem que não se acaba. A aprendizagem da autonomia pelo sujeito constitui-se como uma espiral, na qual o impulso para aprender favorece a busca livre para outras novas aprendizagens. Ela é um processo que não se esgota e se amplia a cada novo desafio (Rosseto; Bolzan, 2015, p. 12).

Esse conceito, aplicado à área de nosso estudo, nos permite compreender que os TAEs, ao longo de sua experiência com pesquisas no IFPB, foram tendo a oportunidade de ampliar gradativamente sua autonomia nesse âmbito de atuação. Trata-se de uma construção que não se dá de vez, nem é imposto ou atribuído a outrem. É, pois, um processo construído por meio de suas inserções em pesquisas anteriores, a partir das diversas funções que assumem, servindo para refletir, ressignificar e ampliar sua forma de ser pesquisador na instituição, conferindo segurança e reconhecimento profissional na área.

Pelas respostas dos participantes P2, P7 e P8, com titulação de doutorado, identificamos que eles atuaram como coordenadores das pesquisas com autonomia em seus projetos, o que vai ao encontro do entendimento de que a autonomia conquistada está relacionada ao nível de conhecimento na área de estudo. Já o participante P4 afirma que teve uma maior autonomia apenas em tarefas de menor complexidade, sendo as atribuições de maior responsabilidade definidas de forma colegiada.

Diante do exposto, é importante compreender que, no plano de sua atuação como pesquisador, a autonomia do TAE se reflete na capacidade de ele decidir e agir segundo suas próprias decisões internas, “movidas pela autonomia de sua vontade”, e não por determinações de uma “força heterônoma do poder do grupo social dominante” (Severino, 2015, p. 783), que pode ser representada na figura de outro pesquisador coordenador ou do próprio sistema institucional, ao impor limites à atuação desses TAEs em pesquisas institucionais.

Por outro lado, não podemos perder de vista que a autonomia do pesquisador, no plano individual, circunscreve-se no contexto maior da autonomia universitária e da liberdade de cátedra, esta última própria dos docentes. Além do mais, com Santos (2008), compreendemos que a autonomia do pesquisador guarda relação com o tipo de universidade ou instituição organizada segundo o mesmo *ethos* universitário em que ele atue, considerando seu contexto socioeconômico e político, o que relativiza seu alcance e instiga a novos olhares sobre a temática em estudos posteriores.

Outra questão abordada foi como os TAEs avaliam as suas participações nas pesquisas em que se envolveram, sendo as respostas apresentadas no quadro a seguir.

**Quadro 12:** Autoavaliação dos TAEs sobre as suas participações nas pesquisas institucionais

Entrevistado	Resposta dos participantes
P1	“No geral, eu acho que foi positiva, pois eu realizava uma função que já é minha dentro do IFPB e, ao mesmo tempo, participava de um projeto de pesquisa”
P2	“Sempre tive participação ativa nos grupos, gosto de me posicionar e mostrar o meu ponto de vista”
P3	“O único que atendeu às minhas expectativas foi o projeto relacionado aos Direitos Humanos, considerando que pude participar de todas as etapas da pesquisa, pois todas as decisões eram tomadas pelo grupo”
P4	“A minha participação foi de grande importância para meu crescimento profissional porque consegui compreender o trabalho de um pesquisador sendo realizado”
P5	“Fui evoluindo a partir de cada experiência vivenciada como pesquisadora, mas já fiz diversas coisas, desde atas, relatórios, pesquisas bibliográficas, entre outras coisas”
P6	“Fiz o levantamento de informações junto ao Departamento de Cadastro, Acompanhamento e Produção de Folha de Pagamento (DCAPP), em 10 de maio de 2017. Os dados obtidos demonstram a quantidade de servidores com deficiência, o cargo e o início do exercício de cada servidor; gerenciei os documentos administrativos exigidos pela PRPIPG e escrevi parte do artigo publicado e do relatório final”
P7	“Participei de diversas pesquisas, cada uma com especificidades distintas. Nas pesquisas que fui coordenador, eram pesquisas de campo, onde íamos coletar material em diferentes ecossistemas com intuito de levantamento florístico. Nas pesquisas que fui colaborador, predominantemente no pós-pandemia, eram projetos de meta-análise ou pesquisas de revisão, então tínhamos apenas encontros virtuais para discutir o andamento do projeto e tirar dúvidas ou revisar o texto produzido pelo bolsista. No projeto que atuei como apoio técnico, fazia apenas análises físicas, químicas e bacteriológicas da água para confecção de laudos para uso de recursos hídricos”
P8	“Eu me sentia muito feliz em poder desenvolver pesquisa e extensão no IFPB, principalmente em orientar estudantes do ensino médio sobre a parte metodológica da pesquisa. Acho que desenvolvi bem meu papel e avalio de forma positiva tal atuação”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nas respostas obtidas, observamos que alguns participantes responderam com a descrição das atividades que desenvolveram, e outros mencionaram sobre significado que a participação nas pesquisas trouxe para suas vidas e seu trabalho.

Percebemos que esses pesquisadores avaliam as suas participações de forma positiva e que trouxe importante crescimento profissional, com destaque para a resposta do participante P5, que traz o elemento da evolução a partir de cada experiência vivenciada em cada pesquisa realizada.

Observamos também que alguns participantes, mais uma vez, mencionaram a semelhança das atividades realizadas no seu setor na instituição com as realizadas na pesquisa, demonstrando que o conhecimento aplicado nas pesquisas condiz com a formação da maioria deles.

De forma mais específica, questionamos os TAEs quanto às ações e responsabilidades assumidas nas pesquisas e a sua relação com a própria formação e as atribuições do cargo na instituição. A maioria dos respondentes indicou que havia relação entre suas pesquisas e seu cargo e/ou formação.

**Quadro 13:** Relação entre as ações e responsabilidades assumidas na pesquisa e as atribuições do cargo e formação do servidor

Entrevistado	Resposta dos participantes
P1	“Sim, minha participação sempre foi ligada à função de téc. em audiovisual. Após a graduação também teve relação, já que meu trabalho na pesquisa era para educação”
P3	“Sim, como trabalho na área de ensino, os temas da pesquisa eram diretamente ligados com a minha função dentro do IFPB”
P4	“Sim, apesar de ter adquirido bastante conhecimento na pesquisa, eu já possuía formação na área”
P5	“As ações e responsabilidades assumidas estavam relacionadas à minha formação e vivência profissional”
P6	“Sim. Estava lotada no setor de gestão de pessoas, e na minha especialização pesquisei a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho”
P8	“Estavam mais relacionadas à formação em nível de pós-graduação. Porque os conhecimentos sobre elaboração de projeto de pesquisa/extensão (objetivos, problemática, justificativa, metodologia, análises), métodos e coleta de dados e análises dos resultados, só puderam ser mais bem desenvolvidos durante minha pós. Penso que a graduação ainda deixa muito a desejar no aspecto de formar para a pesquisa.”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O quadro 13 apresenta as respostas dos pesquisadores que afirmaram que suas ações e responsabilidades nas pesquisas estavam diretamente ligadas ao cargo ocupado ou à formação, aspecto considerado relevante vez que esses pesquisadores podem, com suas pesquisas, contribuir institucionalmente, produzindo conhecimentos de interesse institucional.

Diferentemente, identificamos dois casos em que os respondentes indicaram que suas pesquisas não se relacionavam com o cargo que exerciam, conforme se verifica a seguir.

**Quadro 14:** Relação entre as ações e responsabilidades assumidas na pesquisa e as atribuições do cargo e formação do servidor

Entrevistado	Resposta dos participantes
P2	“Não diretamente ao meu cargo no IFPB, mas ligada à minha formação acadêmica.”
P7	“Meu cargo é técnico de laboratório, no geral, as atividades de pesquisas não estavam relacionadas diretamente ao meu cargo, mas como sempre fui proativo e a instituição na época não impedia os técnicos-administrativos de atuarem na coordenação de projetos, sempre conciliei minhas atividades no laboratório com os projetos que eu me envolvia”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O quadro 14 nos mostra que apenas os participantes P2 e P7 declararam que as ações desenvolvidas na pesquisa não estavam relacionadas à sua atuação como TAE na instituição ou com a sua formação. Entretanto, o primeiro aponta relação da pesquisa com a sua formação acadêmica, e o segundo indica que sempre conciliou trabalho e pesquisa, em um período em que não havia restrição à participação dos técnicos nesses projetos, o que aponta para sua proatividade e interesse com a área de pesquisa. Ademais, se o IFPB autorizou sua participação nesse processo, pressupõe que a temática alvo de investigação guardava relação com sua formação e/ou interesse institucional.

Ainda que a maioria dos participantes aponte que possui relação entre o cargo e/ou formação com as pesquisas de que participa, questionamos sobre limitações ou dificuldades encontradas durante a realização das pesquisas. As respostas seguem apresentadas no quadro 15.

**Quadro 15:** Limitações ou dificuldades para participar das pesquisas

Entrevistado	Resposta dos participantes
P1	“Não, para mim foi bem tranquilo pois a maioria das vezes não participei da produção de conteúdos. A limitação que tive foi em relação à falta de equipamentos na instituição”
P2	“Sim, principalmente na realizada durante a pandemia, que continham as limitações próprias da situação”
P3	“Sim, a principal dificuldade era com relação ao horário, considerando que a prioridade é atender as demandas de trabalho do setor, as atividades da pesquisa acabam ficando em segundo plano”
P4	“A grande dificuldade e a compatibilidade do seu horário de trabalho normal com o que é necessário para fazer a pesquisa”
P5	“Sim. A principal é com relação à carga-horária. Já que não ficamos liberados das atividades da instituição”
P6	“A dificuldade de ser um trabalho voluntário não reconhecido na carga horária laboral. Só participei deste projeto, pois nos anos seguintes os servidores TAEs foram impedidos de concorrer em editais de pesquisa com apoio financeiro”

P7	“Após o impedimento no final de 2019 da reitoria do IFPB, na participação dos técnicos-administrativos atuarem como coordenadores de pesquisa, como não poderia mais submeter projetos pessoalmente, solicitava que colegas de trabalho (professores) submetessem os projetos para conseguir as bolsas aos estudantes e dividíamos as obrigações de orientação. Isso me desgastou e não pretendo mais atuar em projetos institucionais a partir do próximo ano”
P8	“Enfrentei dificuldades, pois a carga horária do coordenador não é contabilizada de maneira integral para o técnico e, às vezes, eu desenvolvia as atividades fora do horário do expediente. Além disso, o coordenador não dispõe de bolsa. Os recursos também são escassos”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As limitações ou dificuldades na participação nas pesquisas antes da edição da Nota 00031/2020/COORD/PFIFPARAÍBA/PGF/AGU, apareceram sob diversas formas, como, por exemplo, a dificuldade de acesso ao grupo de amostra, a falta de orçamento, a falta de tempo destinado à pesquisa, entre outros fatores que podem comprometer a qualidade do estudo realizado.

Pelos registros dos TAEs P3, P4, P5, P6 e P8, o problema mais recorrente se refere à dificuldade de ter sua dedicação à pesquisa contabilizada em sua carga horária de trabalho, gerando dificuldade de conciliar o tempo de dedicação à pesquisa e ao trabalho em seu setor de lotação. A destinação de parte de sua carga horária à pesquisa é uma condição essencial para favorecer o envolvimento desses servidores em projetos de pesquisa. Nesse sentido, esta questão deve ser discutida e deve ser garantida com a volta da possibilidade de participação dos TAEs nos projetos.

Quanto à dificuldade relacionada à falta de auxílio financeiro (bolsas), identificamos duas situações, uma, em que o TAE precisava solicitar a um professor a submissão de projeto, para que seus estudantes tivessem acesso à bolsa, e outra, em que o próprio servidor se ressentia por não receber bolsa. Este último aspecto tende a ser minimizado com a edição da Lei nº 14.695/2023, que prevê a destinação de bolsas para esse segmento envolvido em pesquisas, o que poderá ser estendido aos estudantes na medida em que o TAE seja proponente do projeto. Cabe à instituição prever tal destinação em seus editais de pesquisa.

A dificuldade na realização da pesquisa no período da pandemia da Covid-19 também foi assinalada por um participante, sendo este um período crítico em que todas as atividades acadêmicas foram afetadas. A pandemia, segundo o Portal

Fiocruz<sup>8</sup>, teve repercussões não apenas na área biomédica e epidemiológica, com “impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias”. Durante o período pandêmico, o comitê gestor de crise do IFPB e o Colégio de Dirigentes definiram as diretrizes para o funcionamento da instituição e o desenvolvimento de suas ações, entre elas, a pesquisa, com o encaminhamento inicial de que a execução desses projetos deveria aguardar o retorno das atividades e as vagas remanescentes fossem ofertadas em novo edital no retorno (Portal IFPB, 2019).

Novas edições de normas internas no IFPB se seguiram no período da pandemia e COVID-19, “[...] alinhadas com a preservação da vida e da saúde da comunidade acadêmica e de seus familiares, com a busca pela manutenção da qualidade nas atividades acadêmicas e administrativas, e com a inclusão” (Portal IFPB, 2021). As pesquisas foram, então, sendo retomadas, com foco nas necessidades do período vivenciado, haja vista os resultados como os apresentados no jornal do IFPB, em que se relatam áreas priorizadas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, como um grupo de pesquisa do IFPB, *campus* Cabedelo que desenvolveu um projeto de testagem rápida para o COVID-19 que contou com a participação de um servidor TAE.

Das respostas apresentadas, apenas o participante P1 afirmou que, na maioria das vezes, não enfrentou dificuldades nas pesquisas, porém se ressentiu da falta de acesso aos equipamentos necessários à sua investigação.

Considerando as dificuldades apresentadas pelos TAEs antes da edição da nota da procuradoria jurídica do IFPB, entendemos ser importante que, institucionalmente, seja discutida a restrição e as oportunidades que se abrem com a nova lei que autoriza sua participação em pesquisas, bem como as condições para que tal participação se efetive, buscando identificar estratégias de apoio ao desenvolvimento de suas pesquisas, bem como a apresentação e a difusão dos resultados na instituição, valorizando o processo de devolutiva institucional de seus resultados. Outrossim, esse processo de discussão deve ser participativo, envolvendo tanto os servidores técnico-administrativos e quanto os demais interessados.

---

<sup>8</sup> Instituição pública brasileira que teve uma atuação essencial e estratégica no período pandêmico. No âmbito de sua missão, o papel de fortalecer e a consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população. (Portal Fiocruz: <https://portal.fiocruz.br/perfil-institucional>).

Após a análise sobre as dificuldades, nossa próxima abordagem foi a de verificar o tipo de apoio que esses pesquisadores tiveram para realização das suas pesquisas no âmbito do IFPB, obtidas nas respostas apresentadas no quadro abaixo.

**Quadro 16:** Qual apoio contou na participação das pesquisas

Entrevistado	Resposta dos participantes
P1	“Eu acredito que não tive nenhum tipo de apoio por fora, apenas o convite para participar das pesquisas. Sempre fui voluntário”
P2	“Muitos colegas de trabalho me ajudaram, inclusive com relação a flexibilização de horário”
P3	“Sim, principalmente da minha chefe imediata, que sempre apoiou a participação em pesquisas por considerar os impactos positivos no embasamento das atividades do setor e no desenvolvimento profissional do servidor”
P4	“Apesar da instituição, oficialmente, não apoiar a participação na pesquisa, existe um esforço por parte dos outros servidores que estimulam os que realizam a pesquisa”
P5	“O apoio foi a realização de convênios com universidades para o mestrado (UFPB) e doutorado em educação (UFRN), mediante mobilização de um grupo de servidores (docentes e técnicos-administrativos em educação)”
P6	“Tive anuência da chefia e a colaboração do setor onde coletei os dados da pesquisa”
P7	“Entre os anos de 2011 e 2019, consegui aprovar vários projetos de pesquisa, inclusive com taxa de bancada fomentada por recursos institucionais. Já entre os anos de 2020 e 2023, vários professores me ajudaram submetendo meus projetos aos editais de bolsas institucionais, para conseguir a bolsa aos estudantes; já que não conseguíamos apoio de taxa de bancada por causa do currículo dos docentes, que não eram competitivos”
P8	“Na verdade, o apoio é a vontade individual de contribuir, de pesquisar, de aprender, porque apoio institucional para o técnico realizar pesquisa não há, inclusive, não podemos mais realizar”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Identificamos registros de dois servidores que apontaram que conseguiram a anuência da chefia para desenvolver a pesquisa (P3 e P6). Outros dois (P2 e P4) mencionaram que conseguiram flexibilização no horário de trabalho por conta de apoio de colegas do setor, destacando que “apesar da instituição, oficialmente, não apoiar a participação na pesquisa, existe um esforço por parte dos outros servidores que estimulam os que realizam a pesquisa” (P4). Pelo exposto, é prerrogativa desses gestores decidirem pela liberação ou não desses servidores, já que não há previsão normativa específica acerca da sua participação em pesquisa, aspecto que também deve ser alvo de atenção em processos de regulamentação em face da nova lei sobre a questão.

Outro servidor destacou que “[...] o apoio é a vontade individual de contribuir, de pesquisar, de aprender, porque apoio institucional para o técnico realizar pesquisa

não há, inclusive, não podemos mais realizar” (P8). De forma similar, o P1 indicou que não teve nenhum tipo de apoio, contando apenas com “[...] o convite para participar das pesquisas. Sempre [sendo] voluntário.” Com isso, compreendemos que a atuação dos TAEs fica restrita ao âmbito das atividades-meio, de suporte ao ensino, pesquisa e extensão, que são atividades fins exclusivas dos docentes.

Entretanto, considerando o anexo do Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, que apresenta a descrição dos cargos técnico-administrativos em educação, verificamos informações que suscitam questionamentos quanto à limitação da atuação dos TAEs no campo da pesquisa.

Na descrição sumária dos cargos, em todos os 38 cargos Nível de Classificação E<sup>9</sup> é previsto “assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Diferentemente, nos cargos de nível médio está previsto “auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Nesse sentido, já é possível compreender que os TAEs no âmbito da pesquisa possuem atribuições com um nível maior de complexidade.

Quando nos detemos sobre as descrições das atividades típicas dos cargos, é possível verificar que em 20 dos 38 cargos há atribuições relacionadas diretamente ao desenvolvimento de pesquisas, que guardam relação com a área de formação deles. Em que pese no IFPB não haja servidores de todos os cargos listados no ofício circular, entendemos ser importante identificá-los com as respectivas atividades a eles atribuídas, quais sejam:

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: [...] pesquisar tecnologias em informática: comparar alternativas tecnológicas.  
ARQUIVISTA: realizar pesquisa histórica e administrativa;  
ASSISTENTE SOCIAL: pesquisar a realidade social: [...] realizar pesquisas bibliográficas e documentais;  
BIBLIOTECÁRIO – DOCUMENTALISTA: desenvolver estudos e pesquisas: [...] pesquisas temáticas, levantamento bibliográfico e trabalhos técnico-científicos; realizar estudos cientométricos, bibliométricos e infométricos;  
BIÓLOGO: desenvolver pesquisa em biologia, biologia molecular, biotecnologia, ambiental e epidemiologia: Desenvolver pesquisas na área de biologia, biologia molecular, biotecnologia, biologia ambiental e epidemiologia e inventariar biodiversidade;  
BIOMÉDICO: pesquisar a natureza e a ação dos medicamentos no organismo; [...] Pesquisar e diagnosticar as doenças e as mudanças causadas por elas;  
ECONOMISTA: elaborar e executar projetos de pesquisa econômica, de mercado e de viabilidade econômica, dentre outros;  
ENGENHEIRO: pesquisar e elaborar processos;  
FARMACÊUTICO: realizar pesquisa sobre os efeitos de medicamentos e outras substâncias sobre órgãos, tecidos e funções vitais dos seres humanos

---

<sup>9</sup> Conforme tratado em capítulo próprio, para ingresso na carreira Nível de Classificação E, é exigida a conclusão do ensino superior em determinada área.

e dos animais [...] Efetuar pesquisas técnico-científicas: Elaborar projetos; colher dados; apreciar resultados; propor ações;

FÍSICO: realizar pesquisas científicas e tecnológicas: Realizar pesquisa bibliográfica; selecionar amostras e padrões; preparar amostras; realizar experimentos; desenvolver teorias, materiais, processos, aplicações de novas tecnologias; desenvolver e simular modelos; analisar resultados; extrair conclusões;

MÉDICO: realizar pesquisas sobre natureza, causas e desenvolvimento de enfermidades;<sup>10</sup>

MÚSICO: [...] estudar e pesquisar música: [...] desenvolver pesquisas na área musical para subsidiar obras e eventos não musicais; desenvolver pesquisas em práticas interpretativas; pesquisar gêneros e estilos musicais;

PEDAGOGO: elaborar e desenvolver projetos de ensino-pesquisa-extensão.

PSICÓLOGO: desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades da área e afins: [...] Realizar pesquisas e ações no campo da saúde do trabalhador, condições de trabalho, acidentes de trabalho e doenças profissionais em equipe interdisciplinar, determinando suas causas e elaborando recomendações de segurança;

QUÍMICO: desenvolver metodologias analíticas: Pesquisar bibliografia; [...] elaborar procedimentos analíticos; validar metodologias analíticas; estimar custo-benefício de metodologias analíticas;

TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS: orientar pesquisas acadêmicas;

ZOOTECNISTA: realizar pesquisas sobre a genética de animais domésticos, métodos aperfeiçoados de criação e/ou problemas conexos, aplicando conhecimentos científicos: [...] Planejar, dirigir e realizar pesquisas que visem a informar e a orientar a criação dos animais domésticos, em todos os seus ramos e aspectos (MEC, 2005, s/n).

Pelo exposto, identificamos no Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC mais elementos que corroboram o entendimento de que é pertinente que os servidores técnico-administrativos atuem como pesquisadores nas suas respectivas áreas de estudo. Nesse âmbito, é importante que seja previsto a esses servidores não apenas poderem prestar apoio ou assistência técnica aos docentes-pesquisadores, mas que, em sendo pós-graduados, possam submeter projetos e atuar como coordenadores.

O apoio à pesquisa dos TAEs pode ser viabilizado de diversas formas e, para isso, existem instituições que atuam nessa seara, como o CNPq, a CAPES e fundações de pesquisa. Com a alteração da lei, há a expectativa de que elas passem a lançar editais de pesquisa que contemplem os técnicos, sendo iniciativas fundamentais para que esses servidores sintam-se apoiados e estimulados em seus processos investigativos.

---

<sup>10</sup> No dia 14 de março de 2024, o MEC lançou o ofício circular nº 1/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC, que tornou sem efeito o ofício circular nº 15/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, Assim, a descrição dos cargos volta a ser a prevista pelo Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE – Decreto 94.664/1987).

Outra possibilidade que se coloca é provocar a Fundação de Educação, Tecnologia e Cultura da Paraíba (Funetec-PB) para contemplar a atuação de TAEs em editais de pesquisas como proponente e pesquisador-colaborador, uma vez que, em seu estatuto (12ª alteração), art. 5º, é previsto o apoio, o fomento e a colaboração com “[...] atividades de ensino, pesquisa e extensão, cultura, inovação e desenvolvimento institucional de interesse do IFPB [...]” (IFPB, 2023).

Dos depoimentos, o que se destacou positivamente foi o do TAE que conseguiu aprovar vários projetos. Entretanto, para isso ele utilizou uma estratégia em que o docente submete seu projeto para burlar o sistema.

*Entre os anos de 2011 e 2019, consegui aprovar vários projetos de pesquisa, inclusive com taxa de bancada fomentada por recursos institucionais. Já entre os anos de 2020 e 2023, vários professores me ajudaram submetendo meus projetos aos editais de bolsas institucionais, para conseguir a bolsa aos estudantes; já que não conseguíamos apoio de taxa de bancada por causa do currículo dos docentes que não eram competitivos (P7).*

Com o depoimento do participante P7, é possível identificar que antes da restrição imposta aos TAEs, ele desenvolveu várias pesquisas, contando, inclusive, com taxa de bancada, que se refere aos recursos financeiros que contribuem para a execução de atividades e serviços necessários ao desenvolvimento do projeto.

Diante do impedimento posto pela Nota n. 00031/2020, vemos a que chegou o TAE, que, interessado em desenvolver suas pesquisas, passou a contar com docentes para submeterem seus projetos em nome deles. Tal prática, identificada pelo respondente como uma ajuda, em que pese o mérito da ação, configura-se como uma forma de burlar o sistema, além de não conferir o reconhecimento oficial do protagonismo do TAE no processo.

Considerando a importância que esses pesquisadores TAEs dão a sua participação nas pesquisas institucionais, identificamos que houve unanimidade nas respostas em relação ao reconhecimento da importância de os TAEs desenvolverem pesquisas. A importância foi destacada em termos do retorno institucional; da capacidade de contribuir com a resolução de problemas; da possibilidade de o servidor administrativo enriquecer as pesquisas a partir de diferentes pontos de vista, conforme registro do P4, que defendeu a ideia de que “[...] assim como os docentes, os TAEs fazem parte do processo de educação e podem dar sua contribuição através da pesquisa, utilizando um olhar que, muitas vezes, não é dado pelo docente.”

Da mesma forma, o P4, ressaltou que os “[...] TAEs que pesquisam são pesquisadores como qualquer outro servidor. As condições oferecidas pela instituição (que é de educação) deveriam ser as mesmas para qualquer um que deseje e tenha o conhecimento necessário para realizar pesquisa”. Nesse sentido, os respondentes foram unânimes em destacar que muitos TAEs possuem formação e capacidade para desenvolver pesquisas, tanto quando os docentes, defendendo ser “[...] importante que o técnico desenvolva pesquisas na instituição, pois isso demonstra o quanto esses servidores são capacitados, além de elevar o nível de qualificação do quadro” (P8).

Pelos depoimentos, fica evidente o reconhecimento do papel diferenciado do docente, sendo a pesquisa prevista como uma de suas atribuições, inclusive com previsão de carga horária. Entretanto, mesmo que os TAEs possuam atribuições relacionadas à pesquisa, conforme Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, mencionado anteriormente, fica nítido em seus depoimentos uma indignação em relação ao desprestígio, ao desconhecimento do potencial de contribuição que eles podem oferecer na pesquisa institucional e à falta de reconhecimento de suas capacidades de desenvolverem pesquisas, aspecto que se tornou mais crítico diante da proibição da sua participação em pesquisas. Essas referências nos remetem à invisibilidade desses servidores, apresentada por Gonzaga (2011) em seu estudo sobre os trabalhadores técnico-administrativos, conforme tratado anteriormente, de modo geral, eles “[...] não são (re)conhecidos como sujeitos de saberes e direitos. [...] Eles e elas gozam de invisibilidade, que vem sendo ativamente alimentada no espaço acadêmico, onde o poder e a informação estão restritos a um determinado grupo” (Gonzaga, 2011, p. 95).

O entendimento de que sofrem discriminação ficou evidenciado em alguns depoimentos de TAEs, quando se viram diante da restrição à participação na pesquisa, antes permitida, conforme registros que seguem.

**Quadro 17:** Avaliação da restrição à participação dos servidores TAEs nas pesquisas institucionais

Entrevistado	Resposta dos participantes
P1	“É complicado, é como se o TAE não tivesse a capacidade de produzir uma pesquisa da mesma forma que um docente. Um edital não deveria amarrar a participação pelo cargo, e sim pela capacidade”
P2	“É uma discriminação, um preconceito com o TAE”
P3	“Não tenho conhecimento sobre essa política para pode avaliar”

P4	“Existe uma contradição em relação à carreira dos TAEs. Somos estimulados a obter titulação de mestre e doutor, mas não podemos utilizar esse conhecimento dentro da instituição”
P5	“Vejo que as políticas atuais são desestimulantes para se fazer pesquisa nos Institutos Federais, daí a importância da mobilização em torno da minuta, que já foi construída por um grupo de trabalho do IFPB, que regulamenta essa questão. Precisamos ser firmes na defesa da construção de sujeitos que somos no processo de ensino, pesquisa e extensão, e, na construção e organização do IFPB”
P6	“É contraditório que os TAEs sejam estimulados a se qualificar, com incentivos financeiros e afastamentos remunerados, levando a uma grande quantidade de servidores com pós-graduação ativos na instituição, e esta mesma não possibilita que um TAE coordene projetos de pesquisa com apoio financeiro. Não faz sentido uma instituição educacional que não valoriza as capacidades, potenciais e conhecimentos sobre pesquisa que seus técnicos-administrativos possuem. Pessoalmente, isso também me desestimula a continuar na instituição, pois me sinto limitada a fazer trabalhos estritamente mecânicos, repetitivos e subvalorizados. Sinto que meu potencial de contribuição social e profissional para com a instituição é reduzido por isso”
P7	“Um verdadeiro retrocesso institucional, intelectual e educacional. Afinal estamos numa instituição de educação, ciência e tecnologia e que apenas uma elite específica (os professores) tem direito para desenvolver pesquisa e extensão. O reitor anterior endossou um ato autoritário expedido pelo Ministério da Educação do governo golpista de Temer, que proibiu os técnicos do IFPB em participarem de pesquisas científicas. A instituição manteve a mesma postura durante o governo fascista de Bolsonaro e até hoje, ninguém teve coragem para reverter esse quadro. Acho a política institucional atual do IFPB que limita/proíbe a participação dos servidores TAEs nas pesquisas institucionais estacionada na mentalidade dos governos autoritários direitistas que só trouxe retrocessos ao nosso país”
P8	“Uma política retrógrada e desnecessária, que desvaloriza a função do técnico.”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As respostas demonstraram a indignação da maioria desses pesquisadores, apenas um desconhecia tal restrição. Expressão seu sentimento por meio de palavras como: complicado, discriminação, preconceito, desestimulante, contraditório, retrocesso, retrógrada e desnecessária. Isso mostra como os TAEs se sentem discriminados como categoria, o que reforça o entendimento de Gonzaga (2011) de que tal prática “[...] reforça a hierarquia da classe docente sobre a dos técnico-administrativos”, ancorada na visão dicotômica entre saber e fazer.

Em contrapartida, verificamos nos registros dos TAEs um movimento de contestação que aponta para o enfrentamento, afirmando-se como sujeitos de direitos, como destaca a participante P5 ao mencionar a falta de estímulo institucional, lembrando que os TAEs também são sujeitos no processo de ensino, pesquisa e extensão, que atuam na construção e organização do IFPB. Já a TAE P6 traz a questão do contraditório em relação à carreira PCCTAE, incentivando financeiramente esses servidores a concluírem a pós-graduação – em alguns casos, com afastamento

do trabalho – mas impede-os de atuarem em pesquisas com maior protagonismo até que saia a normativa interna em consonância com o que prevê a Lei nº 14.695/2023.

A luta dos TAEs também defende a atuação deles nas pesquisas como coordenadores, o que mostra a evolução desses servidores ao longo do desenvolvimento da carreira. Esse processo vem se consolidando na medida em que esses servidores, cada vez mais, vêm adquirindo formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Nesse sentido, a invisibilidade dos TAEs tem de ser discutida, esses sujeitos precisam ter oportunidades de participar de tais processos, considerando as especificidades do cargo, a igualdade em condições de disputar editais de pesquisa, de publicizar seus resultados de pesquisa. Do contrário, ocorrerão situações como a relatada por um dos respondentes.

*Até o ano de 2019 eu incentivava muito meus colegas de trabalhos, técnicos-administrativos, em participar de pesquisas institucionais, principalmente para melhorar seus desempenhos produtivos para pleitear a pós-graduação. Porém, hoje não encorajo mais, pois a instituição não dá condições para o servidor técnico-administrativo atuar na pesquisa ou na extensão. Eu os encorajo apenas em fazer outros concursos (P7).*

Compreendemos ser importante estimular e apoiar os TAEs a investirem nos estudos de pós-graduação e a desenvolverem pesquisas no âmbito da instituição. A pós-graduação é o *locus* privilegiado de formação do futuro pesquisador, sendo fundamental que o IFPB estimule seus servidores a investirem nessa formação. Sobre isso, o P5 lembrou da iniciativa de outrora, quando foram realizados “[...] convênios com universidades para o mestrado (UFPB) e doutorado em educação (UFRN), mediante mobilização de um grupo de servidores (docentes e técnicos-administrativos em educação)”.

Por vários anos, os servidores passam por discriminações nas instituições em que trabalham, e esse processo deu origem ao movimento “TAEs na luta”, criado no final de 2022, através das redes sociais, por diversos servidores técnicos-administrativos de várias instituições federais de ensino superior que, indignados com a falta de espaço que possuem, buscam melhorias para a carreira PCCTAE<sup>11</sup>. O

---

<sup>11</sup> A questão da baixa atratividade da carreira TAE encontra-se em discussão, inclusive, no momento de escrita deste trabalho, a categoria em greve, com uma ampla pauta de reivindicações que tem como foco a reestruturação da carreira PCCTAE, que possui as piores remunerações do poder executivo federal.

cenário demonstra que esses profissionais são potencialmente qualificados para assumirem espaços nas instituições, historicamente ocupados apenas por docentes.

Essas iniciativas contribuem para o desenvolvimento profissional e pessoal dos servidores, com impactos diversos em sua vida profissional e pessoal; bem como na instituição, considerando os resultados das pesquisas e a atuação de profissionais mais bem qualificados.

Quanto ao apoio à formação do TAEs em nível de pós-graduação, *lócus* de formação do pesquisador, a instituição deve apoiar não apenas considerando a importância desta para a progressão funcional e a valorização da carreira, mas as possíveis contribuições do servidor em pesquisas institucionais, trazendo impactos em termos de maior nível de satisfação no trabalho, reconhecimento profissional, novas oportunidades de atuação e melhoria na autoconfiança no trabalho.

Os participantes P5 e P8 comentaram sobre a necessidade de alteração da legislação na carreira PCCTAE, para que esses servidores possam participar de pesquisas, alteração esta favorecida a partir da edição da Lei nº 14.695/2023. Entretanto, reiterando o entendimento anterior, no âmbito do IFPB é preciso regulamentar a autorização aos técnicos-administrativos de poderem coordenar e receber bolsas de pesquisa, trazendo isonomia nos editais de pesquisa em relação aos servidores docentes.

A partir da referida lei, cada IFES deverá alterar seus respectivos regulamentos de pesquisa e incluir o TAE como pesquisador, ouvindo as comunidades e conferindo a esses servidores os mesmos direitos e deveres concedidos aos docentes no âmbito da pesquisa. Mas, além dessa regulamentação, é necessário que as instituições desenvolvam políticas para estimular a participação destes servidores, prevendo o apoio e as condições de desenvolvimento de suas pesquisas, bem como sua devolutiva à instituição por meio de estratégias variadas.

Considerando essas dificuldades apresentadas pelos TAEs para o desenvolvimento das pesquisas, mesmo antes de sua restrição recente, lembremos que eles atuam numa instituição cuja finalidade é promover a educação através do ensino, da pesquisa e da extensão, realizados de forma integrada.

Atentando-se à especificidade e aos objetivos dos IFs, institucionalmente, devem ser desenvolvidas políticas públicas de estímulo e apoio à tríade ensino,

pesquisa e extensão, sendo contemplados os diversos sujeitos envolvidos com tais processos, inclusive os TAEs.

Questionados sobre como o IFPB poderia estimular a participação de TAEs em pesquisas institucionais, como era de se esperar, as respostas apontaram formas de buscar superar as dificuldades por listadas, com destaque para a regulamentação da carga horária de participação na pesquisa, bem como para o lançamento de editais abertos para esses servidores, inclusive como coordenadores. Todavia, outros aspectos foram apontados.

**Quadro 18:** Propostas para estimular a participação de TAEs em pesquisas institucionais

Entrevistado	Resposta dos participantes
P1	“Um movimento interno de divulgação, comunicação institucional e a parte de bolsas”
P2	“Ter a participação permitida e reconhecida pelos setores de pesquisa da instituição”
P3	“Direcionando parte da carga horária específica para TAE em atividades de pesquisa, ampliação de parcerias com outras instituições, visando a oferta de vagas para servidores TAE em cursos de especialização, mestrado e em doutorado”
P4	“Deveria existir um planejamento institucional que colocasse o TAE dentro da pesquisa. Poderiam existir editais específico para TAEs, com bolsas ou ajuda de custo”
P5	“Por meio da criação de regulamentação de carga horária dos técnicos em educação (TAEs) em projetos de pesquisa, extensão e inovação, como forma a valorizar a produção acadêmica-científica-tecnológica dos TAEs, como a possibilidade de coordenar grupos de pesquisa, contribuindo assim para o desenvolvimento dos servidores. Muitos TAEs, já [estão] com mestrado e doutorado ou cursando, então esse caráter de aparente subalternidade de nosso trabalho precisa ser superado na construção da nossa identidade e, ainda, na disputa de projetos no interior do instituto”
P6	“Reconhecendo a carga horária de trabalho em pesquisa como laboral, possibilitando concorrer em editais de pesquisa como coordenadores, incentivando financeiramente, divulgando internamente as pesquisas dos TAEs”
P7	“A instituição liberar novamente a participação de técnicos-administrativos na participação dos processos seletivos para aquisição de bolsas ou recursos de taxa de bancada nos processos seletivos internos”
P8	“Permitindo que ele possa assumir a coordenação dos projetos; estipulando carga-horária reservada para as atividades do projeto, semanalmente”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Pelos registros, o destaque é para a liberação de sua participação nos editais de pesquisa da instituição, com a possibilidade de coordenação de projetos, assim como a garantia de carga-horária para a realização da pesquisa e a concessão de bolsas de pesquisas. Para os participantes deste estudo, a elaboração de normas internas que regulamentem a participação dos TAEs nas pesquisas facilitaria no

planejamento e na divulgação das ações internas de pesquisa, gerando, conseqüentemente, o estímulo e o reconhecimento das suas pesquisas realizadas na instituição.

Outra proposta apresentada foi uma melhor divulgação interna dos editais de pesquisa, pois, atualmente, essa divulgação é realizada apenas pelo site do IFPB, no campo específico para pesquisa. Apesar de ter sido uma sugestão de apenas um TAE, consideramos essa questão muito relevante, já que a participação desses servidores ainda não faz parte da cultura institucional, tendo sido uma prática recentemente vetada. É preciso que a instituição dê ampla divulgação ao fim de tal restrição, convidando-os a participar dos editais a serem lançados, com tempo hábil para que os TAEs se prepararem para poder concorrer. É válido pensar também em estratégias próprias de divulgação dos editais direcionadas a esse segmento específico, a exemplo de comunicativos internos, redes sociais e eventos organizados para tal propósito, que contem com a colaboração de TAEs com experiência na pesquisa, investindo-se no apoio e na formação dos interessados, visando à sua participação qualificada nesses processos.

Destacamos ainda a resposta da participante P3, que trouxe a parceria com outras instituições como sendo um estímulo para os TAEs, lembrando que a entrada de vários TAEs em programas de pós-graduação veio através de parcerias realizadas do IFPB com outras instituições, como PPGAES e o ProfEPT. Esse mesmo reforço foi apresentado pela participante P5 anteriormente, quando indicou a importância dos convênios com universidades para o mestrado e doutorado, atendendo a um grupo de servidores (docentes e técnicos administrativos em educação). Essa iniciativa pode vir a ser contemplada na política institucional de apoio e estímulo ao desenvolvimento de pesquisa, com apoio à formação e qualificação dos servidores TAEs.

Por fim, questionados sobre como melhorar a participação dos servidores TAEs nas pesquisas institucionais, as sugestões seguem no quadro abaixo.

**Quadro 19:** Medidas propostas à instituição para melhorar a participação dos TAEs nas pesquisas institucionais

Entrevistado	Resposta dos participantes
P1	“A instituição poderia lançar editais para TAEs com bolsas para estimular. Isso seria um bom começo para incentivar a participação dos TAEs”
P2	“Reconhecendo como profissionais capazes e capacitados para assumir essa função”

P3	“Acredito que são as mesmas da pergunta 16, mas além disso, poderiam melhorar a divulgação das oportunidades de participação em pesquisa”
P4	“Primeiro deveria ser criada uma política interna para pesquisas com a participação de TAEs que fosse regulamentada e amplamente divulgada no IFPB”
P5	“Com estímulo institucional”
P6	“São as mesmas questões que foram respondidas no item 16”
P7	“Admitir nos editais institucionais a possibilidade de um técnico-administrativo concorrer às bolsas para os estudantes e/ou as taxas de bancadas para fomentar pesquisas institucionais”
P8	“Regulamentar para que ele possa assumir a função de coordenador; regulamentar a carga-horária dentro do horário do expediente, já que o trabalho continua dentro da mesma instituição e não há pagamento de bolsa”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Apesar de não haver um debate mais profundo sobre a questão, pois não faz parte deste estudo resolver esse problema institucional, e sim contribuir para que ele seja mais bem compreendido, as respostas vistas pelo olhar desses pesquisadores no entendimento da problemática em estudo e nos elementos para o seu enfrentamento.

O participante P1 trouxe a ideia de se lançarem editais específicos para TAEs, criando uma espécie de cota para esses pesquisadores, o que estimularia suas participações, ajudando na questão da falta de igualdade de oportunidades para os técnicos no âmbito das pesquisas institucionais.

O participante P2 afirmou que o reconhecimento dos TAEs como profissionais capazes seria outra medida para melhorar a participação. Os participantes P3 e P6 retomaram a necessidade da atribuição de carga-horária para a pesquisa; do investimento no aumento de parcerias e de incentivo financeiro através de bolsas de pesquisa. O participante P4 sugeriu que houvesse uma alteração na política interna com relação à pesquisa, regulamentando e divulgando a participação dos TAEs. Os participantes P7 e P8 trouxeram como medidas alterações para que os TAEs possam ter mais protagonismo, coordenando projetos de pesquisa e recebendo bolsas.

Entre as medidas apresentadas pelos participantes, destacamos a proposta do participante P1, que aponta para a necessidade de promover o incentivo e reconhecimento dos TAEs nas pesquisas institucionais, com a ideia de lançar editais específicos para esses servidores, ação que, assim como ocorre nas cotas de vagas de seleções públicas, promoveria uma maior inclusão desses servidores.

Discorridas as contribuições dos TAEs para a melhoria da participação dos técnicos-administrativos em educação nas pesquisas institucionais, no próximo item apresentaremos o produto técnico e tecnológico gerado a partir deste estudo.

## **5 PRODUTO EDUCACIONAL: MANUAL DE BOAS PRÁTICAS PARA OS SERVIDORES TAES DO IFPB**

O Manual de Boas Práticas é um documento informativo que descreve as atividades e os processos produtivos realizados por pessoas físicas ou jurídicas, existindo um modelo, pois cada instituição possui suas referências, sendo, portanto, um documento exclusivo e intransferível. Porém, na construção desse manual, observamos características apresentadas em outros manuais disponíveis na internet.

A construção deste manual faz parte da exigência para obtenção do título de mestre do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da UFPB (PPGAES) , abrangendo um conjunto de ações voltadas para estimular e aprimorar a participação de servidores técnicos-administrativos nas pesquisas científicas institucionais.

Através das análises realizadas, percebemos que existem diversos servidores TAEs capacitados para realizar pesquisas científicas e vários outros que ainda não possuem titulação de mestre ou doutor, mas que podem vir a progredir na carreira do plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) e a contribuir com a instituição, com um trabalho mais qualificado e participando de pesquisas institucionais.

Existindo TAEs capacitados e demonstrando interesse em realizar pesquisas científicas, é preciso que a instituição forneça condições para que esse trabalho seja realizado e estimulado, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a recente aprovação da lei nº14.695/2023.

O manual foi elaborado utilizando as análises das obtidas nas entrevistas realizadas na pesquisa, dando ênfase às respostas que mais apareceram e que tinham o potencial de resolver os problemas apresentados pelos próprios entrevistados, como exemplo, a falta ou a baixa divulgação dos editais de seleção internas de pesquisa e a falta de estímulo institucional para os servidores TAEs.

**Figura 1:** Processo de elaboração do produto e educacional



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Construído através da plataforma de design gráfico *Canva*, nosso produto utilizou-se de modelos e vetores, dando ênfase à ergonomia visual, utilizando elementos da marca que fazem referência ao próprio instituto e cores básicas da logo, de forma a ter um bom contraste visando ao desenvolvimento de uma leitura confortável. A capa apresenta fotos que se referem ao dia a dia dos servidores, inseridos em quadrados dispostos em dimensões variadas, que representam os pesos de cada etapa do processo de pesquisa, com elementos visuais gráficos que inserem a fala dos entrevistados em balões de fala.

O conteúdo do manual de boas práticas aborda estratégias para melhorar elementos como a divulgação de editais internos de pesquisa, a reserva de cotas para TAEs nos editais de seleção, o fornecimento de bolsa para os pesquisadores e a regulamentação da carga-horária utilizada durante a pesquisa.

**Figura 2:** Capa do produto e educacional



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Apesar de ser um documento com ações práticas sobre o cumprimento de atividades regulamentadas, acreditamos que a maior função deste manual será a de contribuir para iniciar as discussões sobre a política institucional do IFPB em relação às atividades de pesquisas com os servidores técnicos-administrativos, considerando que, atualmente, não existe quaisquer estudos em relação ao tema na instituição.

Nosso manual é composto por treze itens, a saber: introdução; objetivos; aplicação; missão e valores; desenvolvimento profissional dos TAEs; colaboração e trabalho em equipe; compromisso e ética nas condutas; planejamento das atividades institucionais; comunicação; administração dos meios; registro de documentos; melhoria contínua e avaliação e revisão do manual.

A introdução do manual traz uma breve definição sobre o IFPB, a pesquisa científica e os servidores técnicos administrativos em educação. Em seguida, o manual também faz um breve relato sobre a participação dos TAEs no âmbito das pesquisas no IFPB.

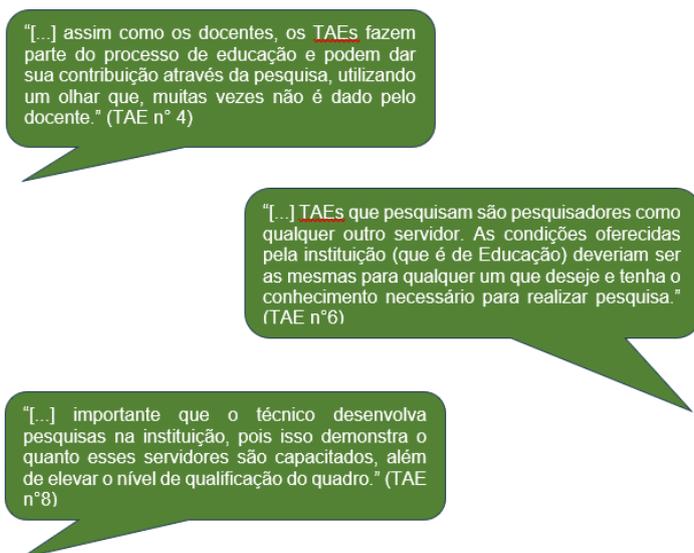
Os objetivos do manual trazem a excelência, a eficiência e a integridade como ações a serem buscadas pelos TAEs durante as atividades de pesquisa no *campus* João Pessoa e demais *campi*.

A aplicação das regras do manual será para todas as fases da pesquisa, estando o servidor TAE participando da pesquisa na forma de coordenador, orientador ou colaborador. Cabe ressaltar que após a entrada em vigor da lei 14.695/2023, o IFPB ainda não regulamentou as atividades de pesquisa para os servidores TAEs.

A missão e os valores do manual estão ligados aos da instituição, devendo ser de conhecimento do pesquisador, contribuindo com a constante melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão do IFPB.

O manual destaca a importância da pesquisa com relação ao desenvolvimento profissional do servidor TAE e da utilização da colaboração e do trabalho em equipe na pesquisa, valorizando a diversidade de ideias, experiências e perspectivas, estabelecendo parcerias com instituições de pesquisa, empresas e outras organizações.

**Figura 3:** Conteúdo do produto e educacional



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O compromisso e a ética nas condutas como pesquisador devem estar presentes em todas as etapas da pesquisa, servindo como um norteador das ações que os TAEs devem apresentar.

O planejamento das atividades institucionais a serem realizadas pelo pesquisador na pesquisa deverá ter como uma das principais orientações para os TAEs o intuito de não confundir as atividades administrativas realizadas no cargo com

as realizadas na pesquisa, considerando que o tema ainda não foi regulamentado na instituição.

O manual também traz um item sobre comunicação, que aborda ações a serem realizadas pelos gestores de pesquisa do *campus* João Pessoa e para os TAEs que participarem de pesquisas institucionais, contribuindo com a transmissão das informações referente à pesquisa.

A administração dos meios utilizados para a realização da pesquisa também foi contemplada pelo manual, que indica os princípios a serem seguidos nas pesquisas institucionais realizadas no IFPB.

O registro e a documentação das atividades realizadas durante a pesquisa devem ser registrados, seja por questões legais, seja para a organização das informações apresentadas.

Nosso manual sugere que todos os processos realizados para a execução da pesquisa, desde o processo de seleção à apresentação do relatório final, devem ser constantemente aprimorados.

Por fim, o último item do manual indica a avaliação e a revisão do manual, para sua atualização e ampliação, assim, cada vez mais o seu alcance estará adequado às melhorias necessárias para a realização de pesquisas por parte dos TAEs no *campus* João Pessoa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu analisar as contribuições dos técnico-administrativos nas pesquisas institucionais no âmbito do IFPB *campus* João Pessoa, entre os anos de 2014 e 2020, antes da proibição da sua participação em pesquisas institucionais.

O estudo trouxe aspectos importantes sobre a atuação dos servidores técnico-administrativos nas pesquisas institucionais no âmbito no IFPB *campus* João Pessoa, historicamente desvalorizados por fazerem um trabalho silencioso, mas essencial, em instituições federais de ensino, refletido na maioria das atividades, inclusive na pesquisa, deixando-os à margem de alguns direitos, invisibilizando a categoria e reduzindo a sua importância para a instituição.

Os nossos achados de pesquisa apontam que os TAEs desenvolveram e participaram de pesquisas científicas com diferentes níveis de participação e autonomia, enfrentando dificuldades diversas. O envolvimento deles nas pesquisas aponta para a importância desses servidores na instituição, não apenas realizando as funções inerentes ao cargo que assumem, mas também contribuindo com o desenvolvimento da educação e da ciência, pois, assim como os docentes, são trabalhadores da educação e, desde que qualificados para tal atividade, devem ser apoiados e estimulados a participar das pesquisas institucionais.

Considerando a origem da pesquisa, partimos da compreensão de que as Instituições Federais de Ensino Superior possuem a missão de realizar o ensino, a pesquisa e a extensão. Contudo, a lacuna legal sobre a participação dos TAEs na pesquisa até a edição da Lei nº 14.695/2023, gerou, em algumas instituições, o entendimento de que deveria ser proibido a esses servidores participarem de tais atividades.

Sob outra perspectiva, a Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre o plano de carreira PCCTAE, deixa claro em vários artigos a importância do desenvolvimento profissional do servidor, para as instituições, incentivando-os a concluírem a pós-graduação, com afastamento remunerado e aumento na sua remuneração de até 75%, no caso da realização de um doutorado.

Nesse sentido, os servidores que possuem a qualificação de pós-graduação *stricto sensu* estão aptos a desenvolver pesquisas científicas, lecionar no ensino superior e assumir cargos de gestão. Não obstante, como servidores de um Instituto

Federal, devem atuar conforme descrição dos cargos técnico-administrativos em educação prevista no Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, que prevê, para muitos cargos, atribuições relacionadas diretamente ao desenvolvimento de pesquisas, que guardam relação com a área de formação deles.

Objetivamente, consideramos que, com a restrição à atuação em pesquisas institucionais, o incentivo à qualificação a ser conquistado com a conclusão de cursos de pós-graduação *stricto sensu* contraria o que prevê o Ofício Circular nº 15/2005, bem como acaba por restringir o IQ ao interesse do servidor no impacto remuneratório da conclusão do curso em seu salário, uma vez que o TAE não poderá atuar como pesquisador, deixando de contribuir com a produção de conhecimento que seria gerado em favor da própria instituição.

Essas proibições geraram discussões em várias instituições e envolveram diferentes segmentos de TAEs e instituições federais, resultando na aprovação da Lei nº 14.695/2023, que expressamente autoriza a participação desses servidores nas atividades de pesquisa e extensão, inclusive tendo a possibilidade de acesso a bolsas de pesquisa.

Apesar da aprovação da referida lei ser uma conquista para os TAEs, ainda existem diversas dificuldades na sua implementação por falta de regulamentação, principalmente em relação à destinação de carga horária para o desenvolvimento de projetos de pesquisas, nos moldes previstos em relação aos docentes. Nessa regulamentação deve haver estratégias de apoio e incentivo ao desenvolvimento de pesquisas, essencial para estimular os TAEs a desenvolverem pesquisas em suas instituições.

Considerando as respostas dos TAEs participantes de pesquisas institucionais antes da restrição imposta à sua participação, verificamos que esses servidores têm dificuldade para se lançar na área da pesquisa por conta das barreiras institucionais para sua participação, sendo um paradoxo ter um plano de carreira que estimule a sua qualificação e políticas institucionais que não oportunizam ou viabilizam essa atividade.

Diante desse contexto, acreditamos que os pesquisadores TAEs realizaram um importante feito para a instituição por meio das suas participações nas pesquisas institucionais, contribuindo para o desenvolvimento da ciência e do IFPB. Entretanto,

cabe ressaltar que seu trabalho foi desenvolvido em meio a todas as adversidades e com pouco incentivo institucional.

Observamos que, na visão desses pesquisadores, existe um inconformismo, principalmente com a questão de serem menos reconhecidos ou valorizados do que os docentes, mesmo possuindo a mesma qualificação. Isso aponta para a necessidade de um trabalho interno de valorização desses servidores, um aspecto a ser considerado para melhorar a política interna em relação às pesquisas institucionais através de ações por parte da gestão do IFPB. Destacamos que muitos desses servidores têm experiências em trabalhos administrativos, o que os diferem dos servidores docentes, trazendo ideias que podem contribuir para solucionar ou enfrentar os problemas por eles identificados.

Considerando o objetivo geral apresentado na metodologia deste trabalho, acreditamos que conseguimos realizar a análise das contribuições feitas por estes pesquisadores, concluindo que essa participação é de grande importância, pois há ganhos para o servidor TAE e para a instituição, não sendo observado em nenhum momento do estudo algum fator que demonstre prejuízo para alguma das partes.

Em relação aos objetivos específicos, conseguimos realizar a identificação do perfil destes pesquisadores, o tipo de participação, como eles avaliam suas participações e elaboramos o manual de boas práticas sobre a participação dos TAEs na pesquisa institucional do IFPB.

Concluimos o estudo com a apresentação do *Manual de boas práticas de pesquisa institucional para servidores técnico-administrativos*, na expectativa de contribuir para o Instituto Federal da Paraíba, trazendo elementos para contribuir na discussão sobre a temática e a regulamentação da participação dos TAEs nas pesquisas institucionais, de forma que esses servidores possam ter condições de conquistar seu espaço na área, colaborando com o crescimento profissional dos seus servidores técnicos-administrativos em educação e o aprimoramento da pesquisa científica institucional.

Em que pese a pesquisa tenha sido realizada com participantes do Instituto Federal da Paraíba/*campus* João Pessoa, os achados podem vir a contribuir para a reflexão e os encaminhamentos relativos à participação dos TAEs nas pesquisas desenvolvidas em outros *campi* e demais Institutos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2016.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ARAÚJO, J. C. S. O projeto de Humboldt (1767-1835) como fundamento da pedagogia universitária. **Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [s./], v. 1, n. 12, jan.-jun. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3106>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BARRUCHO, L. 50 anos do AI-5: os números por trás do “milagre econômico” da ditadura no Brasil., **BBC News Brasil** em Londres. [S. /], 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>. Acesso em: 14 set. 2023.

BAZZO, V. L. Dilemas da profissionalidade docente na educação superior: entre o cientista e o mestre. *In*: FRANCO, Maria Estela D. P.; KRAHE, Elizabeth D. (org.). **Pedagogia universitária e áreas de conhecimento**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

BRASIL. Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006. Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5824.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5824.htm).

BRASIL. Decreto nº 7.566. Créa nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909. Rio de Janeiro, RJ: **Diário Oficial da União**, 23 set. 1909. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm). Acesso em: 02 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação, no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras

providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm). Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e cria os Institutos Federais. Brasília, DF: **Diário Oficial da União** [2009]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do plano de carreiras e cargos de magistério federal; sobre a carreira do magistério superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987 [...] e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm). Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.695/2023, de 10 de outubro de 2023. Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para proporcionar acesso a bolsas de pesquisa, de desenvolvimento, de inovação e de intercâmbio a alunos, a docentes, a ocupantes de cargo público efetivo, a detentores de função ou emprego público [...] e a pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidos nessas atividades, e a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, para prever a concessão das mesmas bolsas a ocupantes de cargo público efetivo de técnico-administrativo que atuem em instituições federais de ensino e que estejam envolvidos nas referidas atividades [...]. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14695.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14695.htm). Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, DF: **Diário Oficial da União**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 02 ago. 2023.

BRASIL., Ministério da Educação. **CGEE apresenta panorama da produção científica no Brasil e no mundo**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/06/cgee-apresenta-panorama-da-producao-cientifica-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018EC, [2018]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC**, de 28 de novembro de 2005. Brasília, DF: Ministério da Educação. 28 de novembro de 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**: concepção e diretrizes. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192). Acesso em: 09 out. 2023.

CASTELLS, M., **A sociedade em rede.**, 3., ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v., 1.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

COLOMBO, I. M. Escola de Aprendizizes Artífices ou Escola de Aprendizizes e Artífices? **Educar em Revista**, v. 36, p. e71886, 2020.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**: discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **O que é um grupo de pesquisa no âmbito do diretório?** Brasília, DF: CNPq, [s.d.]. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>. Acesso em: 17 jan. de 2024.

CORTEZ, T. O indissociável tripé ensino, pesquisa e extensão na formação do profissional jurista apto a atuar nas demandas sociais. **Revista Estudantil Manus Iuris**, [sS. l.], v. 1, n. 1, p. 43-49, 2020. DOI: 10.21708/issn2675-8423.v1i1r9474.2020. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rmi/article/view/9474>. Acesso em: 4 nov. 2023.

COSTA, J. *et al.* Expansão da educação superior e progressividade do investimento público. *In: Texto Para Discussão*, IPEA, Brasília, n. 1017, abr. 2021. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10500/1/td\\_2631.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10500/1/td_2631.pdf). Acesso em: 10 nov. de 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DURHAM, E. **O ensino superior no Brasil**: público e privado. São Paulo: USP, 2003. (Documento de Trabalho, n. 3/03). Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt0303.pdf>. Acesso em: 18 dez 2023.

DWYER, T. *et al.* (org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016.

FERNANDES, C. M. O papel dos Institutos Federais na diversificação do ensino superior. *In: 38ª Reunião Nacional da ANPEd*. **Anais [...]**, São Luís, 2017. Disponível em: [https://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/poster\\_38anped\\_2017\\_GT11\\_480.pdf](https://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/poster_38anped_2017_GT11_480.pdf). A, acesso em: 10 jun 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento.** <https://proen.ifes.edu.br/>. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. Disponível em: [https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos\\_Federais\\_de\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_Ci%C3%Aancia\\_e\\_Tecnologia\\_-\\_Rela%C3%A7%C3%A3o\\_com\\_o\\_Ensino\\_M%C3%A9dio\\_Integrado\\_e\\_o\\_Projeto\\_Societ%C3%A1rio\\_de\\_Developimento.pdf](https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%Aancia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_e_o_Projeto_Societ%C3%A1rio_de_Developimento.pdf). Acesso em: 10 jun. /06/2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZAGA, Y. **Trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos em educação na UFMG: relações raciais e a invisibilidade ativamente produzida.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 94-95, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8RWRAU>. Acesso em: 04 jan. /01/2024.

GUIMARÃES, E. M. C., & COELHO, M. V. L. **A filosofia positivista de Augusto Comte,** Cidade: Editora Gráfica LCR, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba. **Estatuto consolidado.** 2023. Disponível em: [https://funetec.com/arquivos/downloads/86ce105641f0b779400e49b9b0229213\\_1024.pdf](https://funetec.com/arquivos/downloads/86ce105641f0b779400e49b9b0229213_1024.pdf). Acesso em: 20 nov. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. Ministério da Educação. **Normas internas.** 2022. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/cabedelo/assuntos/coronavirus-1/normas-internas>. Acesso em: 22 nov. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CS-IFPB nº 127, de 09 de junho de 2017.** Dispõe sobre regulamento dos programas de pesquisa e inovação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, em conformidade com a Resolução nº 134/2015, que regulamenta as atividades de pesquisa e inovação e pós-graduação do IFPB. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prpipg/pesquisa/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-no-127.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CS-IFPB nº 134, de 02 de outubro de 2015.** Dispõe sobre regulamentação das atividades de pesquisa, inovação e pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prpipg/pesquisa/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-134-2015-cs-regulamentacao-das-atividades-de-pesquisa.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

LICHTNOW, D. **Desenvolvimento e implementação de um protótipo de ferramenta para gestão do conhecimento em grupos de pesquisa.** 2001. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LIMA, N. T. *et al.* As ciências na formação do Brasil entre 1822 e 2022: história e reflexões sobre o futuro. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 105, p. 211–233, maio 2022.

MACIEL, A. S. **A universidade e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**: utopia ou realidade. Rio Branco: Eudfac, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, C. B.; VIEIRA, M. M. **Educação superior e os desafios do novo século**: contextos e diálogos Brasil-Portugal. Brasília: EDU/UNB, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

MATTAR, J. **Metodologia científica na era da informática**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MATTOS, M. C.; ASSUNÇÃO, Y. B.; BATISTA, M. H. A teoria na prática: o conhecimento aplicado no desenvolvimento de produtos técnicos. *In*: VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner (org.). **Produtos técnicos como instrumentos de divulgação científica**. Curitiba: Appris, 2020.

MAZZILLI, S. **Ensino, pesquisa e extensão**: uma associação contraditória. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7 ed. Recife: Vozes, 2018.

PACHANE, G. G.; VITORINO, B. M. A expansão do ensino superior no Brasil pelo programa REUNI: democratização da formação universitária ou apenas uma ambivalência legal? **Poiésis**, Tubarão. v. 9, n. 16, p. 438-456, 2015. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/3114>. Acesso em: 03 jun. 2023.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PEREIRA, A. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria, RS: UFSM, 2018.

ROSA, C. A. P. **História da ciência**: da antiguidade ao renascimento científico. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANTOS, B. S. Contra a dominação. **Jornal de Letras**, Coimbra, 23 ago. 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/AmxPICf>. Acesso em: 03 set. 2023.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina; 2008. Disponível em: <https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024

SCHARTZMAN, S. A pesquisa científica no Brasil: matrizes culturais e institucionais. **Pesquisa Médica**, São Paulo, Editora Pedagógica Universitária; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, v. 1, p. 137-160, 1982. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/matrizes.htm>. Acesso em: 19 jun. 2023.

SEVERINO, A. J. Ética e pesquisa: autonomia e heteronomia na prática científica. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 45, n. 158, p. 776-792, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3355>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. Notas sobre o colapso da ciência no Brasil. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 58, p. 1 - 20, jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n58.20850>. Acesso em: 17 dez 2023.

SIMPÓSIO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO IFPB, 1., João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://eventos.ifpb.edu.br/index.php/iv-simpif/ISIMPIF>. Acesso em: 20 fev. 2024.

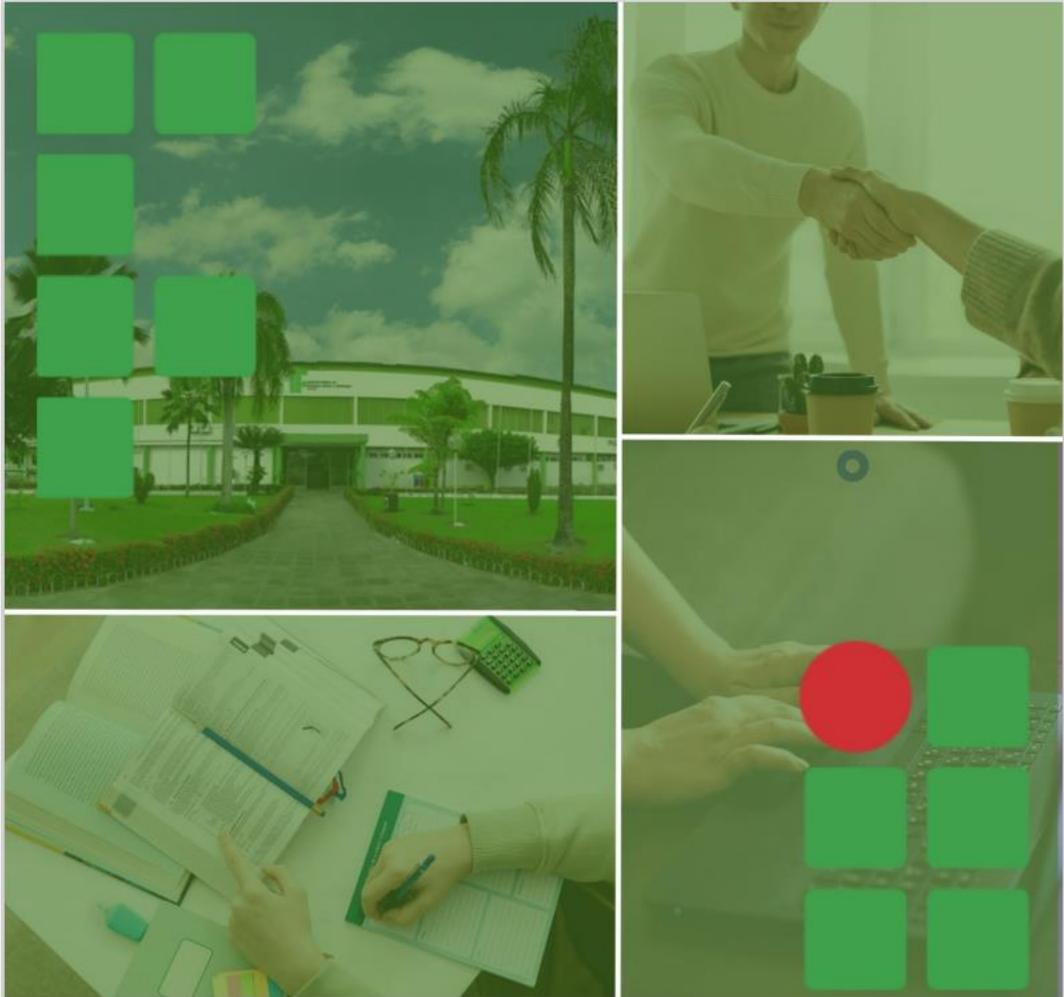
SUMARES, G. CNPq: tudo sobre uma das principais organizações de apoio à ciência no Brasil, 2023. **Estudar fora**, [s.l.], 09 out. 2023. Disponível em: <https://www.estudarfora.org.br/cnpq-tudo-sobre-uma-das-principais-organizacoes-de-apoio-a-ciencia-no-brasil/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

TOKARNIA, M. Mulheres são 46% do total de pesquisadores da América Latina e Caribe. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-03/mulheres-sao-46-do-total-de-pesquisadores-da-america-latina-e-caribe>. Acesso em: 17 jan. 2024.

UNESCO. **A ciência para o século XXI: uma nova visão e uma base de ação**. Brasília: UNESCO; ABIPTI, 2003.

## **APÊNDICE 1**

**PRODUTO EDUCACIONAL: Manual de boas práticas para a realização de pesquisas Institucionais do Instituto Federal da Paraíba, campus João Pessoa**



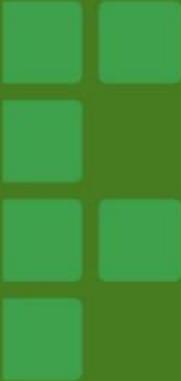
# Manual de boas práticas

PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS INSTITUCIONAIS DO  
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA, CAMPUS JOÃO PESSOA

**UBIRATAN S. DE CARVALHO**



2024



UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO

**Manual de Boas Práticas**  
para a Realização de Pesquisas Institucionais do Instituto  
Federal da Paraíba, Campus João Pessoa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da  
Educação Superior

Orientação Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes

JOÃO PESSOA | PARAÍBA  
2024



## Apresentação

Este Manual de Boas Práticas foi desenvolvido a partir da pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES), na linha de Pesquisa “Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior”, em que buscamos analisar as contribuições dos servidores técnico-administrativos nas pesquisas institucionais no Instituto Federal da Paraíba – IFPB, *Campus* João Pessoa, entre os anos de 2014 a 2020.

O estudo foi desenvolvido por meio da análise de entrevistas realizadas com técnicos administrativos em Educação (TAEs), a partir das quais sistematizamos algumas referências e experiências exitosas, bem como sugestões que podem ser aprimoradas pela gestão institucional, visando à motivação, à orientação e ao apoio ao desenvolvimento de pesquisas institucionais por esses servidores do IFPB.

A compreensão de boas práticas ou melhores práticas, no âmbito deste Manual, partiu do conceito da Organização Mundial da Saúde, que pode ser aplicado a áreas diversas, além da saúde onde se originou. Contempla, pois, um leque de ferramentas, práticas, diretrizes, padrões, experiências, dentre outros aspectos que se mostraram valorosos em determinado campo ou área.

No contexto de nosso estudo, as boas práticas se referem às experiências exitosas na gestão e no desenvolvimento de pesquisas institucionais pelos técnicos administrativos em educação. São ações e iniciativas que, ao serem discutidas, replicadas e aprimoradas, podem contribuir para a participação mais qualificada desses servidores na construção do conhecimento na instituição, trazendo retornos pessoais, profissionais e institucionais.

Nesse sentido, as Boas Práticas no âmbito das pesquisas institucionais envolvendo técnicos administrativos do Instituto Federal reúnem diretrizes, experiências e sugestões que julgamos relevantes para dar visibilidade ao lugar dos TAEs na pesquisa institucional. Este manual se mostra relevante em meio à edição da Lei nº14.695, de 10 de outubro de 2023, que estabeleceu o direito a esses servidores atuarem na pesquisa, processo ainda não regulamentado na Instituição até a conclusão deste produto.

## **Carta aos servidores técnico-administrativos em educação**

*Caro(a) servidor(a), apresentamos este Manual que reúne iniciativas, sugestões e práticas indicadas como exitosas em relação à participação dos técnicos administrativos em educação nas pesquisas institucionais.*

*Nesta produção, apresentamos informações, orientações e boas-práticas de pesquisa envolvendo TAEs da Instituição, com vistas a subsidiar reflexões e iniciativas institucionais voltadas à sua inserção no campo da pesquisa no IFPB, em observância à sua área de formação e de interesse.*

*Com a disseminação deste conteúdo, pretendemos contribuir para ampliar a participação dos técnicos administrativos em educação do IFPB nas pesquisas institucionais, bem como estimular a gestão a envidar esforços no sentido de discutir, apoiar e sensibilizar a comunidade acadêmica para a relevância da temática.*

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>2</b>
<b>Carta aos servidores técnico-administrativos em educação.....</b>	<b>3</b>
<b>1 Contextualização .....</b>	<b>5</b>
<b>2 Público alvo .....</b>	<b>6</b>
<b>3 Restrição dos servidores técnico-administrativos a atuar no âmbito da pesquisa institucional: situando o debate.....</b>	<b>7</b>
<b>4 A pesquisa no INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA .....</b>	<b>11</b>
<b>5 A participação dos TAEs em pesquisas institucionais no IFPB .....</b>	<b>13</b>
5.1. A participação dos TAEs nas pesquisas institucionais do IFPB- <i>CAMPUS</i> JOÃO PESSOA: algumas contribuições.....	15
5.2. Participação dos TAES nas pesquisas Institucionais: Desafios e Propostas .....	17
<b>6. Considerações Finais .....</b>	<b>23</b>

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Nossa pesquisa surgiu de minha inquietação e de vários outros Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), lotados no *Campus* João Pessoa, surpreendidos com a restrição da nossa participação em pesquisas institucionais, em maio de 2020, quando a Diretoria de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IFPB, recebeu da Procuradoria Jurídica do IFPB a Nota n. 00031/2020/COORD/PFIFPARAÍBA/PGF/AGU, de 03 de junho de 2020, que inviabilizou os servidores técnicos administrativos em educação de desenvolverem atividades de coordenação, orientação, coorientação em atividades de pesquisa institucionais.

Em que pese tal restrição deva ser revista, diante da edição recente da Lei nº 14.695/2023, que prevê o desenvolvimento de pesquisas pelos servidores do cargo de técnico-administrativo das instituições federais, esta proibição nos inquietou e nos despertou o interesse em voltar a atenção sobre os TAEs, do *Campus* João Pessoa, que desenvolveram pesquisas institucionais para compreendermos sua atuação nessa área antes da edição da referida Nota.

Assim, desenvolvemos nossa pesquisa com o objetivo de analisar as contribuições dos servidores técnico-administrativos nas pesquisas institucionais no âmbito no IFPB *Campus* João Pessoa, entre os anos de 2014 a 2020. Como produto, apresentamos este Manual, resultado palpável de nossa atividade de pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

## 2. PÚBLICO-ALVO

Este Manual se destina, prioritariamente, aos(às) servidores(as) técnicos-administrativos do Instituto Federal da Paraíba, sendo extensivo a demais institutos federais, bem como servidores interessados na temática e gestores da área de pesquisa e Inovação do IFPB.

### 3. RESTRIÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS A ATUAR NO ÂMBITO DA PESQUISA INSTITUCIONAL: SITUANDO O DEBATE

Nível	Mestres	Doutores	Geral
C	6	0	28
D	11	2	112
E	32	6	74
Total	49	8	214

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Verificamos na tabela apresentada, que existe um considerável número de servidores TAEs com titulação de mestre e doutor com potencial para realizar pesquisas na instituição, com destaque para servidores de Nível de classificação E, cujo o requisito para ingresso é a conclusão de curso superior.

Considerando ainda outras normativas sobre a atuação dos TAEs, no IFPB, o regulamento dos programas de pesquisa e inovação, através da Resolução nº 127, de 09 de junho de 2017, em seu artigo 4º, parágrafo único, prevê a possibilidade de sua participação no desenvolvimento de Projetos de Pesquisa Aplicada, sem fazer restrição ao tipo de atuação, conforme observamos a seguir:

Art. 4º. As atividades oriundas dos Programas de Pesquisa podem ser desenvolvidas por docentes, técnico-administrativos e discentes do IFPB, pesquisadores de outras instituições, pesquisadores visitantes ou colaboradores, ou por integrante de órgão ou instituição parceira (nacional ou estrangeira) em cooperações técnico-científicas com o IFPB.

Parágrafo único. Poderão ser admitidos pesquisadores aposentados, evidenciando no Currículo Lattes a manutenção de atividades acadêmico-científicas no IFPB, pesquisadores visitantes, colaboradores e de outras organizações, desde que existam os devidos registros (convênio, parceria) estabelecidos para fins de cooperação técnica e/ou científica, acompanhados pelo CPIPG. (Brasil, 2016)

Esses documentos demonstram que existe institucionalmente referências legais de apoio e incentivo à participação desses servidores em pesquisas. Registre-se em depoimentos de entrevistados que, mesmo antes da criação do Instituto Federal, como Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), os TAEs já possuíam um maior protagonismo no âmbito das pesquisas institucionais de que participavam.

Tais elementos normativos levaram as instâncias da PRPIPG, como a Diretoria de Pós-Graduação a envidar esforços para rever o que define a Nota nº 00031/2020, de forma a regulamentar a participação mais efetiva dos servidores TAEs nas pesquisas na Instituição, processo ainda em andamento.

Cabe ainda situar o contexto em que essa questão se insere. Durante a execução da pesquisa que deu origem a este Manual, houve um debate importante no âmbito do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) sobre a regulamentação da participação dos TAEs em pesquisas, principalmente em relação à utilização de parte de sua carga horária para o seu desenvolvimento.

Na mesma perspectiva, entidades representantes dos TAEs como a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e a Comunidade de TAES (Técnicos Administrativos em Educação) de IFES de todo o Brasil fizeram uma mobilização na Câmara dos Deputados com vistas a pressionar os parlamentares a aprovar um antigo projeto de lei (PL nº 5.649/2019), que autorizava os servidores Técnicos Administrativos em Educação a coordenar pesquisas e, inclusive, receber bolsas de pesquisa.

Assim, no dia 19 de setembro de 2023, em sessão do Plenária da Câmara dos Deputados, foi aprovado o referido projeto de lei que foi encaminhado para a sanção presidencial. Na sequência, em 11 de outubro de 2023, o Presidente da República vetou o trecho da lei que autorizava a coordenação de projetos de pesquisa e extensão e concessão de bolsas de pesquisas para os TAEs, com a justificativa de que a competência para legislar sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União é privativa da Presidência da República.

Após a tramitação, no dia 14 de dezembro de 2023, o veto foi rejeitado na Câmara e no Senado, dando origem à Lei nº 14.695, de 10 de outubro de 2023, que altera o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Com isso, registra-se uma grande vitória para os servidores TAEs que, a partir de então, poderão coordenar projetos de pesquisa e extensão. Dentre outros aspectos, a referida lei prevê “[...] bolsas de pesquisa, de desenvolvimento, de inovação e de

intercâmbio aos ocupantes de cargo público efetivo de técnico-administrativo envolvidos nessas atividades” (BRASIL, 2023).

## 4. A PESQUISA NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

O Instituto Federal da Paraíba é integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituída em 2008 pela lei 11.892, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, que tem como finalidade, ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística, ofertando educação superior, básica e profissional, com prioridade na oferta de educação profissional e tecnológica, além de desenvolver atividades de pesquisa e extensão para a promover o desenvolvimento regional.

Atualmente, o IFPB conta com 21 unidades espalhadas em todo o estado, possuindo *campi* nas cidades de Areia, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Monteiro, Patos, Pedras de Fogo, Picuí, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita, Sousa e Soledade, sendo referência regional em educação profissional e tecnológica.

Essa nova institucionalidade compartilha características comuns com as Universidades Federais, a exemplo da tríade ensino, pesquisa e extensão. Como diferencial, destacamos um dos objetivos dos Institutos federais: “[...] realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade (Brasil, 2008).

Assim, os Institutos Federais passam a buscar aplicar o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, similar ao que já ocorria nas Universidades Federais, institucionalizando sua vocação para a pesquisa, objetivando resolver problemas identificados nas suas respectivas regiões onde foram instalados.

Dessa forma, os Institutos Federais foram criados tendo como uma de suas finalidades a geração de conhecimento e o desenvolvimento regional, colocando a pesquisa aplicada num lugar de destaque nessas instituições, com o fim de solucionar problemas práticos, oriundos de diversos setores da sociedade e dos setores produtivos, abrangendo conhecimentos em diversas áreas como tecnologia, engenharia, meio ambiente dentre outros.

No IFPB, essas pesquisas são coordenadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG), que têm como missão institucional, instituir a política de pesquisa, inovação e pós-graduação no IFPB, com vistas a promover ações e condições necessárias para o desenvolvimento institucional em todas as áreas do conhecimento, visando ao avanço científico, tecnológico e social.

A PRPIPG é subdividida em duas diretorias: pesquisa, inovação e pós-graduação, além da direção da editora IFPB, que juntas são responsáveis pelos 21 *campi* espalhados pelo estado.

As atividades de pesquisa foram regulamentadas no IFPB por meio da Resolução nº 134, de 02 de outubro de 2015, que dispõe sobre Regulamentação das atividades de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

No âmbito da pesquisa no IFPB, as atividades estão relacionadas com as ações desenvolvidas no ensino técnico, cursos de graduação e de pós-graduação, sendo seus investimentos voltados para a criação de novos programas, facilitando para que o ensino e a pesquisa se relacionem, compartilhando as informações de forma mais atualizadas possível.

Dentre os principais eventos de pesquisa organizados pelo IFPB, está o Simpósio de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (SIMPIF), realizado durante três dias, estando em sua sexta edição. Nessas ocasiões são apresentados trabalhos, mostra de robótica, maratona de ideias, realização de palestras, minicursos e outras atividades, com a participação da comunidade acadêmica.

Desde sua primeira edição, em 2015, o SIMPIF<sup>12</sup> do IFPB é realizado a cada dois anos, tendo como finalidade: “integralizar as ações referentes à pesquisa, Inovação e Pós-graduação do IFPB” (SIMPIF, 2015). O foco dessa iniciativa é a socialização de experiências que venham a contribuir para a interação social e a produção de conhecimento no âmbito da instituição.

No *Campus* João Pessoa, as atividades de pesquisa são coordenadas pelo Departamento de Inovação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Cultura e Desafios Acadêmicos (DIPPED), onde situa-se a Coordenação de Pós-graduação e Pesquisa

---

<sup>12</sup> O evento foi organizado junto ao III Seminário de Inovação Tecnológica do IFPB (SINTIF), que teve como foco a inovação tecnológica, compartilhamento de experiências e de estratégias de atuação para a formação de parcerias com instituições públicas, privadas e a sociedade.

(CPGPESQ), responsável pelo controle das atividades de pesquisa desenvolvida pelo *campus*.

Para compreender como a pesquisa vem sendo atualmente desenvolvida no IFPB, localizamos algumas informações disponíveis no *site* do IFPB, onde encontramos 163 grupos de pesquisa registrados<sup>13</sup>, sendo todos esses grupos coordenados por docentes. Para conhecer os referidos grupos, acesse: (<https://www.ifpb.edu.br/prpipq/pesquisa/grupos-de-pesquisa>).

---

<sup>13</sup> Dados atualizados em 19/05/2022.

## 5. A PARTICIPAÇÃO DOS TAES EM PESQUISAS INSTITUCIONAIS NO IFPB

O processo de participação dos TAes em pesquisa se inicia quando a Reitoria, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG), lança editais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), ambos voltados para alunos de graduação, com a finalidade de incentivar a formação de novos pesquisadores, podendo fornecer bolsas de iniciação científicas financiadas pelo CNPq.

Nos editais do PIBIC lançados pelo IFPB apresentam os objetivos do programa, geralmente no seu item primeiro do edital, conforme demonstrado abaixo, retirado do edital nº 16, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, do ano de 2019a:

- .1 Fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes do ensino médio e profissional.
- 1.2 Despertar vocação científica e estimular estudantes do ensino médio e profissional, mediante participação em atividades de pesquisa científica e tecnológica, orientadas por servidores do IFPB.
- 1.3 Contribuir para a consolidação de linhas de pesquisa na Instituição, de modo a fortalecer os Grupos de Pesquisa do IFPB.

De forma semelhante, ocorre com os editais do PIBITI, que também apresentam os objetivos do programa, geralmente no seu item primeiro do edital, conforme demonstrado abaixo, retirado do edital nº18 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI/CNPq, do ano de 2019b:

- 1.1 Contribuir para a formação de recursos humanos para atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.
- 1.2 Estimular estudantes do ensino técnico e superior a desenvolverem atividades de pesquisa que busquem soluções inovadoras, cujos resultados visem à introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social, possibilitando gerar novos produtos, processos ou serviços.
- 1.3 Proporcionar ao estudante, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa tecnológica, bem como

estimular o desenvolvimento do pensar tecnológico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com problemas de pesquisa aplicada.

1.4 Possibilitar maior interação entre atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, desenvolvidas entre os diversos níveis de ensino e modalidades do IFPB.

1.5 Potencializar a pesquisa tecnológica no âmbito acadêmico com vistas a difundir a cultura da propriedade intelectual e da inovação no IFPB, e a favorecer a ampliação de produtividade e o bem-estar social.

1.6 Estimular o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que visem ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e soluções inovadoras para o ambiente produtivo ou social.

1.7 Contribuir para a consolidação de linhas de pesquisa na Instituição, de modo a fortalecer os Grupos de Pesquisa de servidores do IFPB.

É importante destacar que nos editais apresentados anteriormente, não existia a restrição em relação a participação dos TAEs como coordenador. Dessa forma, os servidores do IFPB, Docentes ou Técnicos – Administrativos, participavam do edital podendo concorrer nas seguintes categorias:

- Coordenador de Projeto de pesquisa – proponente de projeto de pesquisa que envolve diferentes pesquisadores (orientador, coorientador, colaborador e discentes).

- Orientador – responsável, juntamente com o Coordenador de projeto, pela indicação dos demais participantes do projeto (coorientador, colaborador e discentes), pela definição e pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos discentes no projeto.

- Coorientador – responsável pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos discentes no projeto.

- Colaborador – responsável pelo auxílio no desenvolvimento do projeto de pesquisa.

Além desses, a PRPIPG lança os editais Interconecta, que têm como objetivos apoiar as pesquisas desenvolvidas no âmbito do IFPB, e com isso, incentivar o desenvolvimento e a produção científica, tecnológica e de inovação, em suas dimensões social, política e econômica, contribuindo para o fortalecimento das atividades dos grupos de pesquisa certificados institucionalmente, no âmbito do IFPB do território paraibano e do País, em suas dimensões social, política e econômica.

Os servidores do IFPB, participantes deste edital, poderão concorrer nas seguintes categorias: Coordenador de Programa de pesquisa; Coordenador de Projeto de pesquisa; Orientador e Coorientador e Colaborador.

No *Campus* João Pessoa, o Departamento de Inovação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Cultura e Desafios Acadêmicos é responsável pelo lançamento

dos editais de pesquisa, podendo ser de três tipos: editais Interconecta, apresentado anteriormente; editais de fluxo contínuo, que tem a finalidade de registrar uma pesquisa científica desenvolvida por servidores desse *Campus*, e o edital de bolsas para pesquisas, com a finalidade de conceder bolsas para pesquisadores desenvolverem seus trabalhos.

Os editais de fluxo contínuo permitem a participação de servidores do IFPB nas seguintes categorias:

- Coordenador de Projeto de pesquisa – proponente de projeto de pesquisa que envolve diferentes pesquisadores (orientador, coorientador, colaborador e discentes).

- Orientador – responsável, juntamente com o Coordenador de projeto, pela indicação dos demais participantes do projeto (coorientador, colaborador e discentes), pela definição e pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos discentes no projeto.

- Coorientador – responsável pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos discentes no projeto.

- Colaborador – responsável pelo auxílio no desenvolvimento do projeto de pesquisa.

Destacamos a importância do coordenador da pesquisa, também conhecido como o chefe da pesquisa, sendo este o proponente do projeto, com mais propriedade sobre a temática em estudo, responsável por conduzir os trabalhos de pesquisa de forma com que os objetivos propostos sejam alcançados da maneira conforme foi planejado, gerenciando a parte administrativa e financeira do projeto. Geralmente, os coordenadores de pesquisa possuem formação a nível pós-graduação com mestrado e/ou doutorado.

#### 5.1. A PARTICIPAÇÃO DOS TAEs NAS PESQUISAS INSTITUCIONAIS DO IFPB-CAMPUS JOÃO PESSOA: algumas contribuições

As contribuições apresentadas neste item resultaram da aplicação de entrevista com oito dos dez TAEs com pós-graduação *stricto sensu* que realizaram pesquisas no IFPB *Campus* João Pessoa, entre os anos de 2014 a 2020, que aceitaram participar deste estudo.

A titulação do grupo de TAES - mestrado ou doutorado, os coloca em condições de desenvolverem pesquisas. Entretanto, o que mais os impulsionou ao desenvolvimento de pesquisas institucionais foi o convite recebido, o que nos permite inferir que esses servidores ainda têm dificuldades de se lançar nessa área, considerada, por vezes, privilégio dos docentes.

Os participantes do estudo destacam a importância de sua participação nas pesquisas no IFPB, destacando o retorno institucional; a capacidade de contribuir com a resolução de problemas; a possibilidade de o servidor administrativo enriquecer as pesquisas a partir de diferentes pontos de vista, conforme verificado em alguns de seus depoimentos:

“[...] assim como os docentes, os TAEs fazem parte do processo de educação e podem dar sua contribuição através da pesquisa, utilizando um olhar que, muitas vezes não é dado pelo docente.” (TAE n° 4)

“[...] TAEs que pesquisam são pesquisadores como qualquer outro servidor. As condições oferecidas pela instituição (que é de Educação) deveriam ser as mesmas para qualquer um que deseje e tenha o conhecimento necessário para realizar pesquisa.” (TAE n°6)

“[...] importante que o técnico desenvolva pesquisas na instituição, pois isso demonstra o quanto esses servidores são capacitados, além de elevar o nível de qualificação do quadro.” (TAE n°8)

Conforme descrição dos cargos técnico-administrativos em educação verificada no [Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC](#), em todos os 38 cargos

Nível de Classificação E<sup>14</sup> é previsto “assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Diferentemente, nos cargos de nível médio, vem previsto “Auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

Entretanto, é possível compreender que os TAEs Nível E possuem atribuições relacionadas à pesquisa com um nível maior de complexidade, sendo identificado no Ofício Circular que, 20 dos 38 cargos, possuem atribuições relacionadas diretamente ao desenvolvimento de pesquisas, vejamos:

**ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:** [...] pesquisar tecnologias em informática: comparar alternativas tecnológicas.

**ARQUIVISTA:** realizar pesquisa histórica e administrativa;

**ASSISTENTE SOCIAL:** pesquisar a realidade social: [...] realizar pesquisas bibliográficas e documentais;

**BIBLIOTECÁRIO – DOCUMENTALISTA:** desenvolver estudos e pesquisas: [...] pesquisas temáticas, levantamento bibliográfico e trabalhos técnico-científicos; realizar estudos cientométricos, bibliométricos e infométricos;

**BIÓLOGO:** desenvolver pesquisa em biologia, biologia molecular, biotecnologia, ambiental e epidemiologia: Desenvolver pesquisas na área de biologia, biologia molecular, biotecnologia, biologia ambiental e epidemiologia e inventariar biodiversidade;

**BIOMÉDICO:** pesquisar a natureza e a ação dos medicamentos no organismo; [...] Pesquisar e diagnosticar as doenças e as mudanças causadas por elas;

**ECONOMISTA:** elaborar e executar projetos de pesquisa econômica, de mercado e de viabilidade econômica, dentre outros;

**ENGENHEIRO:** pesquisar e elaborar processos;

**FARMACÊUTICO:** realizar pesquisa sobre os efeitos de medicamentos e outras substâncias sobre órgãos, tecidos e funções vitais dos seres humanos e dos animais [...] Efetuar pesquisas técnico-científicas: Elaborar projetos; colher dados; apreciar resultados; propor ações;

**FÍSICO:** realizar pesquisas científicas e tecnológicas: Realizar pesquisa bibliográfica; selecionar amostras e padrões; preparar amostras; realizar experimentos; desenvolver teorias, materiais, processos, aplicações de novas tecnologias; desenvolver e simular modelos; analisar resultados; extrair conclusões;

**MÉDICO:** realizar pesquisas sobre natureza, causas e desenvolvimento de enfermidades;

**MÚSICO:** [...] estudar e pesquisar música: [...] desenvolver pesquisas na área musical para subsidiar obras e eventos não

---

<sup>14</sup> Conforme tratado em capítulo próprio, para ingresso na carreira Nível de Classificação E, é exigida a conclusão do ensino superior em determinada área.

musicais; desenvolver pesquisas em práticas interpretativas; pesquisar gêneros e estilos musicais;

PEDAGOGO: elaborar e desenvolver projetos de ensino-pesquisa-extensão.

PSICÓLOGO: desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades da área e afins: [...] Realizar pesquisas e ações no campo da saúde do trabalhador, condições de trabalho, acidentes de trabalho e doenças profissionais em equipe interdisciplinar, determinando suas causas e elaborando recomendações de segurança;

QUÍMICO: desenvolver metodologias analíticas: Pesquisar bibliografia; [...] elaborar procedimentos analíticos; validar metodologias analíticas; estimar custo-benefício de metodologias analíticas;

TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS: orientar pesquisas acadêmicas;

ZOOTECNISTA: realizar pesquisas sobre a genética de animais domésticos, métodos aperfeiçoados de criação e/ou problemas conexos, aplicando conhecimentos científicos: [...] Planejar, dirigir e realizar pesquisas que visem a informar e a orientar a criação dos animais domésticos, em todos os seus ramos e aspectos (MEC, 2005, s/n).

Diante das referências apresentadas, compreendemos a pertinência da atuação dos técnicos administrativos em educação no âmbito das pesquisas institucionais, considerando o perfil da instituição, do cargo e o seu Plano de Carreiras (PCCTAEs). No item que segue, iremos apresentar as contribuições dos TAEs para as pesquisas no IFPB, destacando desafios e propostas de superação apresentadas pelos participantes da pesquisa que deu origem a este Manual.

## 5.2. Em busca das boas práticas de pesquisas Institucionais envolvendo TAEs no Instituto Federal da Paraíba: Desafios e Propostas

A estrutura deste tópico sintetiza as contribuições trazidas pelos servidores técnico-administrativos para o desenvolvimento de pesquisas institucionais, que serão apresentadas a partir de depoimentos desses sujeitos participantes de nosso estudo no IFPB *Campus* João Pessoa.

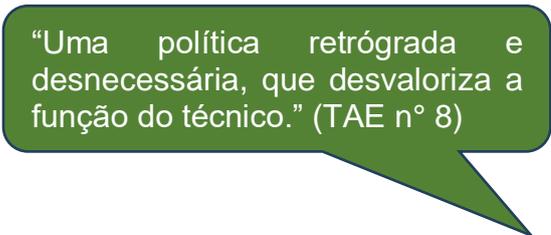
Apresentaremos os desafios identificados por esses servidores para desenvolverem pesquisas e as propostas para o seu enfrentamento. Seu conteúdo pode servir de referência para o planejamento e o investimento em ações estratégicas que visam ao fortalecimento da participação dos técnicos administrativos nesse

âmbito de atuação. Ao serem discutidas e consideradas pela comunidade do IFPB, podem contribuir para o processo de elaboração de uma política institucional voltada para as boas práticas de pesquisa envolvendo TAEs na Instituição.

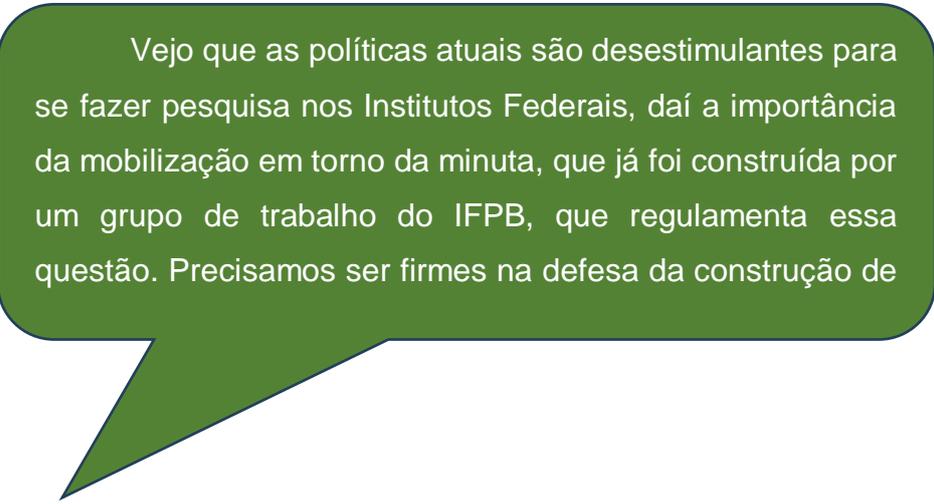
Para ilustrar as contribuições, intercalamos os desafios e propostas com a apresentação com alguns depoimentos dos TAEs em relação ao prejuízo institucional decorrente do impedimento a esses servidores de participar das pesquisas com um maior protagonismo.

### **Desafio 1:**

- Dar visibilidade à atuação dos TAEs como pesquisadores na Instituição, dado o pouco (re)conhecimento da contribuição dada por esses servidores nesse campo de atuação.



“Uma política retrógrada e desnecessária, que desvaloriza a função do técnico.” (TAE n° 8)



Vejo que as políticas atuais são desestimulantes para se fazer pesquisa nos Institutos Federais, daí a importância da mobilização em torno da minuta, que já foi construída por um grupo de trabalho do IFPB, que regulamenta essa questão. Precisamos ser firmes na defesa da construção de

### **Propostas:**

- Socialização do estudo sobre as contribuições dos servidores técnico-administrativos nas pesquisas institucionais entre 2014 a 2020, que deu origem a este Manual, a ser discutido junto aos TAEs e à comunidade acadêmica, por meio de formas diversas, a exemplo de comunicações internas, encontros pedagógicos e

reuniões de estudos, contando com o apoio e articulação da Coordenação de Supervisão Pedagógica (COPED).

- Divulgação das produções dos técnicos decorrentes de suas pesquisas de mestrado e/ou doutorado, assim como suas pesquisas institucionais mediante lançamento de editais para publicação de coletâneas com suas produções e organização de eventos institucionais, com apresentação de trabalhos pelos TAEs.

### **Desafio 2:**

- Autorização e apoio institucional aos TAEs para o desenvolvimento de pesquisas institucionais.

“Existe uma contradição em relação a carreira dos TAEs. Somos estimulados a obter titulação de mestre e doutor, mas não podemos utilizar esse conhecimento dentro da instituição.” (TAE n° 4)

“A instituição liberar novamente a participação de técnicos administrativos na participação dos processos seletivos para aquisição de bolsas ou recursos de taxa de bancada nos processos seletivos internos.” (TAE n° 7)

“Um verdadeiro retrocesso institucional, intelectual e educacional. Afinal estamos numa instituição de educação, ciência e tecnologia e que apenas uma elite específica (os professores) tem direito para desenvolver pesquisa e extensão. Acho a política institucional atual do IFPB que limita/proíbe a participação dos servidores TAEs nas pesquisas institucionais estacionada na mentalidade dos governos autoritários direitistas que só trouxe retrocessos ao nosso país.” (TAE n° 7)

- Avançar na discussão sobre a Lei nº 14.695/2023, tendo em vista a regulamentação da participação dos TAEs nas pesquisas da Instituição, nos termos definidos em lei, por meio de resolução própria.
  
- Discutir junto à Fundação de Educação, Tecnologia e Cultura da Paraíba (Funetec-PB) a necessidade de contemplar a atuação de TAEs em editais de pesquisas como proponente e pesquisador colaborador.
  
- Socializar este estudo sobre as contribuições dos servidores técnico-administrativos nas pesquisas institucionais entre 2014 a 2020, que deu origem a este Manual, a ser discutido junto aos TAEs e à comunidade acadêmica;
  
- Organização de eventos periódicos, com apoio da equipe pedagógica do IFPB, voltados para a divulgação de estudos e pesquisas desenvolvidas na Instituição, prevendo-se a participação de TAEs com apresentação de trabalhos (comunicação oral) e publicação em Anais;
  
- Divulgação das produções dos técnicos decorrentes de suas pesquisas de mestrado e/ou doutorado, assim como suas pesquisas institucionais mediante editais para publicação de Ebooks com coletâneas e dossiês no periódico do IFPB voltados aos TAEs;
  
- Lançamento de editais que prevejam a participação dos TAEs em projetos de pesquisa como membros das equipes, com a possibilidade de maior protagonismo e grau de responsabilidade nos projetos de pesquisa (coordenação, orientação, coorientação ou colaboração), considerando a titulação mínima exigida, bem como a possibilidade de concorrer a bolsas de pesquisa, de desenvolvimento, de inovação e de intercâmbio, nos termos previstos na Lei nº 14.695/2023.

**Desafio 3:** Baixa participação de servidores técnico-administrativos em grupos de pesquisa do IFPB.

“Por meio da criação de regulamentação de carga horária dos técnicos em educação (TAEs) em projetos de pesquisa, extensão e inovação, como forma a valorizar a produção acadêmica-científica-tecnológica dos TAEs, como a possibilidade de coordenar grupos de pesquisa, contribuindo assim para o desenvolvimento dos servidores. Muitos TAEs, já com mestrado e doutorado ou cursando, então esse caráter de aparente subalternidade de nosso trabalho, precisa ser superado na construção da nossa identidade e, ainda, na disputa de projetos no interior do Instituto.” (TAE nº 5)

“É complicado, é como se o TAE não tivesse a capacidade de produzir uma pesquisa da mesma forma que um docente. Um edital não deveria amarrar a participação pelo cargo, e sim pela capacidade.” (TAE nº 1)

**Propostas:**

- Estimular e apoiar a participação de TAEs nos grupos de pesquisa, mediante regulamentação da liberação de carga horária destinada às atividades de pesquisa;

**Desafio 5.** A invisibilidade dos TAEs e seu não (re)conhecimento como sujeitos de saberes e direitos.

“Até o ano de 2019 eu incentivava muito meus colegas de trabalhos, técnicos administrativos, em participar de pesquisas institucionais, principalmente para melhorar seus desempenhos produtivos para pleitear a pós-graduação. Porém, hoje não encorajo mais, pois a instituição não dá condições para o servidor técnico administrativo atuar na pesquisa ou na extensão. Eu os encorajo apenas em fazer outros concursos.” (TAE n° 7)

“Direcionando parte da carga horária específica para TAE em atividades de pesquisa, ampliação de parcerias com outras instituições, visando a oferta de vagas para servidores TAE em cursos de especialização, mestrado e em doutorado.” (TAE n° 3)

### **Propostas**

- Investir e apoiar a liberação de TAEs para realizar cursos de pós-graduação *stricto sensu* - lócus privilegiado de formação do futuro pesquisador.

- Retomar convênios com Universidades para o mestrado e doutorado, como política institucional de apoio e estímulo à qualificação dos servidores TAEs e o desenvolvimento de pesquisa.
- Investir no fortalecimento das pautas dos TAEs por meio da organização da categoria.

## **6. Considerações Finais**

Este produto foi desenvolvido por meio da análise de entrevistas realizadas com TAEs, a partir das quais sistematizamos algumas referências, contribuições e sugestões visando à motivação, à orientação e ao apoio ao desenvolvimento de pesquisas institucionais pelos técnicos administrativos em educação do IFPB.

O manual não tem a pretensão de apresentar soluções para a problemática apresentada, mas estimular o debate a partir de referências levantadas pelos participantes deste estudo, visando contribuir para o planejamento e desenvolvimento de ações que favoreçam um maior protagonismo dos TAEs nas pesquisas institucionais.

Considerando a especificidade e os objetivos dos Institutos Federais, que prevê a tríade ensino, pesquisa e extensão, compreendemos ser importante estimular e apoiar os TAEs a investirem nos estudos de pós-graduação, assim como se engajarem no desenvolvimento de pesquisas com maior protagonismo, haja vista a descrição dos cargos Nível de Classificação E prever atribuições relacionadas diretamente ao desenvolvimento de pesquisas.

Os desafios e as propostas apresentadas pelos TAEs participantes deste estudo e sistematizadas neste Manual visam contribuir para estimular a participação de servidores PCCTAEs em pesquisa, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento profissional e pessoal, trazendo impactos positivos em sua vida profissional e pessoal; bem como na instituição, tanto nos resultados das pesquisas por eles desenvolvidas, como em decorrência da atuação de profissionais mais bem qualificados.

Quanto ao apoio à formação do TAEs em nível de pós-graduação *stricto sensu*, locus de formação do pesquisador, entendemos que a instituição deve apoiá-los não

apenas considerando a importância deste estudo para a progressão funcional e valorização da carreira, mas possíveis contribuições desse servidor em pesquisas institucionais, maior nível de satisfação no trabalho, novas oportunidades de atuação e melhoria na autoconfiança dos servidores.

Por fim, a partir da edição da Lei nº14.695/2023, que estabeleceu o direito a esses servidores atuarem na pesquisa, cada IFES deverá alterar seus respectivos regulamentos de pesquisa e incluir o TAE como pesquisador, ouvindo as comunidades e conferindo a esses servidores os mesmos direitos e deveres concedidos aos docentes no âmbito da pesquisa. Mas além dessa regulamentação, é necessário que as instituições desenvolvam políticas para estimular a participação destes servidores, prevendo apoio e condições de desenvolvimento de suas pesquisas, bem como sua devolutiva à instituição por meio de estratégias variadas, sendo os desafios e propostas apresentados referências que podem contribuir nesse sentido.

**Marco normativo de referência:**

Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.)

Lei nº 14.695/2023 (prever a concessão de bolsas de pesquisa, de desenvolvimento, de inovação e de intercâmbio a ocupantes de cargo público efetivo de técnico-administrativo que atuem em instituições federais de ensino e que estejam envolvidos nas referidas atividades.)

**Para saber mais!**

(<https://www.taesnaluta.com.br/>)

(<https://www.instagram.com/taesnaluta/>)

## **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006. Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5824.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5824.htm). Acesso em: 17 nov 2023.

BRASIL Lei nº 14.695/2023, de 10 de outubro de 2023. Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para proporcionar acesso a bolsas de pesquisa, de desenvolvimento, de inovação e de intercâmbio a alunos, a docentes, a ocupantes de cargo público efetivo, a detentores de função ou emprego público e a pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidos nessas atividades, e a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, para prever a concessão das mesmas bolsas a ocupantes de cargo público efetivo de técnico-administrativo que atuem em instituições federais de ensino e que estejam envolvidos nas referidas atividades. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14695.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14695.htm). Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm). Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a

remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm). Acesso em: 17 ago. 2023.

IFPB. Resolução CS-IFPB nº 127, de 09 de junho de 2017. Dispõe sobre Regulamento dos Programas de Pesquisa e Inovação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, em conformidade com a Resolução nº 134/2015, que regulamenta as atividades de Pesquisa e Inovação e Pós-graduação do IFPB. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prpipg/pesquisa/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-no-127.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

IFPB. Resolução CS-IFPB nº 134, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre Regulamentação das atividades de Pesquisa, Inovação e Pósgraduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prpipg/pesquisa/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-134-2015-cs-regulamentacao-das-atividades-de-pesquisa.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. Lei 11. 892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e cria os Institutos Federais. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm).

BRASIL. Ministério da Educação. Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf>. Acesso em: 31.jan.2024.

**APÊNDICE 2**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(TCLE)

Prezado(a) **PARTICIPANTE DE PESQUISA,**

Os pesquisadores (Aluna(o) e Orientadora) Ubiratan Santos de Carvalho e Ana Paula Furtado Soares Pontes, convidam você a participar da pesquisa intitulada: **PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA: estudo de caso no *Campus* João Pessoa.** Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Esta pesquisa tem por objetivo:

Geral: Analisar as contribuições dos servidores técnico-administrativos nas pesquisas institucionais no âmbito no IFPB *Campus* João Pessoa, entre os anos de 2014 a 2020.

Específico: I - Identificar o perfil dos técnicos administrativos em educação que participam e/ou coordenaram pesquisas científicas no âmbito do IFPB, do *Campus* João Pessoa;

II - Discutir a participação dos servidores TAEs na realização de pesquisas científicas

em observância às normativas da Rede Federal de EPT e à política institucional do IFPB;

III - Analisar a contribuição e o tipo de participação dos TAEs nas pesquisas institucionais a partir de seus relatórios e projetos;

IV - Discutir como os servidores avaliam a sua participação nas pesquisas institucionais e seu potencial de contribuição para a instituição;

V - Elaborar um manual de boas práticas sobre a participação dos TAEs na pesquisa institucional do IFPB.

Metodologia:

Para a construção desse estudo, utilizaremos a abordagem qualitativa, visando a compreensão mais abrangente do fenômeno da pesquisa. Será realizado um estudo exploratório com aplicação de entrevistas e análise de documentos.

Em relação aos seus objetivos, esta pesquisa busca investigar determinado tema, problema ou fenômeno de interesse, principalmente dos servidores TAEs e do IFPB, de forma ampla e abrangente, sendo, portanto, um estudo exploratório, já que tais pesquisas são realizadas quando sobre o assunto se em tem pouco conhecimento, foi pouco estudado ou complexo.

Quanto à classificação, este estudo é caracterizado como pesquisa de campo, que tem como estudo a política e a gestão da educação superior, com ênfase na participação de servidores técnicos administrativos nas pesquisas institucionais do IFPB Câmpus João Pessoa.

### **Riscos ao(à) Participante da Pesquisa**

Caso ocorra sentimentos de ansiedade, insegurança, medo, timidez, estresse, constrangimento irritabilidade; incômodo; vergonha ou desconforto durante a entrevista, e/ou ao responder ao questionário, deverá ser interrompida a coleta de dados a qualquer momento. Para que isto não ocorra, será escolhido um ambiente privado, sem a presença de pessoas alheias ao estudo, perguntas de forma objetiva, dá liberdade para interromper a participação ou recusa a responder a pergunta. Os riscos dos participantes são considerados mínimos e limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário/ entrevista e caso venham a ocorrer, o pesquisador deverá ter atitudes como pausa no procedimento de o questionário/ entrevista, encerramento da o questionário/ entrevista, devendo o participante se sentir livre para deixar a pesquisa a qualquer momento..

### **Benefícios ao(à) Participante da Pesquisa**

A possibilidade do participante sugerir no momento da entrevista/ questionário, novas elaborações em torno de suas experiencias acadêmicas junto aos seus mentores, enriquecendo ainda mais a pesquisa construção. Trazer benefícios à área da Gestão e Avaliação da Educação Superior, especialmente para os servidores TAEs e para as pesquisas científicas realizadas no âmbito do IFPB. Obtendo êxito, esta pesquisa fornecerá informações importantes para a política de capacitação dos seus servidores e estimulará a participação dos seus TAEs em pesquisas científicas.

### **Informações de contato do responsável principal e de demais membros da equipe de pesquisa.**

Ubiratan Santos de Carvalho  
Servidor do IFPB  
ubiratan.carvalho@ifpb.edu.br  
(83) 988449884

Paula Furtado Soares Pontes  
Docente da UFPB  
[ana@ufpb.edu.br](mailto:ana@ufpb.edu.br)  
(83) 996137978

### **Endereço e informações de contato da UFPB**

Universidade Federal da Paraíba *Campus I* – Cidade Universitária /  
CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB  
Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>  
Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de  
13h às 16h.

### **Endereço e Informações de Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB**

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)  
Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da  
Paraíba *Campus I* – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João  
Pessoa-PB  
Telefone: +55 (83) 3216-7791  
E-mail: [comitedeetica@ccs.ufpb.br](mailto:comitedeetica@ccs.ufpb.br)  
Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de  
13h às 16h. Homepage:  
<http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, **VOCÊ**, de forma voluntária, na qualidade de **PARTICIPANTE** da pesquisa, expressa o seu **consentimento livre e esclarecido** para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

João Pessoa - PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura, por extenso, do(a) Participante da Pesquisa

---

Assinatura, por extenso, do(a) Pesquisador(a) Responsável pela pesquisa

### **APÊNDICE 3**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTAS APLICADO AOS SERVIDORES TAES DO IFPB CAMPUS JOÃO PESSOA**

## Roteiro para entrevistas

### Metadados e orientações

Nome dos pesquisadores presentes:

\_\_\_\_\_

Data da entrevista:

/ /

Local da entrevista:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### Contato inicial:

- Agradecer pela disponibilidade em receber o (s) pesquisador (es).
- Apresentar, de forma breve, os objetivos da pesquisa.
- Explicar as informações contidas no termo de consentimento de entrevista.
- Solicitar a assinatura do termo de consentimento de entrevista.
- Entregar uma via assinada pelo pesquisador para o entrevistado.

### Procedimentos iniciais:

- Preparar o gravador.
- Iniciar a gravação.

### Questões para entrevista dos servidores TAEs

1. Qual sua faixa etária?

( ) 20 à 30 anos    ( ) 31 à 40 anos    ( ) 41 à 50 anos    ( ) 51 à 60 anos    ( ) acima de 61 anos

2. Qual seu Gênero?

( ) Masculino    ( ) Feminino    ( ) Outro

3. Qual o curso e área de sua última formação em nível de pós-graduação? E o ano de conclusão?

4. Como se deu sua iniciação no campo da pesquisa no IFPB? Explique:

5. Você sabe identificar quantas pesquisas científicas você já participou no IFPB? Que temáticas envolviam?

6. Qual foi o tipo de participação nessa(s) pesquisa(s) (coordenador, colaborador, apoio técnico, ... outros)?

7. Que tipo de ações e responsabilidades você, em geral, assumiu durante a pesquisa?

8. Houve projetos em que você teve maior ou menor autonomia? O que influenciou no tipo e na natureza das ações sob sua responsabilidade em cada projeto?

9. Descreva e avalie a sua participação nessa(s) pesquisa(s).

10. As ações e responsabilidades assumidas na pesquisa estavam relacionadas a seu cargo/função ou formação em nível de graduação ou pós-graduação? Explique

11. Você enfrentou limitações ou dificuldades para participar desses projetos ou durante a participação nessas pesquisas? Explique

12. Que tipo de apoio você contou para poder participar das pesquisas Institucionais?

13. Você acha importante os TAEs participarem de pesquisas institucionais? Explique

14. O que estimula ou estimulou a sua participação nas pesquisas institucionais?

15. O que limita ou desestimula sua participação nessas pesquisas?

16. Como estimular a participação de TAEs em pesquisas institucionais?

17. Como você avalia atual política institucional que limita/proíbe a participação dos servidores TAEs nas pesquisas institucionais?

18. Qual sua opinião sobre um servidor TAE chefiar uma pesquisa?

19. Qual(is) medidas a instituição pode implementar para melhorar a participação dos TAEs nas pesquisas institucionais?

---

**Perguntar se o entrevistado tem algo que gostaria de acrescentar.**

---

**Considerações finais:**

Perguntar ao entrevistado se há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação aos assuntos abordados durante a entrevista.

Perguntar se o entrevistado ficou com alguma dúvida.

---

**Finalização e agradecimento:**

Agradecer a disponibilidade do entrevistado em fornecer as informações.

Salientar que os resultados da pesquisa estarão à disposição dele e, se tiver interesse, deverá entrar em contato com o pesquisador.

---

## ANEXO I

# PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS

CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UEPB



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL

**Pesquisador:** UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 75674523.0.0000.5188

**Instituição Proponente:** CENTRO DE EDUCAÇÃO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.528.366

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se da primeira versão do protocolo de pesquisa de dissertação de Ubiratan Santos de Carvalho, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, da Universidade Federal da Paraíba (UEPB), sob a orientação da Professora Doutora Ana Paula Furtado Soares Pontes. Para o pesquisador, a pesquisa científica aplicada dentro da educação superior é de fundamental importância para o desenvolvimento da educação, através da pesquisa aplicada, para resolver problemas em diversas áreas. O desenvolvimento da pesquisa no mundo vem de civilizações seculares que passaram por períodos onde houveram grandes avanços da ciência e outros que praticamente não existiam práticas científicas, como foi o caso da idade média. Nosso objetivo neste trabalho será o de conhecer a participação dos servidores TAEs nas pesquisas científicas, do IFPB, do Campus João Pessoa, nas diferentes formas de participação, considerando que houve mudanças no entendimento da gestão que restringiram a participação desses servidores nessas atividades. Para isso, iremos fundamentar nossa pesquisa nos estudos acerca das pesquisas realizadas pelos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), antes da restrição, comparar a produção científica do Câmpus com e sem a participação desses servidores.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

**Endereço:** Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 6.528.366

Analisar as contribuições dos servidores técnico-administrativos nas pesquisas institucionais no âmbito no IFPB Campus João Pessoa, entre os anos de 2014 a 2020.

Objetivo Secundário:

- I - Identificar o perfil dos técnicos administrativos em educação que participam e/ou coordenaram pesquisas científicas no âmbito do IFPB, do Campus João Pessoa;
- II - Discutir a participação dos servidores TAEs na realização de pesquisas científicas em observância às normativas da Rede Federal de EPT e à política institucional do IFPB;
- III - Analisar a contribuição e o tipo de participação dos TAEs nas pesquisas institucionais a partir de seus relatórios e projetos;
- IV - Discutir como os servidores avaliam a sua participação nas pesquisas institucionais e seu potencial de contribuição para a instituição;
- V - Elaborar um manual de boas práticas sobre a participação dos TAEs na pesquisa institucional do IFPB.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Caso ocorra sentimentos de ansiedade, insegurança, medo, timidez, estresse, constrangimento irritabilidade; incômodo; vergonha ou desconforto durante a entrevista, e/ou ao responder ao questionário, deverá ser interrompida a coleta de dados a qualquer momento. Para que isto não ocorra, será escolhido um ambiente privado, sem a presença de pessoas alheias ao estudo, perguntas de forma objetiva, dá liberdade para interromper a participação ou recusa a responder a pergunta. Os riscos dos participantes são considerados mínimos e limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário/ entrevista e caso venham a ocorrer, o pesquisador deverá ter atitudes como pausa no procedimento de o questionário/ entrevista, encerramento da o questionário/ entrevista, devendo o participante se sentir livre para deixar a pesquisa a qualquer momento.

Benefícios:

A possibilidade do participante sugerir no momento da entrevista/ questionário, novas elaborações em torno de suas experiências acadêmicas junto aos seus mentores, enriquecendo ainda mais a pesquisa construção. Trazer benefícios à área da Gestão e Avaliação da Educação Superior, especialmente para os servidores TAEs e para as pesquisas científicas realizadas no âmbito do IFPB. Obtendo êxito, esta pesquisa fornecerá informações importantes para a política de

**Endereço:** Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

Página 02 de 04

CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 6.528.366

capacitação do seus servidores e estimulará a participação dos seus TAEs em pesquisas científicas.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O estudo proposto apresenta relevância acadêmica, científica e social, com potencial em fornecer uma análise importante da temática. As etapas do estudo estão suficientemente detalhadas em seus aspectos metodológicos, éticos e conceituais.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O pesquisador apresentou todos os termos considerados obrigatórios.

**Recomendações:**

Vide campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Considerando que o protocolo de pesquisa se encontra adequadamente instruído e que apresenta viabilidade ética e metodológica, estando em consonância com as diretrizes das Resoluções CNSn.466/2012 e 510/2016, do Ministério de Saúde, somos favoráveis ao desenvolvimento da investigação. Não Há óbices éticos.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2243360.pdf	10/11/2023 17:21:58		Aceito
Outros	9_TERMO_COMPROMISSO_FINANCEIRO_PESQUISADOR_Ubiratan.docx	10/11/2023 17:20:53	UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO	Aceito
Outros	10_TERMO_COMPROMISSO_RESPONSABILIDADE_PESQUISADOR_Ubiratan.docx	10/11/2023 17:19:53	UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO	Aceito
Outros	8_Roteiro_para_entrevistas_Ubiratan.docx	10/11/2023 17:17:09	UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	7_TCLE_UBIRATAN.docx	10/11/2023 17:15:23	UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO	Aceito

**Endereço:** Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

Página 03 de 04

CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 6.528.366

Justificativa de Ausência	7_TCLE_UBIRATAN.docx	10/11/2023 17:15:23	UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO	Aceito
Orçamento	6_Orcamento_finaceiro_UBIRATAN.docx	10/11/2023 17:14:54	UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO	Aceito
Cronograma	5_Cronograma_de_atividades_UBIRATAN.docx	10/11/2023 17:14:03	UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	4_Projeto_detalhado_Ubiratan.docx	10/11/2023 17:13:37	UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	3_Termo_de_Anuencia_Ubiratan_Assinado.pdf	10/11/2023 17:13:03	UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO	Aceito
Outros	2_Certidao_de_Aprovacao_UBIRATAN.pdf	10/11/2023 17:09:47	UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	1_Folha_de_rosto_Ubiratan_Assinada.pdf	10/11/2023 17:08:16	UBIRATAN SANTOS DE CARVALHO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JOAO PESSOA, 23 de Novembro de 2023

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa  
(Coordenador(a))

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar  
Bairro: Cidade Universitária CEP: 58.051-900  
UF: PB Município: JOAO PESSOA  
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Página 04 de 04